

Mónica Daniela Correia Monteiro

## **ERVEDAL – UMA PAISAGEM A VALORIZAR**

Orientador: Alexandre D'Orey Cancela D'Abreu

**Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico**  
Universidade de Évora  
Março de 2009

Mónica Daniela Correia Monteiro

ERVEDAL – UMA PAISAGEM A VALORIZAR



169 218

Orientador: Alexandre D'Orey Cancela D'Abreu

**Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico**  
Universidade de Évora  
Março de 2009

## RESUMO

### ERVEDAL - UMA PAISAGEM A VALORIZAR

Esta dissertação aborda a paisagem do Ervedal, uma pequena vila situada no Alto Alentejo e sua envolvente, com o objectivo de estabelecer orientações para a sua valorização. Debruça-se, por isso, sobre o mundo rural do interior português, hoje alvo de problemas graves como o abandono e a desertificação humana, a falta de atractividade para o desempenho de diversas actividades, tentando apontar as directrizes para o desenvolvimento futuro desta paisagem.

Referem-se os programas existentes no nosso país relativos à valorização e recuperação de aldeias, as especificidades físicas, espaciais e humanas da "paisagem de aldeia" do Ervedal, o seu património rural, as directrizes fornecidas pelos instrumentos de gestão territorial, as intenções do Município de Avis referentes a projectos de intervenção local, reunindo, assim, todo um conjunto de informação que permite explorar a relação entre a área urbana e a área rural envolvente do Ervedal, aprofundando as suas ligações, as funções desempenhadas por estas duas realidades interdependentes.

A multifuncionalidade hoje desejada relativa à paisagem do Ervedal, resulta, por isso, das suas principais características, mais valias, valores e problemas, mas também de movimentos sociais, de novos equilíbrios e funções que se preconizam futuramente para o mundo rural no sentido de garantir a sustentabilidade dos seus recursos naturais e patrimoniais.

## SUMMARY

### ERVEDAL – ONE LANDSCAPE TO VALORIZE

This dissertation is an approach to Ervedal's landscape, a small village located in Alto Alentejo, and his environment. Its purpose is to set up guidelines to valorize them. Therefore, it is about the Portuguese countryside, which faces today serious problems such as human desertification and lack of attractiveness to carry out several activities, and it tries to point directions for the future development of this landscape.

It mentions Portuguese programs relating the valorization and recuperation of small villages, the physic, spatial and human specificities of Ervedal's landscape, its rural patrimony, the directions of urbanistic plans, the municipal projects of local intervention, gathering information that allows to explore the relation between the urban area and rural connections, the functions of these interdependent realities.

The multifunctionality that is today required concerning Ervedal's landscape is the result of its main characteristics, values and problems, but also social movements, new equilibriums and functions that are desired in the future in order to maintain the countryside natural and patrimonial resources.

#### **Agradecimentos**

**Um obrigado especial ao prof. Alexandre Cancela D' Abreu, pela ajuda na elaboração desta dissertação**

## ÍNDICE DO TEXTO

ÍNDICE DE FIGURAS.....	IV
ÍNDICE DE ESQUEMAS.....	IV
ÍNDICE DE QUADROS.....	IV
ÍNDICE DE PLANTAS.....	IV
LISTAGEM DE ABREVIATURAS.....	IV
INTRODUÇÃO .....	1
- ESCOLHA DO TEMA .....	4
- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	6
<u>CAPÍTULO 1 AS FORMAS TRADICIONAIS DE USO DO TERRITÓRIO – CIDADES E ALDEIAS .....</u>	<u>7</u>
1.1 – CARACTERÍSTICAS, DIFERENÇAS E ESPECIFICIDADES .....	8
1.1.1 - EM TERMOS DO MODO DE HABITAR.....	8
1.1.2 - EM TERMOS ADMINISTRATIVOS.....	11
1.2 – O CONCEITO DE “PAISAGEM DE ALDEIA”. O CASO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL ENQUADRADAS PELO PDR/QCA III – ANÁLISE CRÍTICA.....	12
1.3 – AGLOMERADOS DE REDUZIDA DIMENSÃO DO ALTO ALENTEJO – PROBLEMAS E POTENCIALIDADES .....	16
1.4 – EXEMPLOS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL .....	18
1.4.1 – CÂMARA MUNICIPAL DAS CALDAS DA RAINHA.....	18
1.4.2 – SEMINÁRIO PATRIMÓNIO E RURALIDADE.....	19
1.4.3 – ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALDEIAS ABANDONADAS.....	19
1.4.4 – AS ECOALDEIAS.....	20
<u>CAPÍTULO 2 A PAISAGEM DO ERVEDAL – CARACTERIZAÇÃO .....</u>	<u>22</u>
2.1 – PAISAGEM ENQUANTO SISTEMA. CONCEITOS E TERMINOLOGIA .....	23
2.2 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA .....	26
2.3 – DA SUA HISTÓRIA .....	28
2.4 – CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM EM QUE SE INTEGRA O ERVEDAL .....	31
2.4.1 – CLIMA.....	36
2.4.2 – GEOLOGIA.....	36
2.4.3 – RELEVO.....	37
2.4.4 – SOLO.....	40
2.4.5 – VEGETAÇÃO E FLORA.....	42
2.4.6 – OCUPAÇÃO DO SOLO/ESTRUTURA DA PROPRIEDADE.....	44
2.4.7 – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS.....	54
2.4.8 – SENSACÕES E EMOÇÕES.....	57
2.4.9 – ELEMENTOS DE REFERÊNCIA NA PAISAGEM.....	59
2.5 – DELIMITAÇÃO DA “PAISAGEM DE ALDEIA” DO ERVEDAL .....	63
2.6 – DIRECTRIZES IMPLÍCITAS NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL .....	65
2.7 – PROJECTOS DE INTERVENÇÃO LOCAL EM CURSO. INTENÇÕES DO MUNICÍPIO DE AVIS .....	66
2.7.1 – ARRANJO PAISAGÍSTICO DO ROSSIO DO ERVEDAL.....	67

2.7.2 – PROJECTO DE REABILITAÇÃO DA HORTA DAS ROSAS.....	67
2.7.3 – PROJECTO DE CRIAÇÃO DE CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS.....	68
2.7.4 – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DO ERVEDAL.....	68
2.7.5 – LOTEAMENTO URBANO DA MALCASTIÇA.....	69
<b>2.8 – A SUA IDENTIDADE. A IMAGEM URBANA – O CONJUNTO.....</b>	<b>70</b>
2.8.1 – EDIFICADO.....	74
2.8.2 – ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS.....	78
2.8.2.1 - NÃO LINEARES (ROSSIO, LARGO MIGUEL BOMBARDA)	78
2.8.2.2 - LINEARES (TRAVESSAS, RUAS, ESTRADAS)	79
2.8.3 – ESPAÇOS ABERTOS PRIVADOS.....	80
<b>CAPÍTULO 3 ORIENTAÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM DO ERVEDAL .....</b>	<b>81</b>
3.1 – ABORDAGEM TEÓRICA.....	82
3.1.1 – RECOMENDAÇÕES DAS CARTAS INTERNACIONAIS.....	82
3.1.2 – LEGISLAÇÃO PORTUGUESA E ORIENTAÇÕES POLÍTICAS.....	85
3.2 – ÁREA URBANA .....	87
3.3 – ÁREA RURAL .....	90
3.3.1 – CONSTATAÇÕES.....	90
3.3.2 – ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO DE UMA PAISAGEM EM MUDANÇA – LINHAS DE FORÇA E ESTRATÉGIA.....	91
3.3.3 – PRESSUPOSTOS PARA FUTURAS INTERVENÇÕES.....	92
3.4 – MULTIFUNCIONALIDADE .....	92
3.4.1 – FUNÇÃO DE REGULAÇÃO. A QUALIDADE E QUANTIDADE DE ÁGUA E DE SOLO.....	93
3.4.2 – FUNÇÃO DE SUPORTE.....	94
3.4.2.1 – O TURISMO.....	94
3.4.2.2 – A HABITAÇÃO/AS ACESSIBILIDADES.....	95
3.4.3 – FUNÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	95
3.4.3.1 – O RECREIO.....	95
3.4.3.2 – A EDUCAÇÃO.....	97
3.4.4 – FUNÇÃO DE PRODUÇÃO. A AGRICULTURA.....	97
3.5 – RELAÇÃO ÁREA URBANA/ÁREA RURAL – O CONCEITO. ARTICULAÇÕES E LIGAÇÕES.....	98
3.6 – APLICAÇÃO DE PARÂMETROS DE ANÁLISE À MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM DO ERVEDAL. ANÁLISE CRÍTICA DO PDR.....	104
<b>CAPÍTULO 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
BIBLIOGRAFIA .....	110
ANEXOS .....	V

## ÍNDICE DE FIGURAS

F. 1 ALDEIAS RENASCIDAS; TURISMO DE ALDEIA.....	15
F. 2 FOLHETO IV SEMINÁRIO DO PATRIMÓNIO DA REGIÃO OESTE – <i>PATRIMÓNIO E RURALIDADE</i> .....	19
F. 3 I JORNADAS IBÉRICAS DE RECUPERAÇÃO DE ALDEIAS ABANDONADAS.....	20
F. 4 ECO-ALDEIA DO TANOEIRO, CASTRO MARIM.....	21

## ÍNDICE DE ESQUEMAS

E. 1 VEGETAÇÃO NATURAL.....	43
E. 2 ESQUEMA DE INTERVENÇÃO DE ÂMBITO TURÍSTICO NA PAISAGEM DO ERVEDAL.....	92
E. 3 RECONSTITUIÇÃO DA GALERIA RIPÍCOLA.....	93

## ÍNDICE DE QUADROS

Q. 1 ACTIVIDADES EXISTENTES NO ERVEDAL NA DÉCADA DE 30.....	28
Q. 2 ACTIVIDADES EXISTENTES NA ALDEIA VELHA NA DÉCADA DE 30.....	28
Q. 3 SISTEMAS DE USO DO SOLO.....	45
Q. 4 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO ERVEDAL.....	54
Q. 5 PERCURSOS: CLASSIFICAÇÃO QUANTO A TIPOLOGIA – DURAÇÃO – CARÁCTER.....	99
Q. 6 APLICAÇÃO DE PARÂMETROS DE ANÁLISE À MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM DO ERVEDAL.....	106

## ÍNDICE DE PLANTAS

P. 1 A FREGUESIA DO ERVEDAL NO CONCELHO DE AVIS.....	26
P. 2 LOCALIZAÇÃO DO ERVEDAL.....	17
P. 3 UNIDADE DE PAISAGEM 89.....	33
P. 4 ESTUDO DO RELEVO – HIPSOMETRIA, DECLIVES, ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS.....	39
P. 5 EXTRACTO DA CARTA DE SOLOS N° 32 C.....	40
P. 6 ZONAMENTO CONCELHIO DO PDM DE AVIS.....	41
P. 7 RAN NA ENVOLVÊNCIA DO AGLOMERADO URBANO.....	41
P. 8 USO DO SOLO.....	49
P. 9 CADASTRO DA PROPRIEDADE RÚSTICA DA FREGUESIA DO ERVEDAL.....	52
P. 10 CADASTRO DA HERDADE DOS BONEIOS.....	53
P. 11 CADASTRO NA ENVOLVÊNCIA DO AGLOMERADO URBANO.....	53
P. 12 LEVANTAMENTO FUNCIONAL DO AGLOMERADO URBANO.....	56
P. 13 ESBOÇO DE FACTORES DETERMINANTES NA DELIMITAÇÃO DA “PAISAGEM DE ALDEIA” DO ERVEDAL.....	63
P. 14 ÁREA EM ESTUDO – “PAISAGEM DE ALDEIA” DO ERVEDAL.....	64
P.15 RELAÇÃO RUA/TRAVESSA.....	71
P.16 ETAPAS DE CRESCIMENTO DO ERVEDAL.....	73
P.17 BASES PARA A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM DO ERVEDAL.....	103

## LISTAGEM DE ABREVIATURAS

ICOMOS – INTERNACIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES

IFLA – INTERNACIONAL FEDERATION OF LANDSCAPE ARCHITECTS

PDR – PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PDMA – PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE AVIS

PPA – PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE AVIS

POAM – PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DO MARANHÃO

QCA III – QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III

QREN – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL

RAN – RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

REN – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

UICN – UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA







*“A ideia de paisagem pressupõe o seu reconhecimento e a sua apreensão temporal, espacial, formal, e simbólica, requer uma compreensão sistémica e integral que permita a tradução dos seus códigos culturais, das suas representações simbólicas, mitológicas e emblemáticas e dos seus ambientes físicos, geográficos e sociais. A paisagem, concreta ou abstracta, resulta de uma permanente interacção do sujeito com o meio, sendo em si uma matriz cuja complexidade indicia uma justaposição interactiva dos seus constituintes de interioridade e exterioridade, individual e colectivo, cultural e natural, histórico e geográfico, real e simbólico, cénico e alegórico, de tempo e de memória.”* (Taborda, 2000)

O estudo do tema paisagem constitui hoje um dos desafios mais aliciantes que se coloca ao arquitecto paisagista, difícil de compreender por muitos que consideram a intervenção a esta escala algo utópica, quer pela dimensão do objecto de estudo, quer pelo número elevado de intervenientes implicados no processo, quer ainda por a considerar “etérea” e dificilmente mensurável. A diferente escala de intervenção relativamente, por exemplo, a um projecto de espaço público, remete esta temática aparentemente para o domínio do impossível ou do impraticável.

Além disso, a realidade da “paisagem de aldeia” constituída como objecto de conhecimento, não foi ainda muito abordada por arquitectos paisagistas, no âmbito de dissertações de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico<sup>1</sup>.

Estudar hoje a paisagem de uma aldeia pode, à partida, parecer um pouco afastado das necessidades actuais, uma vez que se tende a pensar que tudo o que é inovação e conhecimento se concentra nas cidades, especialmente nas grandes cidades. No entanto, a urgência e a necessidade de proceder a estudos propositivos sobre as nossas aldeias, (outrora tidas como exemplos de tradição e representativas das diferenças da ocupação humana do nosso país) é cada vez mais actual, pois o seu abandono generalizado e estado de degradação progressivo tendem, futuramente, a pôr em causa a sustentabilidade de grande parte do território.

---

<sup>1</sup> Ideia também partilhada pelo Prof. Gonçalo Ribeiro Telles, transmitida numa aula de *Vegetação e Sua Aplicação* deste mestrado, em Fevereiro de 2005, referindo ele que o aprofundamento do estudo da área urbana, em conjugação com a envolvência rural de uma aldeia, constitui uma lacuna ao nível do desenvolvimento de trabalhos de arquitectura paisagista.

Trata-se essencialmente de um tipo de património<sup>2</sup>, que frequentemente não cabe em qualquer denominação classificatória existente e ao qual o senso comum não dá muitas vezes qualquer importância<sup>3</sup>, mas que possui valor incalculável.

O objectivo desta tese de mestrado não é, por isso, propor soluções práticas para a valorização da aldeia em estudo, mas antes reflectir sobre a importância das aldeias nos nossos dias, estudando o caso específico do Ervedal, situado no concelho de Avis, propondo orientações para a valorização da unidade urbana/rural e dos seus valores.

Quais as especificidades desta paisagem, as suas qualidades ou mais valias e como se poderá proceder à sua valorização, constituem as temáticas a desenvolver ao longo desta dissertação.

Das dificuldades sentidas durante a realização deste estudo destaca-se a de obter textos que suportassem uma abordagem histórica. De facto, os resultados da pesquisa realizada neste âmbito revelaram-se escassos, quer no que diz respeito à área em estudo propriamente dita, quer no que diz respeito a uma área abrangente mais vasta. A ideia da história local de qualquer espaço a ser considerada com o enquadramento da parte no todo, em círculos concêntricos de cada vez maior contexto cultural, foi tida em conta ao longo desta dissertação, sabendo, também, que o tema central desta não é a história da paisagem.

Salienta-se, então, a necessidade de se realizar monografias de história local em que se procurem explicitar as linhas de força de determinada área e das comunidades que nela viveram, elementos fundamentais para se compreender a sua forma, imagem, dinâmica, problemas, potencialidades e tendências actuais. A pesquisa neste campo realizou-se sobretudo através de diálogos informais mantidos com as pessoas mais idosas da freguesia, conhecedoras da sua história e evolução, e através de visitas repetidas à zona em estudo.

Foram, ainda, consultados vários trabalhos que escolheram como espaço de análise uma freguesia, um concelho ou uma região, que sob várias vertentes, acompanharam o desenvolvimento de diversas facetas da especificidade rural.

---

<sup>2</sup> A definição de Património Cultural, segundo a Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro: *"Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização."*

<sup>3</sup> O tema paisagem parece ainda constituir algo "etéreo" para a maior parte da população, como foi atrás mencionado. Se questionar quais as técnicas de recuperação de uma paisagem (relembra-se que há técnicas de recuperação de pintura, de obras arquitectónicas e escultóricas, de jardins históricos), constata-se que na resposta surgem dúvidas, agravando-se, ainda mais, se se reflectir um pouco sobre o seu domínio fortemente particular e sobre as alterações que nela se vão processando ao longo do tempo, devido a ser constituída, em grande parte, por material perecível.

Para o senso comum, a palavra paisagem remete para o sentido da natureza, mais ou menos romântica, mais ou menos lírica, mais ou menos rural, mas essencialmente natureza manifestada na superfície terrena, uma imagem de campos, de árvores, água, montanhas ao fundo e o céu que tudo unifica.

A questão *"Quando é que uma paisagem possui valor patrimonial?"*, levanta dúvidas quanto à resposta, *"justificadas pela ausência de reconhecimento dos seus valores, pela falta de legislação com ela relacionada, pela inexistência de directrizes fornecidas pelos instrumentos de gestão urbanística, principalmente por Planos Directores Municipais. A recente candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial e a sua aprovação, constitui uma excepção no nosso país."* (Castel-Branco, 2000)

## ESCOLHA DO TEMA

A justificação e orientação deste estudo resulta essencialmente de quatro questões principais levantadas acerca do mundo rural:

1 A “paisagem de aldeia”, símbolo do mundo rural, possui múltiplos valores e significados e quer as paisagens valiosas sob o ponto de vista histórico ou mesmo excepcionais como as paisagens dotadas de valores históricos menos importantes (incluindo aqueles reconhecidos pela população), também denominadas pela Convenção Europeia da Paisagem<sup>4</sup> como “paisagens da vida quotidiana”, justificam a sua valorização e a exploração das suas potencialidades. No conjunto das convenções e cartas internacionais, também a Carta de Turismo Cultural<sup>5</sup> refere a importância destas paisagens para as populações locais<sup>6</sup>.

2 A memória cultural da paisagem encontra-se em risco de desaparecimento, salvo casos pontuais, revelando-se de extrema importância o seu reconhecimento - a relação íntima do Homem com a paisagem, o seu espaço-raiz é, em muitos casos, hoje inexistente. Embora o valor das paisagens culturais adquira cada vez maior importância, a geração que continua a preservar o mosaico tradicional característico dessas paisagens é impossível de assegurar. Não é possível manter o input energético que a maioria das paisagens tradicionais exigia para a sua manutenção e equilíbrio ecológico, garantida pela presença constante do Homem na paisagem.

3 A identificação sistémica dos valores ecológicos e patrimoniais existentes em cada paisagem é decisiva para a compreensão das alterações propostas, como forma de continuar a garantir a sua sustentabilidade futura.

4 Revela-se necessária a reinvenção da relação entre o Homem e Natureza. A multifuncionalidade exigida hoje à paisagem pressupõe outras funções e significados, especialmente não produtivos, a criação de novos elementos e ligações, privilegiando o equilíbrio entre produção e protecção. A evolução da paisagem deverá manter uma continuidade e relação com o passado, a reestruturação da sua memória deverá desenvolver e reforçar as suas qualidades, o seu carácter, preservando-a, conservando-a e, ao mesmo tempo, desenvolvendo a sua contemporaneidade. O caminho da valorização que deverá seguir não pode devolver a paisagem à sua memória anterior, mas deverá aproximar-se de um estado de equilíbrio.

---

<sup>4</sup> A Convenção Europeia da Paisagem foi ratificada por Portugal em 2000 (Decreto-Lei nº4/200).

<sup>5</sup> A Carta de Turismo Cultural foi publicada pelo ICOMOS, em 1976.

<sup>6</sup> A classificação dos monumentos de valor concelhio foi relevante para as paisagens que não atingem um valor monumental, mas que são valiosas especialmente na escala local e para as suas populações. Este acto legislativo relativo às paisagens rurais concretizou-se na lei nº 2032 de 11 de Junho de 1949 sobre a criação da categoria dos valores concelhios. A lei instituiu: “*As câmaras municipais devem promover a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis de interesse público, de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus concelhos.*”

A escolha da paisagem do Ervedal como caso de estudo surgiu essencialmente por duas razões, uma de ordem pessoal, outra de ordem profissional:

- a primeira justifica-se pelo facto de considerar esta área como uma das que possui mais potencialidades em termos urbanos e naturais do concelho de Avis. A escala local a que pertence a paisagem em estudo, surge como forma de garantia da permanência da população, despoletando uma consciência que urge em propor, regulamentar, agir e condicionar, por parte dos mais variados intervenientes no complexo processo que constitui a valorização de uma paisagem.

A evidente ligação entre o espaço urbano e a sua envolvente rural<sup>7</sup> que ultimamente se tem vindo a perder, formam uma unidade facilmente identificável pela interdependência de diferentes elementos. Os variados pontos de interesse à volta do aglomerado, a sua inserção na paisagem, a presença constante da Albufeira do Maranhão e de uma agricultura de subsistência, características urbanas como a relação mantida entre quintais e fachadas do casario que determina a própria percepção do aglomerado, comprovam os valores arquitectónicos e paisagísticos do Ervedal, que futuramente deverão ser valorizados. Para além disso, o estado de degradação em que alguns destes valores se encontram quase determina que se proponham acções urgentes, sob pena de se assistir ao seu desaparecimento.

- a segunda, de carácter mais prático, devido ao facto de trabalhar actualmente no Município de Avis e sobre ele depender grande parte do meu tempo profissional. O estudo realizado poderá, assim, também interessar ao Município de Avis, constituindo um elemento base de intervenção, composto de várias linhas de estratégia a seguir.

---

<sup>7</sup> Quando se refere o *Estudo do tema "paisagem de aldeia"* aplicado ao Ervedal, compreende-se esta ligação mantida entre a área urbana e a sua envolvente rural. É o "diálogo" entre estas duas partes tão "próximas" que se pretende desenvolver nesta dissertação. Como equivalente utiliza-se a expressão – *Estudo da Unidade de Paisagem do Ervedal*. Esta é encarada como um sistema, realçando o carácter de dependência entre duas facetas, de relação próxima e de funcionamento conjunto e interligado. Um sistema é um conjunto complexo, formado por componentes distintas ligadas entre si por um certo número de relações.

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A organização desta dissertação seguiu os seguintes pontos:

. no CAPÍTULO 1 realiza-se uma breve comparação entre as formas de habitar a cidade e a aldeia; dá-se as respectivas definições administrativas; reflecte-se sobre o conceito de “paisagem de aldeia” e aborda-se a necessidade de realizar estudos propositivos sobre esta realidade; analisa-se criticamente as políticas e programas de desenvolvimento local enquadradas pelo PDR/QCA III que se concretizaram em planos de valorização e recuperação das aldeias; referem-se os problemas e potencialidades dos aglomerados urbanos característicos do Sul Interior do país; por fim, dão-se outros exemplos de iniciativas que se dedicam ao estudo e à valorização do mundo rural.

. no CAPÍTULO 2 definem-se conceitos importantes usados ao longo deste estudo; localiza-se o Ervedal no concelho de Avis; dá-se atenção à sua história; refere-se a sua integração no contexto regional; procede-se ao estudo das estruturas fundamentais da paisagem do Ervedal, nomeadamente das suas expressões físicas e espaciais como o clima, a geologia, o solo, o relevo, considerando, ao mesmo tempo, a acção humana, concretizando-se esta na estrutura da propriedade, ocupação do solo, tipo de povoamento. Se o primeiro caso se debruça sobre a estrutura biofísica, no segundo refere-se a paisagem humanizada, averiguando qual a sua identidade e comparando com casos semelhantes do Alentejo; analisam-se quais as directrizes fornecidas pelos instrumentos de gestão territorial em vigor para a área em estudo, neste caso o PDM, bem como as intenções do Município de Avis referentes a projectos de intervenção local. Estudam-se as características particulares da imagem urbana.

. no CAPÍTULO 3 desenvolvem-se as bases para uma proposta de valorização, explorando a relação entre a área urbana e a área rural envolvente, aprofundando as suas interligações, as funções desempenhadas por estas duas realidades interdependentes.

. por fim, no CAPÍTULO 4, as considerações finais, em que se procede através de uma breve síntese a uma reflexão acerca do que deve constituir o espaço rural de hoje, sendo fornecidos alguns alertas que se consideram pertinentes face às alterações que actualmente se operam.

É ainda importante referir que a obtenção de informação e pesquisa de dados para esta dissertação se iniciou em Outubro de 2005 e terminou em Outubro de 2007<sup>8</sup>, salientando-se a abrangência de todo o ciclo anual da paisagem.

A base teórica para a elaboração desta tese foi encarada com a humilde consciência dos conhecimentos obtidos da licenciatura em Arquitectura Paisagista da Universidade de Évora entre 1996 a 2001, da componente curricular do Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, bem como de sete anos de prática profissional.

---

<sup>8</sup> Somente o último ponto do trabalho – *APLICAÇÃO DE PARÂMETROS DE ANÁLISE À MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM DO ERVEDAL. ANÁLISE CRÍTICA DO PDR* – possui actualização à data de conclusão escrita desta dissertação. Engloba um conjunto de medidas e programas de determinação política, muitos deles incorporados no QREN, com alteração a partir de 2007, não se justificando a abordagem de directrizes relativas ao mundo rural que não possuissem actualização.



## 1.1 – CARACTERÍSTICAS, DIFERENÇAS E ESPECIFICIDADES

### 1.1.1 - EM TERMOS DO MODO DE HABITAR

#### NO PASSADO

A ideia de cidade esteve sempre, no imaginário, ligada a novas oportunidades de vida, de trabalho, à busca do sucesso e do bem-estar. Fenómeno de grande complexidade, fruto do estudo de historiadores, arquitectos, urbanistas, a cidade foi encarada como significado de cultura, de diversidade, de comércio, de transformação, de experimentação, de mistura de populações e de raças, do anonimato, de vanguarda, de contemporaneidade. *“A cidade sempre foi vista como um grande artefacto que proporciona o bem-estar social e material, que suscita a cultura e a oportunidade de escolha, constituindo por excelência o local onde se efectuam trocas e interacções de vária ordem, é sinónimo de liberdade, de diversidade – consideradas as marcas essenciais da urbanidade.”* (Urbanismo, 2001) Estes traços de urbanidade caracterizam o homem citadino e diferenciavam-no, no passado, do homem rural que, por oposição, vivia do trabalho agrícola e possuía hábitos de vida quase contrários aos da cidade. A aldeia era, assim, marcada por relações de comunidade e de sociabilidade entre os seus habitantes. Caracterizavam os pequenos aglomerados rurais factores como a dependência da agricultura e uma relação activa com a paisagem. A tradicional estrutura do mundo rural assentava um mundo fechado, voltado para a auto-subsistência, caracterizado pelo interconhecimento entre os seus membros, dominado pela família e pelo parentesco, pela solidariedade e entreajuda entre vizinhos, unidos pela partilha de uma tradição comum.

#### NA ACTUALIDADE

Questiona-se hoje o que distingue a aldeia da cidade. *“Ainda as funções predominantes, embora muitas vezes a estrutura possa possuir bastantes semelhanças<sup>9</sup>. A cidade não só possui o número de população mais elevado, como também exerce funções de organização e de relação, concentrando em si vias de trânsito, exercendo poder de atracção pelas suas feiras, mercados, e comércio permanente, irradiando para longe os produtos das suas indústrias, recebendo gente de fora e espalhando por outros lugares os seus filhos, distinguindo-se pela intensidade e importância das formas superiores da vida social, na administração, na religião, a que consagram edifícios de cunho artístico ou sumptuoso.”* (Ribeiro, 1991) No entanto, *“a ideia de uma aldeia como uma comunidade pequena, isolada, homogénea, com forte sentido de solidariedade de grupo, é hoje apenas um mito. Algumas aldeias urbanizam-se, outras despovoam-se e outras agonizam devido ao que se denomina efeito-idade. Efectivamente, muitos dos habitantes das aldeias do interior português tem cinquenta ou mais anos e grande parte não tem descendentes que queiram viver nas mesmas.”* (Ribeiro, 1991)

Verifica-se hoje que a diferenciação passada entre cidade e campo perdeu importância face à homogeneização de hábitos e costumes por parte da sociedade. Juntamente com os subsídios da União Europeia e a Política Agrícola Comum (PAC) foram determinadas alterações dos tipos de vida, culminando num mundo rural que sofreu modificações graduais. A tradicional cultura rural foi sendo, cada vez mais, influenciada pela crescente homogeneização de comportamentos e valores. Alguns agricultores, libertados pela mecanização de um certo número de tarefas concretas, ansiosos por reivindicações em matéria de rendimentos e cada vez de melhores condições de trabalho, esbatem a tradicional diferença entre urbanos e rurais. O automóvel permite hoje chegar fácil e rapidamente à cidade, ao seu comércio, às suas distrações. Os meios de telecomunicações informam todos os indivíduos igual e simultaneamente, estes dispõem de materiais e ferramentas modernas, viajam e gozam férias em regiões afastadas da sua área de residência, muitas vezes no estrangeiro. A própria evolução da sociedade determina algumas dificuldades na “classificação” daqueles que possuem a sua residência em aldeias

<sup>9</sup> Muitas sedes de concelhos rurais, algumas vilas, principalmente do Sul do país, não constituem mais do que aldeias e até bem modestas. Como exemplo temos o caso de estudo desta dissertação, o Ervedal.

e vão trabalhar na cidade. Questiona-se onde “encaixar” estes indivíduos em que a residência e o local de trabalho pertencem às duas grandes divisões clássicas – cidade e campo.

Hoje, cidade e campo possuem limites difusos, muitas aldeias urbanizam-se, a cidade “entra” no campo, caso dos extensos loteamentos urbanos<sup>10</sup> que surgem em aldeias tradicionais por todo o país, esbatendo a diferença ao nível da ocupação tradicional das diversas regiões<sup>11</sup>.

Toma-se como exemplo desta alteração na forma de encarar o mundo rural, o caso dos montes alentejanos. Constituíam, no passado, um aglomerado compacto de edificações, justificando a sua relação activa com a paisagem. Destaca-se, pois, a diferença relativamente à ideia actual que hoje se possui de um monte alentejano<sup>12</sup> – a de uma só casa isolada na paisagem, muitas vezes não possuindo quaisquer componentes agrícolas que anteriormente os caracterizavam e que condicionavam a sua organização.

<sup>10</sup> Estes constituem apenas uma forma que atesta o facto do “território português ter sido alvo, nos últimos 30,40 anos, de uma profunda alteração, que acompanha a intensa mudança que a sociedade portuguesa sofreu nesse período e que, sob variadas maneiras, a tentou aproximar das sociedades mais desenvolvidas. Significam também a urbanização de um país em que a ruralidade era dominante. A sociedade portuguesa vivia nos anos 60, 70 do século passado uma situação, por muitos classificada de “atraso”, que a colocava na periferia do mundo urbano, moderno e desenvolvido. A imagem de um território aparentemente ordenado era transmitida pela pior das razões – devido ao atraso da sociedade portuguesa em se inserir em lógicas de desenvolvimento económico e social. Caracterizam hoje estas áreas o aumento da área construída/edificada, o surgimento de rodovias e de infra-estruturas, de novos equipamentos, indústria e comércio, a coexistência de populações oriundas de lugares distantes, a incorporação de uma lógica de competição entre lugares, concelhos e cidades.” (Urbanismo, 2001) Progressivamente a morfologia do país foi-se alterando.

<sup>11</sup> “As povoações que não são vila nem cidade têm perante o senso comum, grande número de nomes por que são designadas, nomes com várias significações, ou significações imprecisas que mudam de lugar para lugar. Leite de Vasconcelos procura dar apoiado em muitos exemplos, definição de aldeia, lugar, povo, sítio, casal, quinta e monte. Poderiam juntar-se granja, foro, póvoa (não em sentido medieval de povoação fundada de novo) que ou se empregam ainda como nomes comuns, ou têm tal representação na toponímia que certamente o foram no passado: granjas, no sentido de montes rurais alentejanos, no sul da Beira Baixa, certamente por influência das Ordens do templo e do Hospital; foros, casais avulsos construídos no meio de courelas tomadas de aforamento na Península da Arrábida, no concelho de Coruche e vários pontos do Alentejo; fazendas em redor de Almeirim e de Montemor-o-Novo; póvoas, grupos de três, quatro, cinco casas, onde os habitantes de certos lugares vêm morar temporariamente para fazer as culturas em terrenos arroteados há pouco, nas proximidades do Rio Zêzere. Monte que tem larga distribuição como nome de lugar, quer como forma de relevo, quer como tipo de povoação, aplica-se também no sentido de lugar, grupo de casas, não só do Alentejo e da Beira Baixa, onde nem sempre tem esta significação.... Se aldeia, lugar, povo, e sítio não designam, propriedades rústicas, tal não sucede com casal, quinta, monte, foro, granja, fazenda e póvoa, que tanto significam casas ou grupos de casas, como unidades agrárias a que estão associadas. Como nome genérico de qualquer grupo de habitações temos povoação, que se opõe a casas avulsas ou isoladas. As povoações rurais podem ser aldeias e lugares. Há inevitáveis diferenças ao nível das povoações de Trás-os-Montes, Minho, Beiras.” (Ribeiro, 1991)

<sup>12</sup> “Quanto ao monte alentejano devemos considerá-lo uma forma de aglomeração. O monte é um todo, uma unidade, pelos edifícios que se apinham à roda de um pátio interior, voltado para o campo com poucas aberturas, com residência dos donos, pelas acomodações de gados, trabalho que asseguram a lavoura e dão estrume; pelo pessoal permanente que exerce os mais variados mesteres – guarda de herdades, carpinteiro, abegão, sota, boieiros, cozinheiro, amassador, carreiros e ganhões, hortelão, tratador de cavalos, paquete, maioral de ovelhas com seus entregues e ajudas, porqueiros, vaqueiros, eguaciço, a cabreiro; pessoal reforçado na época das principais fainas agrícolas com as camaradas de ceifeiros-ratinhos, tosquiadores, mulheres para a monda, a apanha da azeitona e da bolota e ainda outros assalariados que fazem andar a complicada máquina de uma lavoura importante. Nalguns montes há capela particular, expressão de independência, no campo espiritual como no material, destes agrupamentos humanos. Alguns formam verdadeiras povoações. Para o alentejano, monte opõe-se a povoação grande – aldeia, vila, cidade.” (Ribeiro, 1991)



A permanente presença de outrora do Homem na paisagem, forma de garantia daquele sistema complexo e sustentável, foi substituída por novas funções e significados, predominantemente não produtivas que se associam à paisagem, com destaque para a função turística e de lazer.

O significado mais comum de monte alentejano parece hoje surgir, quase sempre, associado a casa de férias ou de utilização aos fins-de-semana, não esquecendo também aquelas pessoas, que, ao contrário destas, procuram um tipo de vivência relacionada com um saudosismo do natural e da vida no campo, realizando aí o seu dia-a-dia, e funcionando como uma verdadeira alternativa à vida noutros locais. Justificando que, cada vez mais distante do meio rural e desligado dos seus processos naturais, o Homem contemporâneo procura a compensação do seu estilo de vida quase somente urbano, como se perdesse uma parte de si e queira voltar às suas raízes familiares e regionais.



1 Monte do Enxara, localizado no concelho de Avis, em situação de abandono.  
 2 Monte do Cantarinho, também situado no concelho de Avis, e igualmente abandonado.  
 3 Monte da Torre, no Ervedal, no mesmo estado.



4, 5 e 6 “Montes alentejanos” de construção recente localizados no concelho de Avis. Verifique-se a “independência” da utilização do espaço edificado relativamente à sua envolvente. Actualmente algumas destas habitações servem somente os fins-de-semana dos seus proprietários.

## 1.1.2 - EM TERMOS ADMINISTRATIVOS

. “O termo cidade pode ser usado para designar ou uma área de urbanização contígua (mais correctamente chamado de região metropolitana) ou, mais especificamente, um único município. Não há um padrão mundial que defina uma cidade, sendo um conceito que varia de país para país.

Em Portugal, as condições necessárias para que uma localidade tenha o estatuto de cidade (elevado a partir de vila) estão definidas pela lei nº 11/82, de 2 de Junho que, salvo quando há “importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica”, estabelece que uma povoação só pode ser elevada a cidade se tiver:

- mais de 8.000 eleitores, em aglomerado populacional contínuo;
- pelo menos metade dos seguintes equipamentos colectivos: instalações hospitalares com serviço de permanência, farmácias, corporação de bombeiros, casa de espectáculos e centro cultural, museu e biblioteca, instalações de hotelaria, estabelecimento de ensino preparatório e secundário, estabelecimento de ensino pré-primário e infantários, transporte público(urbano e inter-urbano) e/ou parques ou jardins públicos.

Em Portugal, as cidades possuem geralmente mais de 10.000 habitantes.

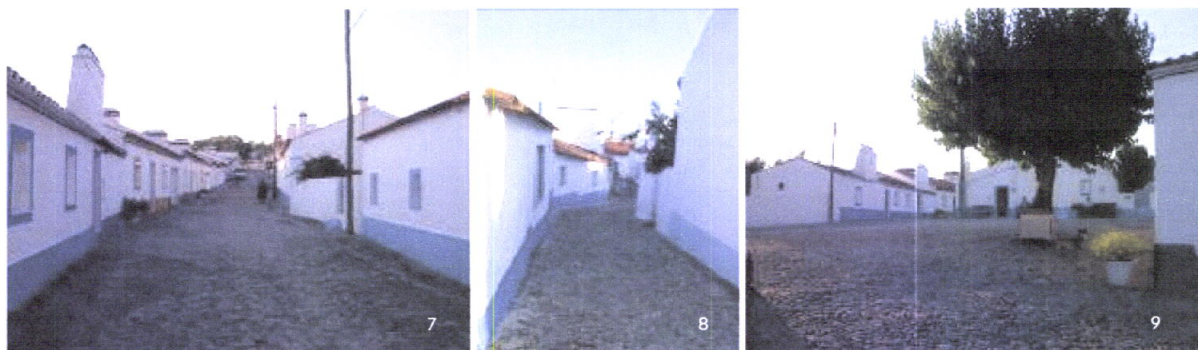
. Uma vila é um aglomerado populacional de tamanho intermédio entre a aldeia, ou povoação e a cidade, dotado de uma economia razoável em que o sector terciário (comércio e serviços) tem uma importância no mínimo razoável. Tipicamente em Portugal as vilas têm entre 1000 e 10000 habitantes, mas por motivos históricos e flutuações populacionais criaram várias excepções a esta regra. Actualmente, a criação de novas vilas (elevadas de níveis inferiores) encontra-se definida pela lei nº 11/82, de 2 de Junho que, salvo quando há importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica, estabelece que uma povoação só pode ser elevada a vila se tiver:

- mais de 3.000 eleitores, em aglomerado populacional contínuo;
- pelo menos metade dos seguintes equipamentos colectivos: posto de assistência médica, farmácia, casa do povo, de espectáculos, centro cultural ou outras colectividades, transportes públicos colectivos, estação de ctt, estabelecimentos comerciais e de hotelaria, estabelecimento que ministre a escolaridade obrigatória, agência bancária.” (www.wikipedia.org, acedido em 15/7/2005)

. Uma aldeia é um aglomerado que não possui o número de população e tipo de equipamentos exigidos para obter a classificação de vila.

## 1.2 – O CONCEITO DE “PAISAGEM DE ALDEIA”. O CASO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL ENQUADRADAS PELO PDR/QCA III – ANÁLISE CRÍTICA

A definição do conceito de “paisagem de aldeia” é, ao longo desta dissertação, justificada por razões relacionadas com a apreensão do próprio objecto de estudo e não com o que em termos administrativos se define como aldeia. A aldeia é aqui encarada como um sistema possuidor de uma estrutura coerente e dinâmica, alvo de relações entre as diferentes partes, e não como uma simples concentração de diferentes elementos. Toma-se como exemplo o caso da Aldeia da Serra situada no concelho de Arraiolos, em que a área urbana se relaciona de forma interdependente com a envolvente rural.



7, 8, 9 Aldeia da Serra.

Considera-se a unidade existente entre a área urbana e a paisagem que a envolve uma das grandes especificidades deste conceito, uma vez que ambas mantinham entre si relações de dependência a vários níveis, uma não podia existir sem a outra, simbolizando o que mais reflecte determinados aspectos da cultura portuguesa. Forma, assim, uma unidade de paisagem, definida com base em análises empíricas dos componentes naturais e culturais, destacando-se os elementos de relevo, hidrografia e presença de água, biodiversidade, uso do solo, cadastro da propriedade rústica, factores históricos.

Para a delimitação desta unidade procura-se a coerência espacial e temporal de uma paisagem representativa do mundo rural e a delimitação de uma zona cujo carácter seja facilmente perceptível, com os seus elementos identitários. Pertence à escala local, logo exigindo uma análise mais detalhada e complexa, quer no campo espacial, quer no que diz respeito ao entendimento da sua dimensão temporal ou histórica, à percepção do papel que os diferentes actores locais têm no seu processo evolutivo e ao modo como se envolvem para dar forma à paisagem actual e futura. Aplica-se, pois, o que é definido pela Convenção Europeia da Paisagem: “a paisagem é uma área tal como é percebida pelas pessoas cujo carácter é o resultado da acção e da interacção dos factores naturais e humanos.”

De Norte a Sul do país, a “paisagem de aldeia” varia de acordo com o contexto territorial, os factores climáticos, o relevo, as características dos solos. Varia a forma, a organização, os materiais de construção, a agricultura que a circunda e, por tudo isso, estas aldeias são possuidoras de uma vivência diária distinta, comprovando que todas as paisagens possuem inscritas diferentes influências humanas e a todas elas estão associados múltiplos significados culturais.



10 Minho, aldeia de Carapeços, concelho de Barcelos.

11 Trás-os-Montes, aldeia Lamas D'Ólo, concelho de Vila Real.

12 Algarve, aldeia de Estói, concelho de Faro.

Hoje, da “paisagem de aldeia”, exigem-se novas funções e significados, especialmente não produtivos. A relação íntima de outrora do Homem rural com a paisagem, a sua presença constante nesta, garantida pela geração que continua a preservar o mosaico tradicional, encontra-se em risco de desaparecimento. A relação entre a área edificada das aldeias e a sua envolvente rural necessita agora de reiventada, pois as rápidas transformações que se operam na sociedade tornam imperativo a valorização do espaço rural, do sistema aldeia, tal como se refere: *“Há 20 ou 30 anos descobri que a paisagem se iria transformar num campo de invenções. É forçoso ser inventivo, porque a paisagem do futuro é um mistério e a do passado não pode ser reconstruída.”* (Urbanismo, 2001)

A “paisagem de aldeia” como elemento organizador da vivência humana constitui algo que precisa urgentemente de ser requalificada, “modernizada”, tornando-se atractiva no sentido de conseguir “convidar” habitantes a usufruírem do seu espaço. Por isso, a realização de estudos pormenorizados acerca dos valores existentes, do uso do seu espaço urbano e rural revela-se necessária, mesmo urgente.

Mas, se por um lado, a pouco e pouco, já se começa a assistir à valorização da aldeia em termos turísticos, como se terá oportunidade de à frente demonstrar, por vezes nota-se que estes espaços (não contemplando a vertente somente turística, mas sim uma vivência completa na aldeia, pressupondo trabalho, descanso, tempos livres) continuam à espera de novos usos e novas funções.

Essa valorização ou reinvencão poderá basear-se em múltiplos pressupostos, dependendo das características, das mais valias e dos problemas que cada uma apresenta. São inúmeros os exemplos de revitalização de aldeias, por vezes não atingindo o objectivo fundamental que qualquer acção neste âmbito deveria pretender alcançar: a de evidenciar as inúmeras funcionalidades do mundo rural, não tentando devolver a paisagem à sua memória anterior, mas sempre procurando atingir um estado de equilíbrio.

No âmbito do desenvolvimento de programas e projectos de desenvolvimento local enquadradas pelo PDR/QCA III, concretizando-se em Acções Integradas de base Territorial que foram incluídas nos planos de ordenamento regionais, salienta-se a elaboração de planos de valorização de aldeias com base na fixação do conceito de Áreas de Baixa Densidade (AIBT). Entre 1994 e 1999 surge o Programa das Aldeias Históricas, lançado no âmbito do Procentro e dotado de recursos financeiros destinados a intervenções estruturais de defesa e valorização de Aldeias da Beira Interior, apoiando a recuperação de edifícios, a criação de rotas de interesse turístico. Almeida, Piodão, Marialva, Castelo Rodrigo, Castelo Mendo, Linhares da Beira, Sortelha, Castelo Novo, Idanha-a-Velha e Monsanto sofreram intervenções a vários níveis, destacando a área edificada das aldeias. A sua requalificação realizou-se principalmente através de projectos de arquitectura que mantiveram a tipologia das habitações, com a salvaguarda dos tradicionais materiais de construção.



13, 14, 15, 16, 17 e 18 As várias "aldeias históricas" integradas no referido programa de Recuperação. Destacam-se as características de situação interessante na paisagem, quer pelo domínio visual, quer pela sua forma e imagem que se integram perfeitamente nesta. ([www.cartadolazer.inatel.pt](http://www.cartadolazer.inatel.pt), acedido em 14/9/2006)

As dez aldeias históricas inscrevem-se na envolvente da Serra da Estrela e são representativas de um património histórico-cultural rico que é apenas uma das características comuns a todas elas, como a sua envolvente geográfica, a população residente, o clima severo, a terra "áspera". Pretende-se, segundo o programa que originou este projecto, a preservação da memória colectiva das populações residentes, proporcionando-lhes condições para a sua fixação, através de um desenvolvimento local sustentado e de uma utilização regrada dos seus recursos naturais e patrimoniais. A aldeia de Piodão encontra-se actualmente classificada como Imóvel de Interesse Público. Destaca-se o papel da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) que elabora planos de actividades para estas aldeias, sendo que a sua animação é também da responsabilidade de agentes locais. Elaborou-se a Carta de Lazer das Aldeias Históricas (Inatel, 2000), contendo todo um conjunto de informações nas vertentes cultural, desportiva e de lazer que permitem a fruição do património atrás descrito.

Posteriormente, sucessivas gerações do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER concretizam-se na formulação de planos, programas, projectos, iniciativas e acções, pressupondo uma actuação de planeamento estratégico. São exemplo destas iniciativas, o Programa das Aldeias Vinhateiras do Douro, o Programa das Aldeias Rurais do Algarve e o Programa das Aldeias Alentejanas, todos com objectivos de intervenções múltiplas no domínio do investimento económico, do marketing e da fixação de competências.

O projecto comunitário - *Rede Europeia de Turismo de Aldeia* – foi financiado pelo programa Interreg III C com o objectivo de criar um turismo valorizador dos meios rurais, nomeadamente aldeias alentejanas. Em Portugal, fazem parte deste programa as catorze aldeias turísticas: Juromenha, Hortinhas e Terena (Alandroal), São Gregório (Borba), Porto de Espada (Marvão), Escoural e São Cristóvão (Montemor-o-Novo), Flor da Rosa (Crato), Telheiro (Reguengos de Monsaraz), Amieira de Tejo (Nisa), Evoramonte (Estremoz), Pias (Serpa), Santa Susana (Alcácer do Sal) e Alegrete (Portalegre). O tema escolhido para estas aldeias de Portugal foi o Megalitismo. Para a Lapónia (Finlândia), Trentino (Itália), Lomza (Polónia), e Arad (Roménia), foram definidos outros temas em torno da Recuperação de Aldeias Históricas, nomeadamente o "*Turismo do Imaginário*". Esta rede pressupõe a realização de circuitos pedonais com base na recolha de lendas e tradições locais, evidenciando o que de mais característico estes aglomerados possuem.



No entanto, grande parte destas aldeias constituem algo de “fictício”, porque ao visitá-las, depois da intervenção concretizada, nota-se que algo de fundamental foi esquecido - a parte envolvente que sustentava anteriormente toda a “paisagem de aldeia” e que determinava a vivência diária dos que lá trabalhavam. Geram-se, assim, modelos quase sempre justificados pela procura turística e baseados numa falsa utilização do espaço aldeia, muitas vezes vazias, utilizadas somente ao fim-de-semana ou ocasionalmente por “habitantes flutuantes” que utilizam o interior da habitação e que ignoram todo o meio que a circunda. A unidade *aglomerado urbano/paisagem envolvente* é inexistente, constituindo, no fundo, uma tentativa de museificação, a construção de um cenário. A abordagem ao desenvolvimento do território que todos estes programas e projectos pressupunham no período da sua elaboração, em que predominavam acções como a mobilização dos actores locais com repercussões em termos económicos, orientadas para a valorização dos recursos endógenos, na generalidade não se concretizaram. Determinando a sensação, quase sempre patente, que algo de muito importante foi esquecido ou simplesmente não resultou.

Quase todas estas aldeias enquadram-se em regiões que têm sofrido uma gradual desertificação humana e declínio da actividade económica, não se contestando o seu elevado potencial turístico que apresentam, testemunho do património construído e cultural de um passado mais remoto.

Considera-se, no global, este tipo de acções e projectos positivos, se bem que existem questões a considerar, como faz Orlando Ribeiro: *“A todas estas aldeias/vilas velhas, mais que imobilizadas, decaídas e degradadas, portanto ao nível de simples povoações rurais, se poderia dar a designação de conjunto de aldeias históricas: cada uma tem a sua biografia, às vezes humilde e apagada, outras ricas de vicissitudes históricas. A aldeia rural autêntica, ligada ao ritmo autêntico na vida do campo, de todos os tempos da história o que mais se confunde com a imobilidade aparente das estruturas que alcançaram o termo da sua evolução, pertence a um tipo, confunde-se com outras da sua área, repete com mínima variação, o mesmo paradigma.”* (Ribeiro, 1991)

### 1.3 – AGLOMERADOS DE REDUZIDA DIMENSÃO NO ALTO ALENTEJO – PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

Após observação de alguns aglomerados urbanos do Alto Alentejo, conclui-se que embora com particularidades bastante distintas entre eles<sup>13</sup>, possuem algumas características comuns, como a desertificação humana crescente, o facto de não possuírem pressões urbanísticas com expressão, reduzida actividade comercial, o abandono progressivo da agricultura, o encarar da autarquia como o principal “motor” de desenvolvimento do aglomerado. Todos estes factores geram lentamente a fragilização destes meios pequenos, nalguns casos tendo já atingido limiares de população que fazem escassear qualquer capacidade do mundo rural intervir nos domínios económicos e sociais (é apenas objecto e não sujeito no quadro de oportunidades geradas pelas políticas económicas e de mercado).

A evolução demográfica de grande parte destes aglomerados foi muito semelhante à registada para o total do distrito onde se inserem. De facto, verificou-se um sucessivo aumento da população até à década de 50, período a partir do qual esta começou a decrescer. A década de 60 veio agravar ainda mais a situação demográfica:

<sup>13</sup> O território possui características dadas pela sua morfologia, o solo com determinadas vocações, as linhas de água, a vegetação presente, entre outros elementos, que lhe fornecem o valor da unicidade, atestando a ideia de que cada espaço é único e irrepetível. Associando isto à acção do Homem - *“as habitações juntas em aldeias ou disseminadas pelos terrenos de cultura, andam tão intimamente ligadas ao cultivo da terra, ao regime de propriedade, à disposição de vias de comunicação que quando os principais aspectos de distribuição das casas pelo campo puderem explicar-se, compreender-se-á também o maior número de traços com que o Homem foi afeiçoando, no decorrer dos séculos as regiões em que de longa data habita”*. (Ribeiro, 1991)

valias na sua economia. Comprovando, ainda, que os pequenos aglomerados do interior alentejano não são, por completo, meros alvos passivos dos movimentos gerais com que são confrontados - a vida social, cultural, institucional e os interesses locais, intervêm e moldam os processos de mudança, por vezes, determinando inovadoras formas de subsistência.

O acréscimo global dos níveis de rendimento<sup>14</sup>, o aumento do tempo livre<sup>15</sup>, o incremento dos níveis de escolarização, de formação e de informação em geral<sup>16</sup>, a melhoria das acessibilidades, proporcionada por uma evolução ao nível das infra-estruturas e dos meios de transporte, a que se associa uma redução generalizada dos respectivos custos<sup>17</sup>, o desenvolvimento da sociedade de informação com a expansão das novas tecnologias de comunicação, a generalização e conseqüente degradação do modo de vida urbano (principalmente nas áreas metropolitanas), resultante da multiplicação e expansão dos aglomerados urbanos, determinam o conjunto de factores que originam diferentes formas de ver o rural. Constituem, também, potencialidades na vivência futura destes pequenos aglomerados por parte de vários sectores da sociedade, incluindo quadros técnicos dotados de profissões extremamente valorizadas no mercado de trabalho.

As actividades (culturais, lúdicas, turísticas) assentes nas características específicas dos territórios e dos recursos disponíveis, podem contribuir para que as áreas rurais assumam um novo protagonismo nos processos de desenvolvimento. Após o progressivo e generalizado decaimento da actividade agrícola, os territórios rurais reassumem, por esta via, uma dinâmica e protagonismo renovado enquanto espaços com características próprias, cada vez mais solicitados pela procura dos valores oferecidos.

#### 1.4 – EXEMPLOS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL

São várias as tentativas de valorização de aldeias, quer sob a forma de criação de programas, da formação de alianças, ou de simples acções por parte do poder autárquico, denunciando já uma preocupação vinda de diferentes sectores da sociedade com a degradação dos valores do mundo rural.

Registam-se, de forma sucinta, alguns destes projectos e seus objectivos:

##### 1.4.1 – CÂMARA MUNICIPAL DAS CALDAS DA RAINHA

*Caldas da Rainha oferece "projecto" de habitação a jovens:*

O Município das Caldas da Rainha juntamente com sete freguesias do concelho, com o objectivo de promover a fixação dos jovens nas aldeias, decidiram apoiar a construção de habitação própria, nas zonas rurais, em terrenos das autarquias. As freguesias possuem áreas onde é permitido construir, pelo que, *"além do terreno, que terá um custo simbólico, a Câmara oferecerá o projecto das casas aos jovens que se pretendam fixar nestas localidades"* (Visão, 2005), com o objectivo de contrariar a desertificação das aldeias e as dificuldades impostas pelo Plano

<sup>14</sup> O aumento do poder de compra das famílias permite que uma parcela cada vez maior dos rendimentos seja aplicada no consumo de bens e serviços não vitais, designadamente em produtos e actividades de ocupação do tempo livre.

<sup>15</sup> O período de trabalho tem vindo a reduzir-se, quer no contexto global do ciclo de vida dos indivíduos, quer no quadro das práticas quotidianas e das férias. A flexibilização dos horários de trabalho e a invasão dos espaços de lazer pela actividade profissional, facultadas pelas novas tecnologias de comunicação e de informação permitem, assim, formas de trabalho à distância.

<sup>16</sup> Traduzindo-se num maior interesse para o desenvolvimento de determinado tipo de actividades, para o conhecimento de novas paisagens e igualmente para o aumento da exigência pessoal, condições que se repercutem em diferentes tendências e motivações.

<sup>17</sup> Factores que alteram, gradualmente, a "experiência de espaço e de tempo", outrora característica do mundo rural.





F. 3 I JORNADAS IBÉRICAS DE RECUPERAÇÃO DE ALDEIAS ABANDONADAS.

(www.aldeia.org, acedido em 14/7/2006)

Com as jornadas que promovem, tentam explorar um futuro para estas estruturas edificadas e construídas abandonadas ou semi-abandonadas, evitando a não distinção entre o rural e o urbano, devido a confrontações sociais e económicas difusas e a uma uniformização dos padrões de comportamento. Exemplos esses que demonstram que a cultura tradicional vem gradualmente a perder a sua especificidade perante a cultura global.

#### 1.4.4 – AS ECOALDEIAS

Por fim, expõe-se o projecto das *Ecoaldeias*, tomando como exemplo o caso da aldeia de Tanoeiro, em Castro Marim. A organização das ecoaldeias dependerá da utilização que se faz dos elementos naturais que as compõem, sendo que esta deverá ser sustentável, privilegiando a biodiversidade, tanto animal como vegetal. As técnicas agrícolas utilizadas deverão ser respeitadoras de todas estas formas de vida que, no seu conjunto, constituem a riqueza de um ecossistema.

*a) Água – o enfoque deverá incidir na optimização da recuperação das águas pluviais. Uma rede de represas de água estabelecidas com a topografia do terreno permite gerir o abastecimento das habitações em função do número de habitantes. As águas usadas são armazenadas em conformidade com o terreno, tratadas por fito-depuração e reutilizadas na irrigação de terras de cultivo;*

*b) Habitações – situam-se em zonas apropriadas, integram-se e adaptam-se à geologia do terreno. Elas não causam impacto visual e não são ostentadoras, são inseridas o mais possível nas colinas, de maneira a “desaparecer” na paisagem. Os veículos ficam num parque de estacionamento à entrada da aldeia. Hortas, pomares, acessos e represas de água servem os homens da mesma forma que o resto da Natureza, tomando o sistema auto-suficiente. Na conservação e/ou restauro das ruínas existentes serão utilizados preferencialmente materiais tradicionais, se neste processo não for empregue mais energia do que a necessária para construir uma casa semi-enterrada;*

*c) Energias semi-enterradas – as energias serão exclusivamente renováveis: painéis solares, moinhos eólicos, fornos solares. A ecoaldeia é pioneira em matéria de energias e hábitos de consumo inovadores;*

*d) Espaços comuns – praça central da aldeia, biblioteca, escola, campos cultivados, espaço para encontros, actividades e celebrações. A sua manutenção é garantida pela própria comunidade, de acordo com o regulamento interno;*

*e) Oficinas de artesanato – cada oficina acolhe um artesão qualificado, assegurando a produção dos objectos necessários. Oficinas de cestaria, olaria, costura, carpintaria, ferraria, permitem que o artesão transmita livremente a sua arte a todos os interessados, quer sejam eles habitantes ou visitantes. As oficinas são*

*construídas como as casas de habitação, isto é, inseridas nas colinas e, assim, em harmonia com a paisagem.*"  
([www.ecoaldeias.pt](http://www.ecoaldeias.pt), acedido em 23/9/2006)

A agricultura nestas aldeias é algo de extrema importância, na medida em que é encarada como uma actividade que garante a sobrevivência de todos, mas também responsável pela composição/organização do espaço e mesmo valorização deste<sup>19</sup>.



F. 4 ECOALDEIA DO TANOEIRO, CASTRO MARIM.  
([www.ecoaldeias.pt](http://www.ecoaldeias.pt), acedido em 23/9/2006)

<sup>19</sup> Quando conduzida de um modo sustentável permite o enriquecimento dos solos através do acréscimo de matéria orgânica e do respeito pela cobertura vegetal, estimulando-se a interacção entre animais e vegetais. Privilegia-se, neste caso, uma rede de represas que permitem reter as águas pluviais e travar a erosão do solo, um sistema de rega económico e racional (gota-a-gota), bem como a presença de pecuária, que contribui para o enriquecimento dos solos e auto-suficiência alimentar dos habitantes.



## 2.1 – PAISAGEM ENQUANTO SISTEMA. CONCEITOS E TERMINOLOGIA.

Tendo em conta a complexidade desta realidade multifacetada, a paisagem constitui um sistema dinâmico onde os diferentes factores se influenciam uns aos outros e evoluem em conjunto ao longo do tempo. O conceito de paisagem implica a acção do Homem sobre o território, alterando as suas características, moldando-o. O seu carácter é influenciado por diversos factores como o clima, a geologia, a estrutura ecológica, a flora e a vegetação, o relevo, o solo, o seu uso/ocupação, as actividades humanas no presente e no passado.

A paisagem é, por isso, expressão dos diversos recursos naturais existentes numa determinada zona, mas também a expressão da acção humana, constituindo um património cultural que integra diferentes aspectos e que como sistema dinâmico, se encontra em permanente mudança. Pressupõe sempre a interpretação e percepção por parte de um observador.

### PAISAGEM CULTURAL

Por ***paisagem cultural*** entende-se uma paisagem modificada pelo homem ao longo do tempo. É caracterizada pelo mosaico de ecossistemas influenciados a vários níveis pela actividade humana, com diferentes estruturas e composições de espécies, sendo que para o seu funcionamento requerem diferentes quantidades de energia aplicada ao sistema. Praticamente todas as paisagens da Europa são culturais, na medida em que possuem múltiplas influências humanas e a todas elas estão associados vários significados culturais.

### PATRIMÓNIO RURAL

Considera-se ***património rural*** o conjunto de valores naturais e construídos existentes no espaço rural. Inclui especialmente a parte material e física das edificações e construções, não esquecendo as componentes de carácter intangível, como as tradições e outras manifestações culturais.

### MEMÓRIA DA PAISAGEM

Por ***memória da paisagem*** entende-se um conjunto de valores inerentes a cada paisagem, mantido principalmente pela memória colectiva dos seus utilizadores. O estudo Lugar e Memória dedicou-se “aos monumentos megalíticos, assumindo o seu valor para a memória das populações e derivadamente para o território, onde se inserem. Na paisagem existem lugares, marcas que o homem torna significantes pela sua relação com eles. As populações mantêm os seus significados, ou adicionam-lhes uns novos. Os lugares de memória (...) os sítios que na paisagem marcam o espaço, mas também referem um tempo através da sua monumentalidade e permanência.” (Oliveira, 2001) Estes elementos revelam-se fundamentais nos processos de reconstrução das identidades sociais, sendo através deles que as pessoas criam ligações afectivas com a paisagem. A memória da paisagem remete-se a um conjunto de elementos que permitem entender e explicar a sua imagem, forma, características actuais, onde se encaixam as várias épocas que a influenciaram e determinaram.

### CARÁCTER E IDENTIDADE DA PAISAGEM

Cada paisagem possui um determinado ***carácter***, único para cada lugar e que possui um papel preponderante no estabelecimento da sua ***identidade***. O conceito de carácter da paisagem remete-se para o conjunto de valores marcantes, aí apreciados e contemplados, resultado da interacção entre elementos que se constituem de forma individual (as representações da paisagem mais fortes na identidade local e/ou regional). É, por isso, a força de determinada paisagem, o que a distingue. Carácter e identidade são dois componentes fundamentais para a compreensão de uma paisagem. “Quer seja à escala local, regional, nacional, ou ainda internacional, as

*paisagens exprimem a unicidade e identidade de cada lugar (genius loci), reflectindo tanto a história natural como cultural de um território num determinado momento.” (Washer, 2000)*

Da principal terminologia usada ao longo deste estudo, salienta-se:

A **Valorização** da paisagem compreende um conjunto de intervenções que visam a melhoria do seu valor cultural, estético, funcional, relativamente ao estado actual, promovendo o seu reconhecimento e formas de gestão. Considera-se como o conjunto de intervenções que originarão o “reconhecimento” da paisagem, facilitando-o no contexto cultural das sociedades.

De entre outras intervenções enquadradas nas diversas leis nacionais de defesa e salvaguarda do património arquitectónico e paisagístico, destacam-se:

*“A **Recuperação** deverá ocupar-se das áreas já degradadas pela exploração dos recursos naturais de uma maneira que destruiu a sua capacidade de renovação (...) A **regeneração** dirá mais respeito à revitalização de sistemas ecológicas e paisagísticos com vista a diferente utilização.” (Telles, 1975)*

*Entende-se que a recuperação da paisagem “pressupõe a sua leitura como valor cultural havendo simultaneamente a necessidade de apreensão da escala da paisagem e da definição do contínuo natural, produtivo e construído. Se a água, o homem e a relação entre o território e as actividades económicas constituem elementos importantes a considerar na recuperação da paisagem, a grande aposta diz respeito à salvaguarda, valorização e recuperação da estrutura permanente ou ecológica da paisagem.” (Batista, 1997)*

*“A **Protecção** corresponde à necessidade de garantir a permanência de determinadas imagens, obras, paisagens e elementos da natureza que constituem valores culturais, científicos e sociais.*

*A **Construção** corresponde a toda a actividade humana que, tendo em vista um desenvolvimento coerente, deverá ter em atenção a dignificação e valorização social e cultural das populações e o desenvolvimento económico. A construção de paisagens biologicamente activas e equilibradas que integrem as estruturas e intervenções no campo físico deverá permitir uma evolução racional segundo os princípios da ecologia (...) todo o processo de desenvolvimento tem que construir-se em função do ambiente que deverá permitir a dignificação em plenitude física e espiritual do Homem.*

*A **Reabilitação** da paisagem corresponde a uma operação de conservação crítica e integrada de todos os elementos, de forma a que se efective a manutenção e construção da máxima complexidade, diversidade, continuidade e funcionalidade da paisagem, integrando as marcas de cultura do passado e a conservação da natureza, de acordo com os princípios ecológicos. Poder-se-á dizer que a reabilitação da paisagem histórica, ao considerar como condição de vida urbana e rural, a manutenção dos elementos essenciais da paisagem, preconiza a conservação e/ou reconstrução do contínuo natural e do contínuo cultural segundo os princípios gerais a que obedece a vida na paisagem: a continuidade, a elasticidade, a meandrização e a intensificação.” (Telles, 1975)*

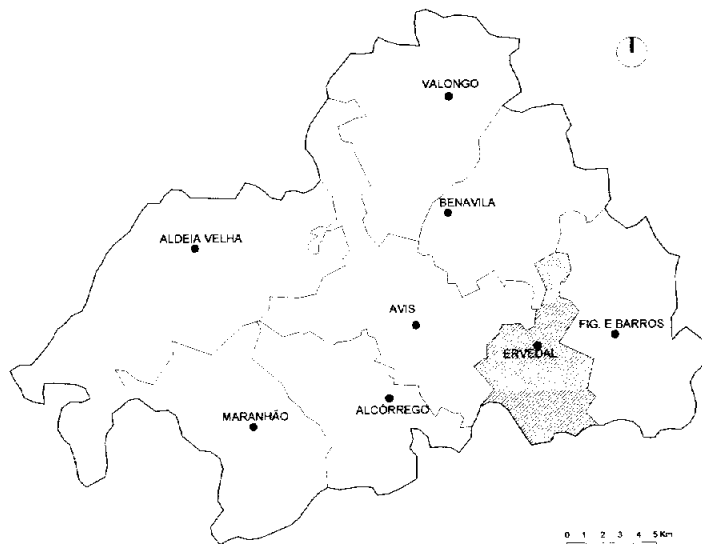
*“O **Restauro** admite o acrescento indispensável e harmonioso de partes novas que facilitem a leitura interpretativa do objecto original ideal (reconstituição da substância original), após a conservação e a consolidação da estrutura antiga, sem preocupação de o caracterizar no tempo histórico com carimbo da época (...) Restaurar (Lat. Restaurare) significa restabelecer, regressar à situação primitiva ideal. O vocábulo não deve*

*ser utilizado para grandes intervenções de protecção monumental; trata-se de uma medida de terapêutica, muito diferente da conservação, mas por vezes complementar daquela e frequentemente confundida com esta.” (Jorge, 1992)*

A **Conservação** da paisagem, *“é uma acção permanente de correcção e compensação necessárias para manter o equilíbrio da paisagem, apesar das intervenções humanas ou dos acidentes fortuitos normais. Como aspecto particular da Conservação pode-se encarar a Protecção, que visa um determinado equilíbrio especial com salvaguarda do interesse histórico, cultural, estético ou biológico, apesar da alteração das condições humanas que espontaneamente o originaram.” (Cabral, 1971)*



## 2.2 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



P. 1 A FREGUESIA DO ERVEDAL NO CONCELHO DE AVIS.  
(PDMA, 1994)

O Ervedal é uma vila que pertence ao distrito de Portalegre, concelho de Avis, e situa-se sensivelmente a meio da freguesia rural, que possui cerca de 3.810 ha. Com um braço da Albufeira do Maranhão a atravessar a freguesia de S. Barnabé de Ervedal, esta ocupa um território que se estende a cerca de 7 Km da sede concelhia, a Nascente, e acessível através da E.N. 243. A Sul, a freguesia do Ervedal confina com o concelho de Sousel. A vila ocupa aproximadamente 19.5 ha, enquanto que a área rural envolvente tem cerca de 380 ha. Como foi atrás referido, embora o Ervedal em termos administrativos esteja classificado como vila, aproxima-se da figura de aldeia, uma vez que actualmente não possui as características exigidas para vila. Apresenta-se, de seguida, o enquadramento do Ervedal numa área abrangente (P. 2).



ERVEDAL



P. 2 LOCALIZAÇÃO DO ERVEDAL  
(CARTAS MILITARES nº 381, 382, 383, 395, 396, 397)



## 2.3 – DA SUA HISTÓRIA

Uma das referências mais antigas relativas ao Ervedal menciona que “*Já no séc. XVI se dizia que havia aqui uma fonte que convertia em pedra tudo quanto se lhe lançasse dentro. Nesse século aparece aqui uma assinalada uma fonte de águas minerais, bicarbonatadas.*” (Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 1978)

O foral do Ervedal foi concedido por D. Manuel, em Santarém, a 1 de Janeiro de 1512, tendo sido elevada a sede de concelho até 1835. Ervedal foi couto com juiz ordinário e Câmara com três vereadores.

Em 1930, a vila do Ervedal possuía aproximadamente 1200 habitantes, 400 fogos e as seguintes actividades:

<i>Viticultores/Vinicultores</i>	3	<i>Ferrador</i>	1
<i>Telha e Tijolos</i>	3	<i>Comerciantes</i>	5
<i>Talho</i>	1	<i>Cêra e mel</i>	8
<i>Sociedades de recreio</i>	2	<i>Carros de aluguer</i>	3
<i>Sapateiros</i>	3	<i>Carpinteiros</i>	7
<i>Relojoeiro</i>	1	<i>Cantoneiros da Câmara</i>	1
<i>Proprietários ou agricultores</i>	27	<i>Barbeiros</i>	3
<i>Farmácia</i>	1	<i>Lagares de azeite</i>	5
<i>Pedreiros</i>	8	<i>Alfaiates</i>	3
<i>Moagem</i>	1	<i>Agências de seguros</i>	2
<i>Moleiros</i>	7	<i>Correio e telégrafo</i>	1
<i>Modista</i>	1	<i>Máquinas de costura</i>	3
<i>Marceneiros</i>	2	<i>Junta de freguesia</i>	1
<i>Latoeiro</i>	1	<i>Juiz de paz</i>	1
<i>Hospedarias</i>	3	<i>Registo civil</i>	1
<i>Ferreiros</i>	2	<i>Regedor Pároco</i>	1

**Q. 1** ACTIVIDADES EXISTENTES NO ERVEDAL NA DÉCADA DE 30.

(Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 1978)

Se se comparar, na mesma data, o número de actividades/comércio/serviços existentes em Aldeia Velha, freguesia também do concelho de Avis, constata-se a maior importância do Ervedal:

<i>Proprietários ou agricultores</i>	10
<i>Viticultores</i>	2
<i>Junta de freguesia</i>	1
<i>Registo civil</i>	1
<i>Regedor</i>	1
<i>Professor</i>	1

**Q. 2** ACTIVIDADES EXISTENTES NA ALDEIA VELHA NA DÉCADA DE 30.

(Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 1978)



**22 e 23** Rua Rodrigues Freitas no início do século XX. (Junta de Freguesia do Ervedal)

**24** Largo Miguel Bombarda no início do séc. XX, com a Igreja ao fundo. (Junta de Freguesia do Ervedal)

**25** Largo Miguel Bombarda na mesma data, após realização de um baptizado. (Junta de Freguesia do Ervedal)

Da análise de algumas notícias de jornais antigos reteve-se a seguinte informação:

*“O Ervedal do Alentejo é uma pitoresca, risonha vila, onde o espírito apraz viver. Não é que seja uma terra rica, nem que nos ofereça variadas diversões. Mas é uma povoação bem situada, muito caiada e asseada, com muitas hortas a emoldurá-la, com uns arredores como não há mais lindos nas povoações alentejanas que me é dado a conhecer. Quem chegado à colina de São Jorge contempla o encantador panorama que nestas tardes outonais as azenhas, as hortas e a ribeira nos oferecem, sente-se ali como que preso, atraído durante horas por tanta beleza.*

*À esquerda, na encosta, a fonte murmurante onde as raparigas, vestes garridas, rostos alegres, sorrisos a bailar-lhes nos lábios, vão pelas tardes buscar água pura para beber. À direita, sete ruidosas azenhas movidas por uma forte levada de água, cuja nascente, convenientemente explorada daria energia para uma fábrica de lanifícios que muito bem ali ficaria no centro duma região fortemente produtora de lã, se o alentejano mais ousante fosse da indústria.*

*No sopé milharais verdejantes e mais adiante, a orlar o rio, como que a retratarem-se nos meandros, choupos esguios e bracejantes salgueirais. Ali um hortelão, além de pescador acolá no lugar da roda da azenha lança a água espumante, bandos de patos de finas penas e de vaidosas cabeças, num quá-quá alegre e festivo. E tudo numa simplicidade, uma harmonia que nos prende, que nos encanta. E por toda a parte num amor à terra, às*

*plantas, ao trabalho que dignifica, que honra. Respira-se aqui a plenos pulmões, vive-se aqui a vila que anima que consola.*

*Esse em vez das azenhas nos dirigirmos, caminharmos, hortas abaixo, até ao rio?*

*É um passeio que nos agrada pelo que de pitoresco se encontra no quilómetro de verdura e de árvores copadas que percorremos até lá baixo. Eu amo, como os poetas, o rumorejar das noras e a quietude encantadora da natureza. Pois tudo se encontra neste passeio adorável e vivificador, nesta vila, onde o nosso espírito apraz viver.*

*Melhoramentos a que o Ervedal tem direito:*

*Desde que foi inaugurado o caminho-de-ferro de Estremoz a Sousel ficou à distância de 18 Km do caminho-de-ferro. Urge pois que seja construído num troço de estrada que passando pelo Ervedal, vá quase até Fronteira. Na construção desta estrada devem empenhar-se, porque todos são grandemente favorecidos, os povos de Sousel, Ervedal, Avis, Figueira e Barros. Toda esta região é rica em azeite, bolota, cortiça, cereais, etc, que exporta em importantes quantidades não falando nos adubos que importa. Sem a estrada em questão tornam-se difíceis e caríssimos todos os transportes. Que o governo tome na devida consideração a satisfação deste urgente necessidade.*

*A Câmara de Avis pouco tem gasto neste últimos anos em melhorar esta freguesia, a 1º do concelho depois da sede. Depois de transferir para Avis a sede do posto médico resolveu suprimir a verba orçamentada para a luz, deixando as ruas sem iluminação. Aqui se solicita da actual Comissão administrativa que valha a verdade mais alguma coisa se tem feito que as últimas vereações eleitas porque ao menos reúne de vez em quando, que não nos deixe às escuras nas noites de invernía que daqui por pouco aí estarão. E já que estamos no capítulo dos pedidos não é de mais lembrar ao vereador pelo Ervedal, nosso amigo Sr. Velez Grilo, que bem necessitamos duma praça aos domingos porque pelas ruas cheiram a séc. XVIII.*

*Com pouca despesa a Câmara adquiriria duas casas asseadas e decentes destinadas à venda de carne e de peixe. Bem pouco se pede, em presença do muito que nos falta. E que não queremos sair do campo do possível e até do fácil. E não nos objectem que não teem dinheiro porque ainda no outro dia estava a Câmara disposta a pagar metade dos vencimentos aos magistrados judicial e do Ministério Público, caso fosse revogado o decreto que extinguiu as comarcas.*

*Unicamente devido à iniciativa e ao esforço particular esta freguesia tem tido nos últimos anos algum progresso. Há aproximadamente dois anos foi construído um teatro e inaugurado um Posto de Socorros Médicos para cuja criação e desenvolvimento muito valeram a iniciativa e esforços da ex<sup>ma</sup>. Sr. D. Rita Pais e doutras senhoras, do médico Dr. Pimenta Presado, nosso ilustre amigo e quem o povo deste freguesia muito deve e a outros ervedalenses dos quais desejo destacar o proprietário Sr. Joaquim Augusto dos Reis que numa generosidade que muito o distingue fornece a casa gratuitamente.*

*Profundamente bairristas, muito naturais desta terra alimentam o desejo de vê-la progredir. Pena é que sejam pobres e que não possam por isso juntar ao grande amor que alimentam pelo Ervedal o dinheiro necessário para tomar grande a sua terra.” (A Rabeca, 1927)*

Na década de 40, o Ervedal atinge o nível de população mais elevado - 1249 habitantes. A partir daí e num período de aproximadamente 70 anos, o aglomerado entra em retrocesso demográfico, sendo que em 2001 possui cerca de metade da população que tinha naquele período.

A economia, emprego, entre outros, foram inevitavelmente influenciados de forma negativa devido ao decréscimo populacional, gerando um cenário de desertificação humana acentuada.

## 2.4 – CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM EM QUE SE INTEGRA ERVEDAL

A paisagem do Ervedal enquadra-se, segundo a *Identificação e Caracterização das Paisagens de Portugal Continental* (Abreu, Pinto-Correia, Oliveira et al., 2004), no grupo de unidades do Alto Alentejo e na unidade de paisagem 89 - Peneplanície de Alto Alentejo.

O grupo de unidades P - Alto Alentejo inclui as seguintes unidades de paisagem:

- 88 - Serra de São Mamede
- 89 - Peneplanície do Alto Alentejo**
- 90 - Colinas de Elvas
- 91 - Várzea do Caia e Juromenha

Nesta obra descreve-se a paisagem numa escala nacional, através de uma abordagem sistémica, complexa e holística, culminando na identificação de Unidades de Paisagem. Das caracterizações relevantes para a área em estudo, salienta-se quanto ao grupo de unidades de paisagem:

### **“A Paisagem**

*As paisagens do Alto Alentejo são marcadas por uma malha larga, no geral associada a montados e ao seu uso silvopastoril, com ligeiras variações de densidade e textura, apenas interrompida pelos aglomerados e pelo mosaico de policultura que lhes está associado, bem como por algumas manchas diferenciadas, devido a características particulares de relevo, presença de água, litologia e solos.*

*Estas paisagens de campos verdes e abertos com escassa compartimentação ou com arvoredos dispersos com densidades variáveis, são a consequência da combinação de causas naturais (o clima, o relevo pouco vincado, a relativa pobreza dos solos) e da sua ocupação ao longo do tempo, com baixas densidades populacionais, regime de grande propriedade, usos extensivos e multifacetados. Tal como em todo o Alentejo, é marcante a extensão de céu que se avista de qualquer ponto um pouco mais alto, e a forte luminosidade que vinca (...)*

### **Suporte biofísico**

*Grupo de unidades que se caracteriza essencialmente por um clima continental atenuado. As características continentais são naturalmente acentuadas nas unidades mais interiores (“Colina de Elvas” e “Várzea do Caia e Juromenha”)..... A peneplanície dominante neste conjunto de unidades de paisagem desenvolve-se entre os 200 e os 400 metros. Com altitudes entre os 150 e os 200 metros estão as baixas do Guadiana e Caia, bem como a zona poente que envolve a albufeira do Maranhão. A Serra de São Mamede, em sentido mais estrito (que não coincide com a unidade de paisagem que tem esta designação), corresponde a altitudes superiores a 400 metros, sendo significativas as superfícies acima dos 600 metros (ponto culminante a 1027 m).*

*Geologicamente este grupo de unidades inclui-se na Maciço Antigo. Grande parte da unidade encontra-se na peneplanície conservada do Alto Alentejo, donde se destaca a formação da serra de São Mamede e terraços fluviais ao longo do Guadiana e afluentes. Os principais cursos de água na parte norte do grupo de unidades drenam para o rio Tejo: rio Sever, ribeira de Nisa, de Sor, da Seda e de Avis; a parte sul inclui um troço do rio Guadiana, assim como os rios Caia e Xévorá, seus afluentes. Tal como se passa em todo o país e, mais especialmente no sul, também estes cursos de água apresentam um regime muito irregular ao longo do ano, com importantes caudais (e cheias) no Outono-Inverno e acentuada secura no Verão.*

### **Humanização**

... Os principais aglomerados correspondem às cidades de Portalegre e de Elvas. Os centros urbanos, incluindo os de menores dimensões, apresentavam tradicionalmente traços comuns, de que se destaca a densa concentração do edificado, em torno do qual se encontrava uma zona agrícola com um mosaico de policultura (vinha, hortas, pomares de fruto e olivais), sendo que só para lá deste anel restrito surgiam as terras de pasto, as searas, os matagais e montados. Actualmente vai-se assistindo a alterações deste padrão, com a dispersão de construções nas periferias das cidades e vilas, um menor cuidado ou mesmo abandono das hortas e ferragiais, a ocupação edificada ao longo das vias de acesso automóvel.

As construções tradicionais são essencialmente térreas (ocorrem também casas com dois pisos sem escada interior, sobretudo na área de São Mamede), destinadas à habitação, com paredes rebocadas e caiadas de branco, frequentemente omadas de cores vivas, e com cobertura em telha. Nestas construções tradicionais a taipa foi usada de maneira sistemática. Os assentos de lavoura, que pontuavam de forma concentrada a paisagem, foram em grande parte abandonados (parcial ou totalmente), assistindo-se recentemente à sua aquisição e recuperação para residências secundárias (...)"

No que respeita à Unidade de Paisagem 89 – Peneplanície do Alto Alentejo, destaca-se as seguintes considerações:

#### **"Carácter da Paisagem**

Extensa planície, suavemente dobrada, que se desenvolve a norte do maciço Calcário Estremoz-Borba-Vila Viçosa, até à Serra de São Mamede, a norte, e Charneca Ribatejana, a poente. As paisagens desta unidade são dominadas pelos montados de azinho (contrariamente à Charneca a oeste, onde se destaca o de sobro, devido a uma maior humidade atmosférica), com densidades variáveis mas em geral bastante aberto, quase só interrompido por um mosaico agrícola mais diversificado na proximidade dos aglomerados. No geral trata-se de um montado bem cuidado, que se prolonga em extensões quase infindáveis. Do alto das pequenas elevações existentes, a vista permite alcançar vastos horizontes onde está presente o montado, em manchas com densidades variáveis de coberto, mas com um aspecto geral de homogeneidade e continuidade.

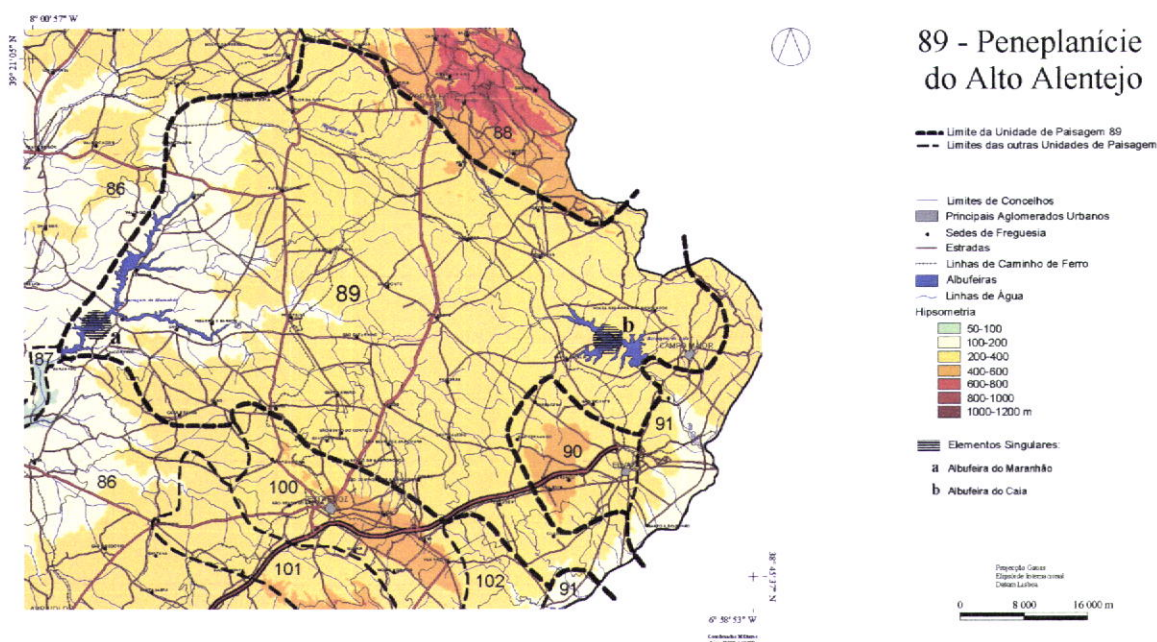
As formas de relevo são suaves, apenas se destacando o encaixe da Ribeira de Seda que abastece a albufeira do Maranhão. A nascente, encontra-se outra grande albufeira, a do Caia, inserida num relevo mais suave.

Entre os montados encontram-se ainda manchas representativas de olival, sistemas arvenses de sequeiro e pastagens, por vezes algumas superfícies de eucalipto.

Os raros relevos que se destaca na paisagem têm uma orientação dominante noroeste-sudoeste. Algumas das linhas de água mais expressivas apresentam galerias ripícolas bem constituídas e há vários casos de recentes intervenções para o seu aproveitamento recreativo através de praias fluviais.

O povoamento é concentrado em aglomerados de média dimensão, situados normalmente numa elevação, a distâncias quase regulares uns dos outros. Estes aglomerados constituem conjuntos interessantes do ponto de vista do património construído, sendo geralmente encimados por um castelo (Campo Maior, Ouguela, Arronches, Crato, Alter do Chão, Avis, Monforte), de onde se obtêm boas panorâmicas. Na envolvente destes aglomerados surge uma cintura de policultura onde o olival tem uma forte expressão (...)

É aqui notório um maior dinamismo económico, associado ao sector agro-pecuário, comparativamente com outras áreas interiores do Centro e do Baixo Alentejo."



P. 3 UNIDADE DE PAISAGEM 89.  
(Identificação e Caracterização das Paisagens de Portugal Continental, 2004)

### **Ordenamento, diagnóstico e gestão da paisagem – Diagnóstico e orientações para a gestão**

*Esta é uma unidade de paisagem com identidade mediana a alta – reconhece-se nela claramente uma paisagem alentejana, mas não se apresenta com qualquer tipo de particularidade que se lhe destaque e lhe confira um carácter claro e identificável. A excepção encontra-se confinada aos centros urbanos e paisagem envolvente, ainda carregados de informação sobre a história do seu uso, das actividades e comunidades que os foram construindo ao longo do tempo.*

*Trata-se de uma unidade de paisagem com usos extensivos, e no geral, coerentes entre eles e em relação às características biofísicas presentes, embora com alguns problemas relativos à erosão do solo (tendencialmente menos significativos devido à progressiva extensificação dos sistemas agrícolas e redução das áreas com arvenses de sequeiro).*

*A "riqueza biológica" desta unidade será média a elevada (presença importante de montados, de galerias ripícolas, de sistemas pastoris extensivos).*

*Não se trata de uma unidade de paisagem rara, apresentando-se com traços comuns a outras paisagens alentejanas, a que estão associadas sensações de grandeza e de tranquilidade, de profundos contrastes cromáticos e climáticos ao longo do ano, de uma relativa desertificação humana.*

*Têm vindo a ser executadas plantações de sobreiros em algumas áreas agrícolas abertas, sem coberto arbóreo ou com montado de muito baixa densidade. O conjunto destas áreas corresponde ainda a uma percentagem diminuta da superfície desta unidade mas, se estas plantações tiverem continuidade, poderá assistir-se a uma transformação significativa no padrão dominante de montado aberto com pastagem extensiva. Por outro lado, e em sentido contrário, alguns casos de intensificação da produção pecuária, nomeadamente de bovinos, ameaçam localmente a preservação do montado.*

*A redução dos processos de erosão do solo (e a conseqüente diminuição de sedimentos depositados nas albufeiras do Maranhão e do Caia) aponta para a necessidade de se incentivarem os sistemas e técnicas de exploração da terra que garantam a conservação do solo. O mesmo se aplica no que diz respeito à gestão equilibrada dos recursos hídricos. Em termos genéricos, o montado com uma exploração pecuária extensiva*

*preenche estes objectivos, desde que complementado por matas nas zonas mais declivosas ou de cabeceira e por sistemas agrícolas ou pratenses mais intensivos nas zonas de vale. A valorização das linhas de água e respectivas galerias ripícolas contribuirá, também para equilibrar os processos biofísicos essenciais à sustentabilidade das paisagens...*

*Numa região interior em evidente perda de população, uma medida indispensável para a conservação de paisagens vivas e úteis será a requalificação global de centros urbanos em termos ambientais e patrimoniais, bem como de acessos, equipamentos e serviços fundamentais para assegurarem condições de vida dignas e agradáveis." (Abreu, Pinto-Correia, Oliveira et al., 2004)*



**26** A presença da Albufeira do Maranhão, sempre constante na paisagem do Ervedal.

**27** O Monte da Torre, a Norte do Ervedal, propriedade de grande dimensão que se dedicava à actividade agrícola e pecuária, hoje parcialmente abandonada.

**28** Vista do aglomerado do Ervedal sobre a paisagem, envolvente para Norte.

Os campos monótonos, os montados de sobre e azinho, as aldeias brancas e raras, os rebanhos poeirentos de ovelhas, a mole ondulação do terreno que se perde num horizonte distante, até um pouco a fisionomia de quem possui ou trabalha a terra, evocam o Alentejo, o Alto Alentejo, em que se integra a paisagem do Ervedal.

De maneira geral, esta paisagem é marcada pelo carácter ligado às actividades agrícolas, concretizando-se na existência de montados, contemplando a exploração silvo-pastoril, com variadas densidades e texturas, pelos olivais alinhados e por outras manchas diferenciadas segundo as características particulares do relevo, presença de água, litologia e solos, comprovando a sua influência claramente mediterrânica.

Possui expressão a grande propriedade, os campos enormes, muitas vezes a perder de vista, com um padrão de uso do solo homogéneo, pouco compartimentados, ocupados em grande parte por azinheiras, sobreiros, campos de cereais, vinhas e pelo olival que, com a cor cinzento esverdeada das oliveiras associada aos vários tons de castanho escuro do solo, confere à paisagem tonalidades muito características. As hortas, mantendo as tradições ligadas à produção, fornecem sensações de fertilidade e amenidade, a agricultura intensiva origina padrões geométricos em clareiras com pivots de rega. Trata-se, no geral, de usos agrícolas e florestais sustentáveis e coerentes com as características de solo e relevo presentes. A rocha mãe vem, por vezes, à superfície e o pouco solo das encostas apresenta-se seco e gretado, frequentemente coberto por matos rasteiros, conferindo um carácter agreste à superfície.

O relevo é suave, destacando-se a presença do plano de água da Albufeira do Maranhão, elemento estruturante fundamental que dá identidade à paisagem, transmitindo sensações de suavidade, conforto e tranquilidade, aliando áreas de maior "riqueza" e diversidade biológica ao aproveitamento recreativo das suas margens, maioritariamente por pescadores e caçadores. As linhas de água são acompanhadas por galerias ripícolas, no geral, bem constituídas.



**29** O aglomerado urbano do Ervedal, ao fundo. Note-se a relação que mantém com a paisagem.

**30** A Albufeira do Maranhão em Novembro de 2005, notando-se a descida do nível da água, devido à escassez de chuva.

**31** Novamente a Albufeira do Maranhão em Junho de 2006, em que a precipitação ocorrida provocou a subida do nível da água.

As encostas, muito variáveis, são predominantemente expostas a Norte, algumas cobertas com matos, evidenciando a inexistência de uma rede de compartimentação eficaz. É notória a reduzida presença de sebes e alinhamentos de árvores que ladeiam caminhos ou simples divisões de propriedades.

A presença dos aglomerados urbanos, caracterizados pelo domínio da horizontalidade, que surgem sob a forma de povoamento concentrado, como é exemplo o Ervedal, alguns com dezenas de quilómetros a separá-los, determinam uma agricultura de subsistência, um mosaico mais rico e diferenciado em seu redor, promovido pela presença de uma policultura - fruteiras, hortas, pomares de fruto, olivais e vinha - proporcionada por terras ricas em matéria orgânica, com fertilizações e regas impostas pelos agricultores. Só para lá deste anel restrito surgem os montados e as searas. Salienta-se, ainda, o desordenamento no que diz respeito às expansões mais recentes dos aglomerados urbanos, também se verificando no Ervedal.

Habitações dispersas marcam também esta paisagem, a elas surgindo associado um uso do solo mais diversificado, suportadas pela rega.



**32** Ervedal e envolvente.

(Ortofotomapa, 1995)

150 300 m



#### 2.4.1 – CLIMA

Os dados apresentados nesta síntese climática foram obtidos na estação de Benavila, freguesia do concelho de Avis, cujos valores mensais médios foram recolhidos entre 1956 e 1980.

O clima existente caracteriza-se, de um modo geral, por possuir uma prolongada e bem marcada estação seca, com fortes amplitudes térmicas diárias e coincidente com o verão donde resulta um défice de água no solo - é marcadamente mediterrânico.

##### **Temperatura**

As temperaturas máximas e mínimas situam-se entre os 42,5°, verificada em Julho e os -4,6°, verificada em Fevereiro, comprovando a sua grande amplitude térmica. Das médias verificadas neste período conclui-se que o verão é quente e seco, por vezes com temperaturas superiores a 40° e no inverno a temperatura pode descer abaixo dos 0°. A temperatura média mensal é de 15,9°.

##### **Humidade relativa**

Destaca-se a correspondência entre os valores mais baixos de humidade com os mais altos de temperatura. Relativamente à evaporação, esta atinge o seu máximo em Agosto, com 246,5 mm e o seu mínimo em Dezembro, com 49 mm.

##### **Precipitação**

A precipitação média anual é de 627,5 mm, sendo os meses de Janeiro e de Novembro os mais chuvosos (58 e 64 mm, respectivamente) e os de Julho e Agosto os menos chuvosos (19,5 e 24 mm, respectivamente).

##### **Geadas**

As geadas atingem o seu máximo em Dezembro, seguido de Janeiro e finalmente de Novembro, Fevereiro e Março. Nos restantes meses não há registo de geadas.

#### 2.4.2 - GEOLOGIA

O concelho de Avis é, na sua maior parte, constituído por granitos e xistos. Do ponto de vista geomorfológico, este corresponde a uma planura em que o modelado fundamental é determinado por um relevo ondulado suave a muito suave, predominantemente constituído por formações superficiais cenozóicas (com diversos complexos argilosos cobertos por areias pliocénicas) e por algumas zonas de xistos silúricos totalmente alterados. Esta planura é, em algumas áreas, interrompida por relevos residuais (de xistos, filádios, quartzitos) silúricos e de granitos hercínicos.

*“Na zona do Ervedal, sob o ponto de vista litológico e estratigráfico, destacam-se as rochas eruptivas hercínicas, concretamente granitos, quartzodioritos, sienitos e monzonitos. Este tipo de rochas constituem dois maciços distintos. O mais importante – maciço do Ervedal – corresponde a um afloramento circunscrito de forma aproximadamente circular com cerca de 7 Km de diâmetro. O outro, maciço da Malhada da Granja – igualmente circunscrito, situa-se a 1,6 Km a Este do primeiro, no limite do concelho de Avis.*

*Os granitos são as rochas com maior representação no conjunto eruptivo, localizando-se a ocidente da falha de orientação NNE-SSW, entre o Monte de Cavalos e Figueira e Barros.*

*As rochas metassedimentares silúricas encontram-se deformadas por acções tectónicas anteriores à instalação do maciço circunscrito de Ervedal, pelo que se encontra percorrido por uma densa rede de fracturas e descontinuidades.*" (PDMA, 1994)

#### 2.4.3 - RELEVO

As altitudes da área em estudo variam entre os 130m na proximidade do braço da Albufeira do Maranhão mais próximo do aglomerado urbano e os 230m, a Sudeste, determinando, de maneira geral, um relevo pouco vigoroso, nalgumas áreas quase plano, originando situações com significativa amplitude visual, reforçando esta leitura de uma paisagem molemente dobrada, suave.

A Albufeira do Maranhão, pertencente à bacia Hidrográfica do Tejo, com orientação dominante Nordeste-Sudoeste e dimensão significativa, constitui o elemento estrutural de toda esta paisagem e uma ocorrência considerada de excepção no contexto paisagístico da região. O seu braço, com orientação Nascente/Poente, juntamente com a Ribeira do Alcórrego (quase coincidindo com o limite Sul da freguesia), correspondem a vales com significativa presença. No primeiro caso, trata-se de um vale encaixado, com uma maior densidade de afloramentos rochosos, conferindo à paisagem um carácter mais agreste e pedregoso.



**33** Galeria ripícola presente numa linha de água da Horta das Rosas.  
**34 e 35** Ribeira do Alcórrego.

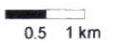
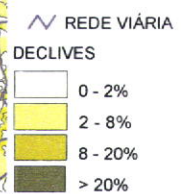
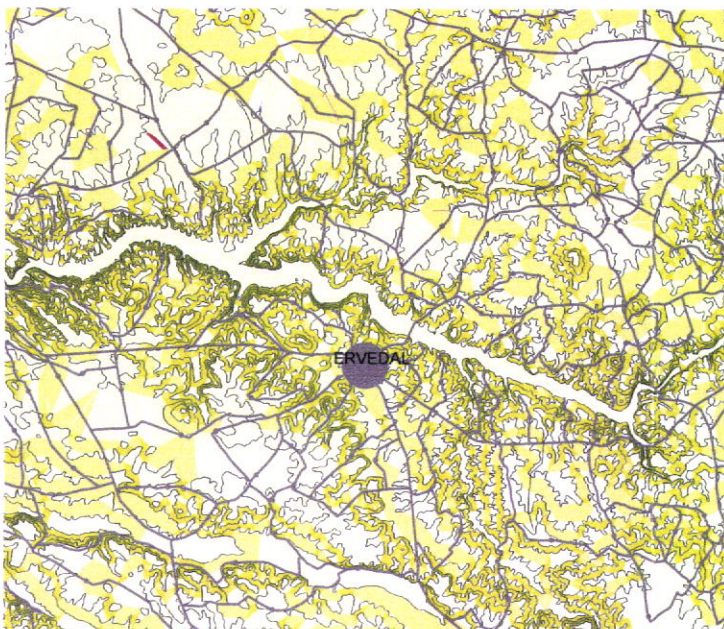
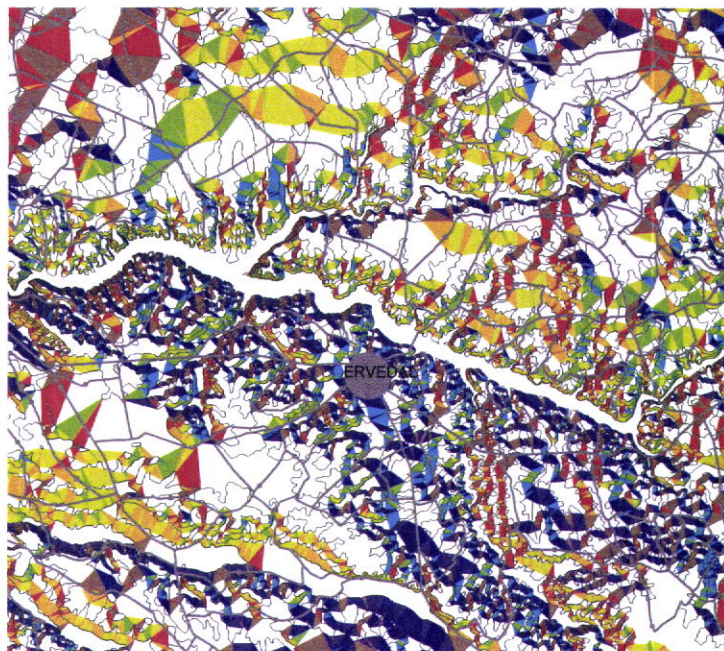
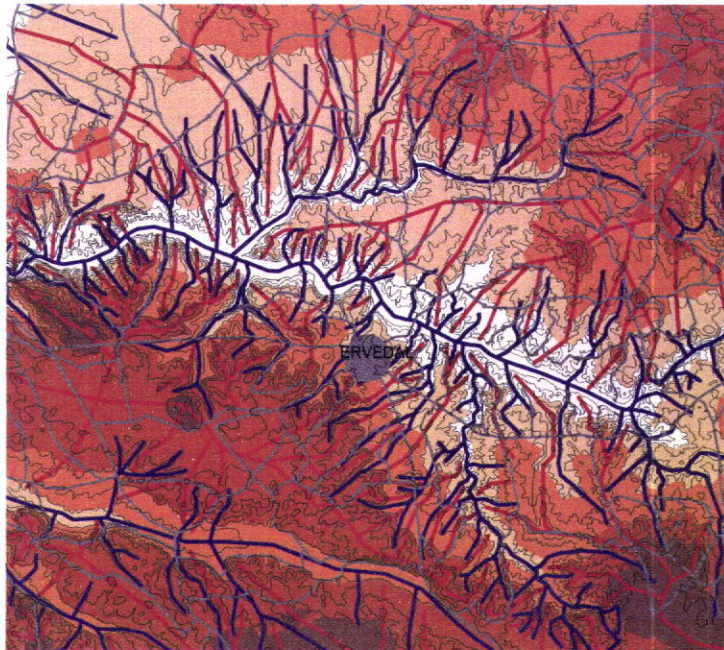
Entre estes dois elementos naturais a linha de cumeeada ou festo principal, também estruturante, gera as bacias de drenagens respectivas. Um conjunto de ribeiras de menor importância – Ribeira de Provença, Ribeira da Caniceira, Ribeira do Azinhal, Ribeira da Torre, Ribeira do Peteto<sup>20</sup> – percorrem a paisagem em estudo. A elas surge associado um tipo de vegetação que realça a sua presença na paisagem, constituindo densas galerias ripícolas, constituídas por freixos, choupos, salgueiros, que diferem bastante da restante ocupação do solo. Grande parte destas linhas de águas apresentam traçados irregulares e são de carácter torrencial, sem caudal visível durante o Verão. Algumas formam pequenos vales, por vezes ocupados com um tipo de agricultura de subsistência, quando situadas mais próximas do aglomerado. A orientação dominante destas linhas de água é Sul-Norte. As classes de declives com maior representatividade situam-se entre 0-2% e 2-8%. A área mais declivosa situa-se no braço da Albufeira do Maranhão, por vezes com declives superiores a 20%, a menos declivosa situa-se a Norte/Noroeste da área em estudo.

<sup>20</sup> Note-se a toponímia, instrumento determinante que faculta o estudo da ocorrência, importância, tipologia, localização destes elementos. Trata-se, quase sempre, de designações já bastante antigas que foram perpetuadas até hoje, muitas vezes reveladoras das características principais, tanto físicas como humanas, das áreas em que se enquadram.

São várias as cabeceiras das linhas de água, tributárias da Albufeira do Maranhão, ou, como o nome indica, as zonas situadas a montante da bacia hidrográfica onde nascem os cursos de água, aqui presentes. Estas, com a sua forma arredondada em áreas de relevo ondulado, juntamente com as áreas de máxima infiltração<sup>21</sup> (aquelas em que o solo e o sub-solo são relativamente permeáveis, dependendo, por isso, da natureza da litologia, do solo que cobre a rocha-mãe e, ainda, do declive, consideradas decisivas para a infiltração da água) possuem ocupações muito variadas, ora com olival, ora com áreas mais próximas da vegetação autóctone.

---

<sup>21</sup> A ocorrência da REN mais presente na área em estudo é *Áreas de Máxima Infiltração*. Existem também *Áreas com Riscos de Erosão* nas bordas do plano de água da Albufeira do Maranhão, bem como *Cabeceiras de Linhas de Água*, se bem que com menor dominância.

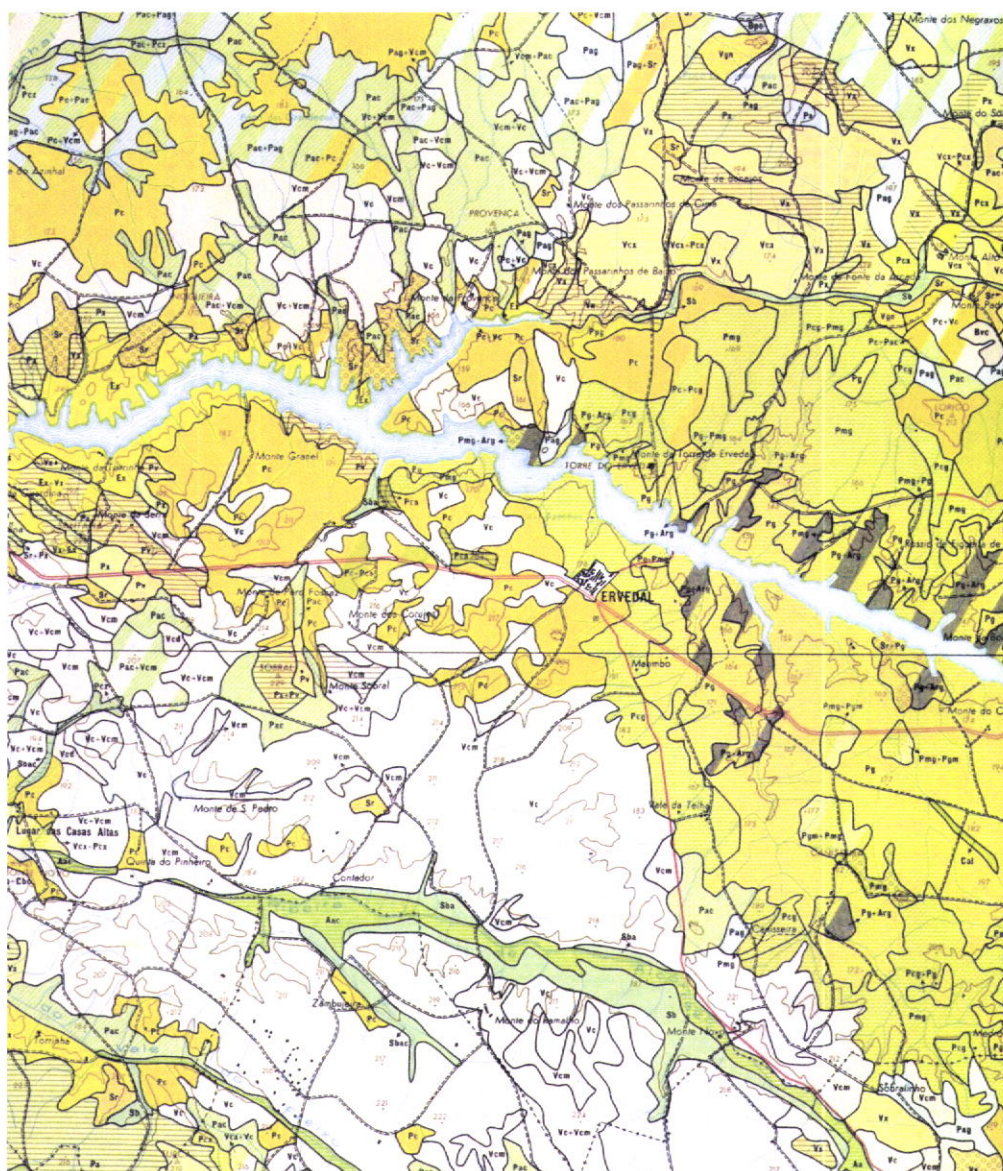


#### 2.4.4 - SOLO

Da análise da Carta de Solos, verifica-se que os que predominam na paisagem do Ervedal são:

- . Pcg (SOLOS CALCÁRIOS PARDOS de granitos associados a depósitos calcários);
- . Pc (SOLOS CALCÁRIOS PARDOS de calcários não compactos);
- . Vc (SOLOS CALCÁRIOS VERMELHOS de calcários);
- . Pg (SOLOS LITÓLICOS NÃO HÚMICOS de granitos ou rochas afins), na envoltura imediata do aglomerado;
- . Pmg (SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS de dioritos ou quartzodioritos porfíricos ou rochas microfaneríticas ou cristalofílicas afins);
- . Vcm (SOLOS MEDITERRÂNEOS VERMELHOS OU AMARELOS de margas ou calcários margosos), em áreas já mais afastadas.

Nas margens da Albufeira do Maranhão encontram-se AFLORAMENTOS ROCHOSOS de granitos ou quartzodioritos.

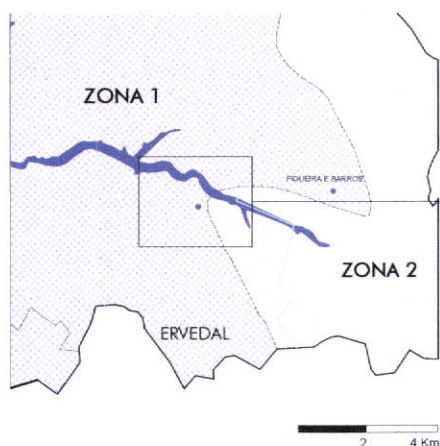


P. 5 EXTRACTO DA CARTA DE SOLOS Nº 32 C.  
(S.R.O.A., 1964)

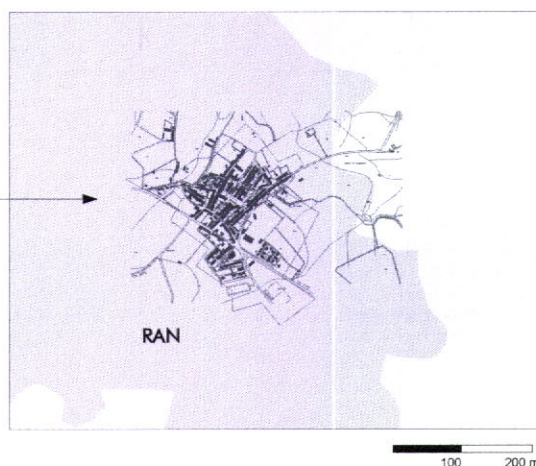
0.5 1 Km

Da leitura do PDMA relativamente à área em estudo, admite-se a sua divisão em duas zonas:

- A zona 1 encontra-se bastante mais presente na paisagem do Ervedal, o que em termos reais significa a qualidade superior dos solos aqui presentes e consequentemente a sua inclusão na RAN.



P. 6 ZONAMENTO CONCELHIO DO PDM DE AVIS. (PDMA, 1994)



P. 7 RAN NA ENVOLVÊNCIA DO AGLOMERADO URBANO. (PDMA, 1994)

*“Desenvolve-se centrada numa mancha de terrenos paleozóicos (do Silúrico), em relevo ondulado suave ou ondulado. A maior parte dos seus solos derivam de rochas básicas e compõem um notável património pedológico ...Sobressaem os Solos Calcários Vermelhos (Vc) os Solos Calcários Pardos (Pc) e os Solos Calcários de Calcários Complexos (Vcm).”* (PDMA, 1994)

Verifica-se que esta área é quase, na sua totalidade, ocupada por extensos olivais alinhados, com excepção para a área envolvente ao Monte da Torre. O seu limite é facilmente verificável através do ortofotomapa apresentado na pág. 35.

- A zona 2, ocupando uma área já bastante menor na zona em estudo, *“desenvolve-se centrada nas formações do Paleogénico e Miocénico Indiferenciados, em topografia mais plana. O seu património pedológico é em termos qualitativos, bastante inferior ao da zona 1. Predominam os solos argiluvitados – Solos Mediterrâneos Pardos de Arcoses (Pac), Solos Mediterrâneos Vermelhos de Margas ou Calcários Margosos (Pag), Solos Mediterrâneos Pardos de Gnaisses (Pgn) – normalmente aproveitados para a cultura cerealífera, mas agora conduzida em rotações mais ou menos extensivas.”* (PDMA, 1994) Verifica-se, no entanto, que esta área é ocupada com montado de azinho com diferentes densidades, frequentemente com pastagens no sob-coberto. Já não se inclui na RAN.

## 2.4.5 – VEGETAÇÃO E FLORA

A classificação biogeográfica da paisagem do Ervedal é a seguinte:

“Reino Holártico, região Mediterrânica, sub-região Mediterrânica ocidental, província Mediterrânica ibérica-ocidental, sub-província Luso-extremadurense, sector Mariânico-monchiquense, sub-sector Araceno-pacense, superdistrito Alto Alentejo.” (Martinez, 1987)

As formações típicas na planície do Norte Alentejano das zonas mesomediterrânicas sub-húmidas são:

..“*Sanguisorbo agrimonoidis-Querceto suberis sigmetum* – Série mesomediterrânea subhúmeda-húmeda, silicícola, luso-extremadurense y ribatagana del alcornoque (*Quercus suber*).

..*Pyro bourgeanae-Quercetum rotundifoliae sigmetum* – Série mesomediterrânea seco-subhúmeda inferior, silicícola, luso-extremadurense de la carrasca (*Quercus rotundifolia*).” (Martinez, 1987)

Nos vales menos encaixados sobre solos profundos de textura arenosa e com hidromorfia temporal, em margens e leitos por vezes inundados dos ribeiros, principalmente nas encostas expostas a Norte (mais frescas), quando os freixiais contactam com os carvalhais de *Quercetum alpestris-broteroi*, regista-se a presença de um cortejo florístico, rico em elementos de *Quercetea ilicis*. (Pinto-Gomes, 1996)

A associação fitossociológica *Ficario ranunculoidis-Fraxinetum angustifoliae*, e a sub-associação Freixial de *Ficario ranunculoidis-Fraxinetum angustifoliae quercetosum broteroi* adquirem, nessas áreas, importância.

No que diz respeito às presenças vegetais características desta associação e unidades superiores destacam-se: *Fraxinus angustifolia*, *Vitis sylvestris*, *Ranunculus ficaria*, *Vinca difformis*, *Arum italicum*, *Brachypodium sylvaticum*, *Bryonia cretica* subsp. *dioica*, *Scilla peruviana*, *Equisetum telmateia*.

Das espécies características da subassociação destacam-se: *Bupleurum fruticosum*, *Iris foetidissima*, *Quercus broteroi*.

Das companheiras: *Arundo donax*, *Rubus ulmifolius*, *Nerium oleander*, *Smilax aspera* var. *altissima*, *Tamus communis*, *Tamarix africana*, *Oenanthe crocata*, *Narcissus papyraceus*, *Salix secalliana*, *Oxalis pes-caprae*, *Osyris alba*, *Arbutus unedo*, *Myrtus communis* e *Dorycnium rectum*.

A aliança que reúne as associações de bosques de sobreiros (*Quercus suber*) e azinheiras (*Quercus rotundifolia*), bem como os marcescentes de carvalhos (*Quercus broteroi* e *Quercus canariensis*) característicos da área em estudo é *Quercion broteroi*, e a associação *Arisaro-Quercetum broteroi*.

A vegetação climatófila potencial da área em estudo determina a presença das seguintes espécies características da associação e unidades superiores: *Quercus faginea* subsp. *Broteroi*, *Rubia peregrina* subsp. *Longifolia*, *Ruscus aculeatus*, *Arisarum vulgare* subsp. *Simorrhinum*, *Rhamnus alaternus*, *Arbutus unedo*, *Viburnum tinus*, *Daphne gnidium*, *Pistacia lentiscus*, *Quercus coccifera*, *Myrtus communis*, *Quercus rotundifolia*, *Smilax aspera* var. *aspera*, *Lonicera implexa*, *Phillyrea angustifolia*, *Olea sylvestris*, *Rhamnus oleoides*, *Anemone palmate*.

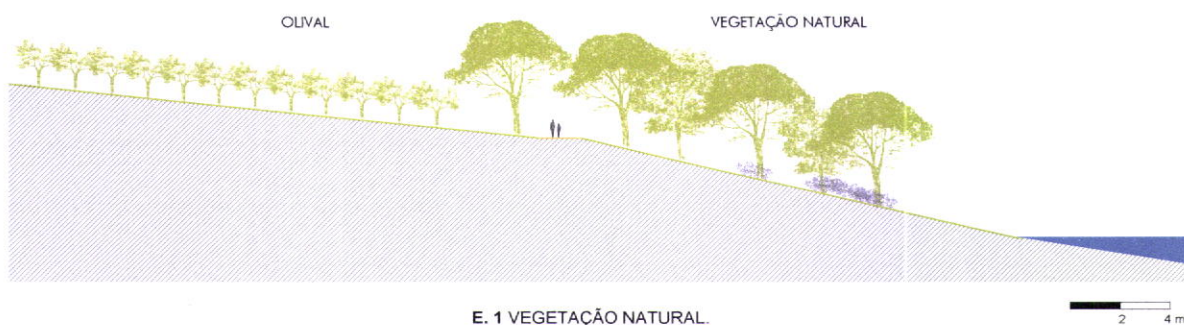
Das espécies características da subassociação possuem relevância: *Smilax aspera* var. *altissima*, *Phillyrea media*, *Aristolochia longas*, *Hyacinthoides hispanica*, *Melica minuta*, *Teucrium scorodonia* subsp. *Baeticum*, *Erica scoparia*, *Jasminum fruticans*, *Lonicera etrusca*, *Paeonia broteroi*.

Das companheiras: *Tamus communis*, *Crataegus brevispina*, *Genista tournefortii*, *Epipactis lusitanica*, *Cistus psilosepalus*, *Cephalanthera longifolia*, *Salvia sclareoides*, *Satureja ascendens*, *Lathyrus latifolius*, *Carex hallerana*.



Algumas das espécies vegetais presentes na área em estudo. **36** *Arbutus unedo* (medronheiro), **37** *Myrtus communis* (murta), **38** *Quercus rotundifolia* (azinheira), **39** *Fraxinus angustifolia* (freixo) e **40** *Pistachia lentiscus* (aroeira).

Na paisagem do Ervedal, pode-se constatar a presença destas comunidades vegetais em áreas menos “manipuladas” pelo Homem, não surgindo, por isso, em abundância. Estas áreas de Vegetação Natural aparecem sobretudo associadas ao plano de água da Albufeira do Maranhão. Trata-se de formações vegetais quase intocadas, de grande biodiversidade, que lhe conferem uma imagem mais naturalizada, tipicamente mediterrânica, surgindo mais frequentemente na zona a Norte do aglomerado.



Do estrato herbáceo impõe-se a presença de alguns prados naturais e de pastagens melhoradas. Em determinadas áreas surge vegetação com um carácter mais exótico, quase sempre marcando áreas de estadia e lazer. É o caso da Horta das Rosas, com uma presença vegetal quase luxuriante.



**41, 42 e 43** Horta das Rosas.



#### 2.4.6 - OCUPAÇÃO DO SOLO/ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

Pensa-se que o topónimo "Ervedal" surge relacionado com o seu revestimento vegetal – “*era um lugar onde cresciam abundantes êrvodos ou como dizia Pinho Leal, um lugar abundante de herva.*” (Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 1978), ou como se refere “*o nome do Ervedal deriva de ervedos (medronheiros) por aqui haver muitíssimos, ou de erva.*” (Junta de Freguesia do Ervedal, 1981) Refere-se, ainda, “*É sem dúvida uma das vilas mais pitorescas do Alentejo devido à muita vegetação e abundância de água, contrastando com a aridez que em geral caracteriza aquela província.*” (Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 1978)

Documentos variados caracterizam o Ervedal como “*uma grande estância romana, das mais intensas da Lusitania.*” (Saa, 1957-1967) A existência de casario romano, legendas, inscrições com caracteres latinos e ibéricos comprovam esta ideia.

“*As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio*”, obra de Mario Saa<sup>22</sup>, relata que uma importante via romana passava pelo Ervedal e que se dirigia para Abrantes, passando por Ponte de Sôr, Benavila, Ervedal, Cano, Torre do Almo, Santa Maria do Ameixial, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Juromenha. Possuem, ainda, importância as inúmeras antas existentes nos arredores de Ervedal, com destaque para o conjunto megalítico da Torre.

Na Ladeira<sup>23</sup>, segundo é citado pelas pessoas mais antigas, foram encontrados restos de paredes e muitos pedaços de tegula, quando plantaram as inúmeras oliveiras que aí hoje se encontram.

Em 1315, Santa Maria do Ervedal, designação de então, formava um aglomerado com 80 fogos. Descrições antigas posteriores referem, relativamente ao concelho de Avis, que “*as restantes freguesias compunham-se sobretudo de montes de habitação de grandes herdades com as respectivas capelas, como era o caso do Alcórrego ainda nos anos 30 do séc. XIX. Apenas o Ervedal e a aldeia de Figueira e Barros se destacavam deste conjunto.*” (Almeida, 1997)

A instalação de comunidades, desde o período Pré-Romano, que construíram esta paisagem, assegurando a sua perenidade, é, então, aqui notória. As componentes ecológicas da paisagem contribuíram também, no passado, para a sua forma, influenciando a sua imagem e justificando a sua inclusão na definição de paisagem cultural. Toda a área adjacente à Ribeira Grande, foi no passado fortemente explorada sob o ponto de vista agrícola: eram abundantes os pomares, as hortas, cultivados por habitantes agricultores do Ervedal, hoje inexistentes. Nos anos menos chuvosos as estruturas que permitiam a rega destas culturas, quase sempre submersas pelas águas da Albufeira do Maranhão, ficam visíveis. No conjunto esta área era rica em elementos de captação, distribuição e retenção da água, denotando a construção de uma paisagem produtiva, útil e bela, agora remetida para o

<sup>22</sup> Escritor, arqueólogo. Mario Saa foi a personagem mais emblemática do Ervedal, onde residiu durante algum tempo da sua vida, chegando mesmo a possuir relevância a nível nacional. A sua principal obra foi “*As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio*”, onde descreve detalhadamente os principais trajectos romanos de Portugal. Quando morreu deixou um legado considerável à Junta de Freguesia do Ervedal, com o objectivo principal de criar uma fundação, à qual doa toda a sua biblioteca, o espólio arqueológico que obteve durante as inúmeras viagens que realizou, entre outros valores.

<sup>23</sup> Sítio localizado a Norte do aglomerado, onde foram encontrados vestígios de uma ocupação pré-histórica. A importância deste no campo arqueológico, justifica, desde Junho de 2006, o projecto de investigação arqueológica, actualmente em curso.

<sup>24</sup> A barragem do Maranhão foi construída em 1957 na Ribeira de Seda, sub-afluente do Rio Tejo, no concelho de Avis. É uma barragem do tipo terra, com uma altura de 55 m, formando uma albufeira com 19,6 Km<sup>2</sup> de superfície de NPA. Os outros três braços respectivamente com 7 Km, 14 Km e 3 Km, correspondem aos principais cursos de água tributários da Albufeira: Ribeira de Sarrazola, Ribeira de Avis ou Ribeira Grande e Ribeira de Alcórrego, cujos planos de água ao NPA se localizam exclusivamente no concelho de Avis.

domínio da arqueologia da paisagem. As transformações que se operaram nesta paisagem desde a construção da barragem<sup>24</sup>, determinam que esta caracterização já não seja possível de adaptar à realidade hoje existente, dado o declínio da actividade agrícola e a consequente alteração drástica dos sistemas de exploração da terra.



44 Paisagem de socalcos.

45, 46 e 47 Antigas estruturas de captação, armazenamento e distribuição de água, existentes à data de construção da barragem do Maranhão.

Da análise do quadro que se segue, constata-se que o olival constitui o sistema de uso do solo que hoje domina, seguido do montado de azinho. Alguns destes olivais e montados incluem, por vezes, exploração no sob-coberto, quase sempre à base de pastagens para alimentação do gado, ovino, bovino e caprino.

<i>USO DO SOLO</i>	<i>ÁREA (ha)</i>	<i>%</i>
OLIVAL	1115 ha	49,9%
MONTADO DE AZINHO	551 ha	24,7%
ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATURAL ASSOCIADAS À ALBUFEIRA DO MARANHÃO	153 ha	6,9%
SISTEMAS AGRÍCOLAS EM CAMPOS ABERTOS	400 ha	17,9%
HORTAS	4 ha	0,1%
ESPAÇO URBANO	20 ha	0,50%

Q. 3 SISTEMAS DE USO DO SOLO.

Com o passar do tempo, a actividade agrícola decaiu fortemente (encarado pelos populares como o factor principal para a desertificação humana da região), sendo que a cultura agrícola que hoje se revela mais rentável para os agricultores é o olival<sup>23</sup>.

No entanto, a agricultura constitui ainda a principal actividade económica da região, podendo-se classificar os sistemas agrícolas existentes, em termos gerais, de três tipos:

- . de subsistência - as hortas nas imediações da vila;
- . a agricultura de regime mais intensivo, à base da exploração de cereais e horto-industriais, mantida pelos inputs de fertilizantes aplicados e regada por pivots, que ocupam grandes parcelas de terreno;
- . as extensas áreas de olival.

De seguida procede-se à caracterização dos sistemas de uso do solo presentes na área em estudo:

#### OLIVAL

**MORFOLOGIA** - Em grande parte ocupando a área entre a Ribeira do Alcórrego e o aglomerado urbano do Ervedal, a perder de vista. A morfologia é, em geral, variada, com extensos olivais alinhados e regados. Na área a Norte do braço da Albufeira do Maranhão mais próximo do aglomerado, esta cultura agrícola possui menor expressão, por vezes surgindo com pastagens naturais e melhoradas no sob-coberto. Ultimamente esta cultura tem vindo a aumentar de área, ocupando terrenos que dantes tinham pastagens.

**SOLOS** - Vc, Vcm, Pg, em grande parte integrados na RAN.

**DECLIVES** - Variados, nas áreas mais planas rondando os 2% e nas áreas mais declivosas os 20%.

**ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS** - Variada, sem uma orientação dominante.

**APTIDÃO** - Trata-se de um uso, no geral, adequado, sendo a sua aptidão muito variada. A cultura encontra-se bem adaptada às características da área: *"A preferência da oliveira pelos terrenos calcários nota-se no porte e na produção da oliveira cultivada, embora esta se também se acomode a solos móveis e a declives pedregosos e arejados, não só de calcário mas de todas as rochas friáveis - xistos, arenitos, quartzito - sem desdenhar cascalheiras de planaltos e terraços e pobres terrenos de saibro granítico."* (Ribeiro, 2001)



**48** As extensas áreas de olivais alinhados.

**49** Recente plantação de olivais.

**50** Olivais com pastagens no sob-coberto.

<sup>23</sup> Um dos produtos mais apreciados do Ervedal é o azeite produzido pela cooperativa agrícola, valendo-lhe o reconhecimento como DOP (Denominação de Origem Protegida) de azeites do Norte Alentejano.

## MONTADO DE AZINHO

**MORFOLOGIA** – Muito variada, em geral, ocupando áreas a Norte do braço da Albufeira do Maranhão e a Este do aglomerado urbano, surgindo com várias densidades. Prevalece o montado de azinho com pequenas intrusões de sobreiro, sempre que o terreno se torna menos rochoso. No entanto, dada a notória dominância da azinheira, optou-se por denominar este uso do solo por Montado de azinho.

**SOLOS** – Pc, Pcg, Pmg.

**DECLIVES** – Variados.

**ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS** – Variada, sem uma orientação predominante.

**USO DO SOLO** – Dominantemente silvo-pastoril.

**APTIDÃO** – Pode-se classificar o sistema instalado como adequado, dadas as potencialidades gerais do solo. Trata-se de um tipo de uso do solo ancestral, com influência notória na economia da região: “*Tanto o sobreiro como a azinheira, além da alimentação para os porcos, também forneciam madeira: nas épocas da limpeza das árvores, os maiores paus eram aproveitados pelos carpinteiros para variadas peças e os mais pequenos serviam para lenha, a qual era consumida nos montes como combustível base para praticamente todas as actividades, levada para as vilas ou então vendida em grandes quantidades em estado bruto ou transformada em carvão. Este era cozido em grandes fornos na própria herdade onde a lenha era recolhida, sendo depois levado pelos carvoeiros para o abastecimento das cidades, sobretudo Lisboa.*” (Almeida, 1997)



51, 52 e 53 Montados, com pastagens no sob-coberto.

## ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATURAL ASSOCIADAS À ALBUFEIRA DO MARANHÃO

**MORFOLOGIA** – Pendentes bastante inclinadas para o plano de água, ocupadas com vegetação natural, característica da série de vegetação potencial da área em estudo. Aqui podemos observar exemplares de *Quercus faginea subsp. Broteroi*, *Rubia peregrina subsp. Longifolia*, *Ruscus aculeatus*, *Arisarum vulgare subsp. Simorrhinum*, *Rhamnus alaternus*, *Arbutus unedo*, *Daphne gnidium*, *Pistacia lentiscus*, *Quercus coccifera*, *Myrtus communis*, *Quercus rotundifolia*, *Smilax aspera var. aspera*, *Lonicera implexa*, *Phillyrea angustifolia*, *Olea sylvestris*, *Rhamnus oleoides*, entre outros.

**SOLOS** – Pg, Pg+Arg.

**DECLIVES** – Terrenos bastante inclinados, especialmente na margem Norte do braço da Albufeira do Maranhão, chegando a atingir os 20% de declive.

**ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS** – Norte e Sul.

**USO DO SOLO** – Vegetação natural, constituindo áreas de grande diversidade florística e faunística.

**APTIDÃO** – De forma geral, pode-se afirmar que a ocupação existente se encontra bem adaptada aos condicionalismos da área.



54, 55 e 56 Áreas de vegetação espontânea.

SISTEMAS AGRÍCOLAS EM CAMPOS ABERTOS (PASTAGENS/SISTEMAS ARVENSES/AGRICULTURA INTENSIVA)

**MORFOLOGIA** – Constituem zonas que alternam com áreas de montado de azinho e olival, gerando uma paisagem de vistas abertas, de colinas pouco elevadas ou suaves. A presença de afloramentos rochosos é, por vezes, notória. O granito apresenta-se muito à superfície sob a forma de afloramentos rochosos.

**SOLOS** – Pc, Pcg, Pmg.

**DECLIVES** - Em geral, ocupando áreas mais planas, com declives entre 2 e 8%.

**ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS** – Não há uma orientação de encostas dominante.

**USO DO SOLO** – Constituem áreas com reduzida presença de vegetação arbórea ou mesmo nula, transmitindo sensações de amplitude e desafogo.

**APTIDÃO** – Pode-se classificar como adequada.



57 Pastagens.

58 Pastagens e montado de azinho.

59 Plantação intensiva de tomate.

HORTAS

**MORFOLOGIA** – Ocupam o vale na proximidade do aglomerado urbano, tirando partido da humidade presente na linha de água de carácter temporário que drena directamente para o braço da Albufeira do Maranhão.

**SOLOS** – Pcg.

**DECLIVES** – Área plana.

**ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS** – Norte.

**USO DO SOLO** – Hortícolas e fruteiras. De entre as fruteiras destaca-se a romanzeira, o diospireiro, a laranjeira, limoeiro, a figueira, o pessegueiro, conjugando-se segundo várias densidades, cores e texturas. Trata-se de um uso bastante antigo, valorizador da paisagem envolvente ao aglomerado, outrora com grande importância na economia familiar dos habitantes do Ervedal. Hoje constitui uma pequena parte da tradição hortícola que existiu ao longo do vale da Ribeira Grande durante décadas, anterior à construção da barragem do Maranhão.

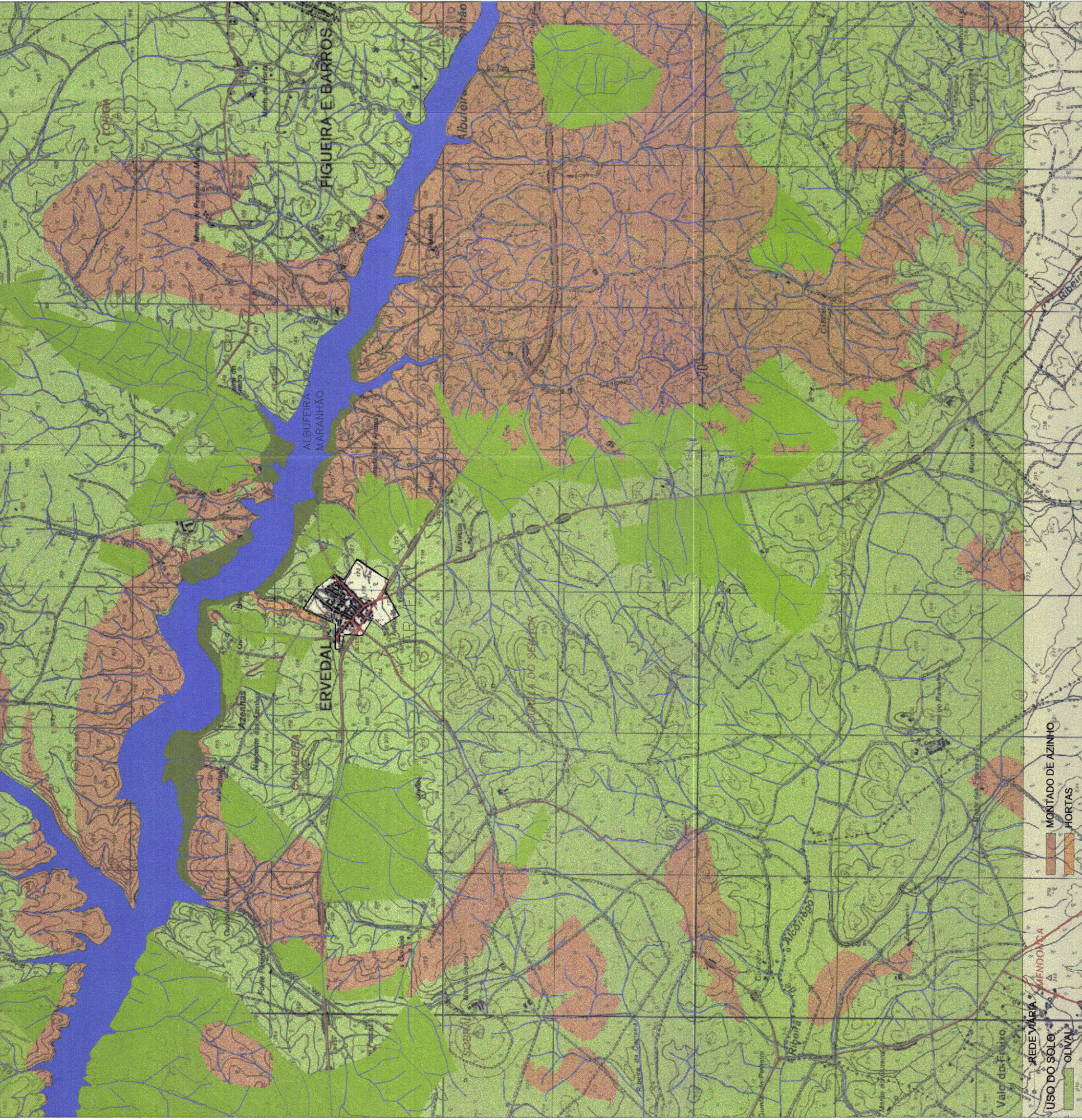
**APTIDÃO** – Realça-se a sua adequação, uma vez as culturas existentes tiram partido das características do solo e do relevo. Possui importância social.



60 Hortas do Ervedal.

61 Portão de quinta. Note-se a toponímia – Horta das Areias.

62 Fontes diversas junto às hortas.



REDEVIARIA  
MENDONÇA  
Vale do Freixo

**USO DO SOLO**

- OLIVAL
- HORTAS
- MONTADO DE AZINHO

P. 8 USO DO SOLO  
FONTE: Ortofotomaps, 1995



Em tempos passados, a pecuária<sup>24</sup>, principalmente a criação do porco, assegurava o consumo da carne, complementada por algumas cabeças de gado ovino e caprino.



**63, 64 e 65** Gado nas imediações do aglomerado urbano.

Em termos genéricos, encontra-se no concelho de Avis três grandes zonas: a Norte e Sudoeste do concelho a charneca, o centro calcário, a Sudeste a planície central:

- . na zona de charneca a produção que predomina é o sobro, sendo a cortiça de boa qualidade;
- . na zona de calcários, na qual se integra a freguesia do Ervedal, dadas as características edafo-climáticas existentes, a olivicultura manifesta aqui o seu expoente máximo, a produção animal é baseada em sistemas de pecuária extensiva com o aproveitamento das pastagens existentes por bovinos e ovinos;
- . na zona da planície central surge o cereal que alterna com o pousio, oferecendo pastagem natural para alimento de grandes e pequenos ruminantes.

O produto agrícola bruto (PAB) estimado para o início dos anos 80 era, assim, dominado pelas produções florestais, com cerca de 47% do total. Nas restantes produções destacavam-se as produções vegetais e que consistiam essencialmente em cereais, azeite, produtos horto-industriais e frutas. Em 1989 os cereais continuavam a ocupar cerca de 1/3 das terras aráveis, enquanto o olival representava a quase totalidade da área com culturas permanentes. A pecuária representava 16% do PAB em 1989. Em termos de número de cabeças, predominavam os efectivos de ovinos, seguida de bovinos. Trata-se de uma agricultura de grande exploração empresarial, de que resultam elevados níveis de rendimento por trabalhador. O tipo de exploração agrícola do concelho possui uma área média de exploração acima dos 77 ha e com 5 explorações a representarem mais de 55% da área agrícola total<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> "Dadas as condições do solo, este concelho como aliás do distrito em que se integra, tem grande propensão para o montado de azinho e de sobro, sob o qual se engordava o gado suíno, alimentado a bolota e a lande, respectivamente. Enquanto os porcos tinham interesse para a carne, o gado ovino era criado sobretudo para fornecer o leite e a lã, com a qual se teciam escuros e grossos capotes e safões típicos desta região e o gado caprino para o leite e o fabrico de queijos. Este gado também era importante para a estrumeação da terra." (Almeida, 1997)

<sup>25</sup> "Os solos agrícolas do concelho de Avis representam 41% da extensão do território. A taxa de arborização é de 56%, sendo as espécies mais importantes o sobreiro com uma tiragem em média anual de mais de 3000 ton. de cortiça por ano, e a azinheira, implantada em solos de mais elevada capacidade de uso agrícola, normalmente destinados à cultura de uso cerealífera, mais trigo. Os incultos representam menos de 2% da superfície das explorações. Conclui-se, ainda, que a nível concelhio:  
 . a superfície agrícola útil representa sempre mais de 90% da superfície total. A nível do concelho cerca de 68,8% da superfície florestal é cultivada no sub-coberto, sendo que no Ervedal esta percentagem é menor;  
 . a superfície florestal do concelho é da ordem dos 33.800 ha." (PDMA, 1994)

A leitura da planta cadastral (P. 9), permite concluir que na freguesia do Ervedal:

. as propriedades com áreas mais reduzidas (menores que 0,5 ha), localizam-se entre o aglomerado urbano e o braço da Albufeira do Maranhão, em pequena quantidade, justificadas pelo tipo de agricultura mais “minuciosa” que aí se praticou durante décadas e que, ainda hoje, se realiza;

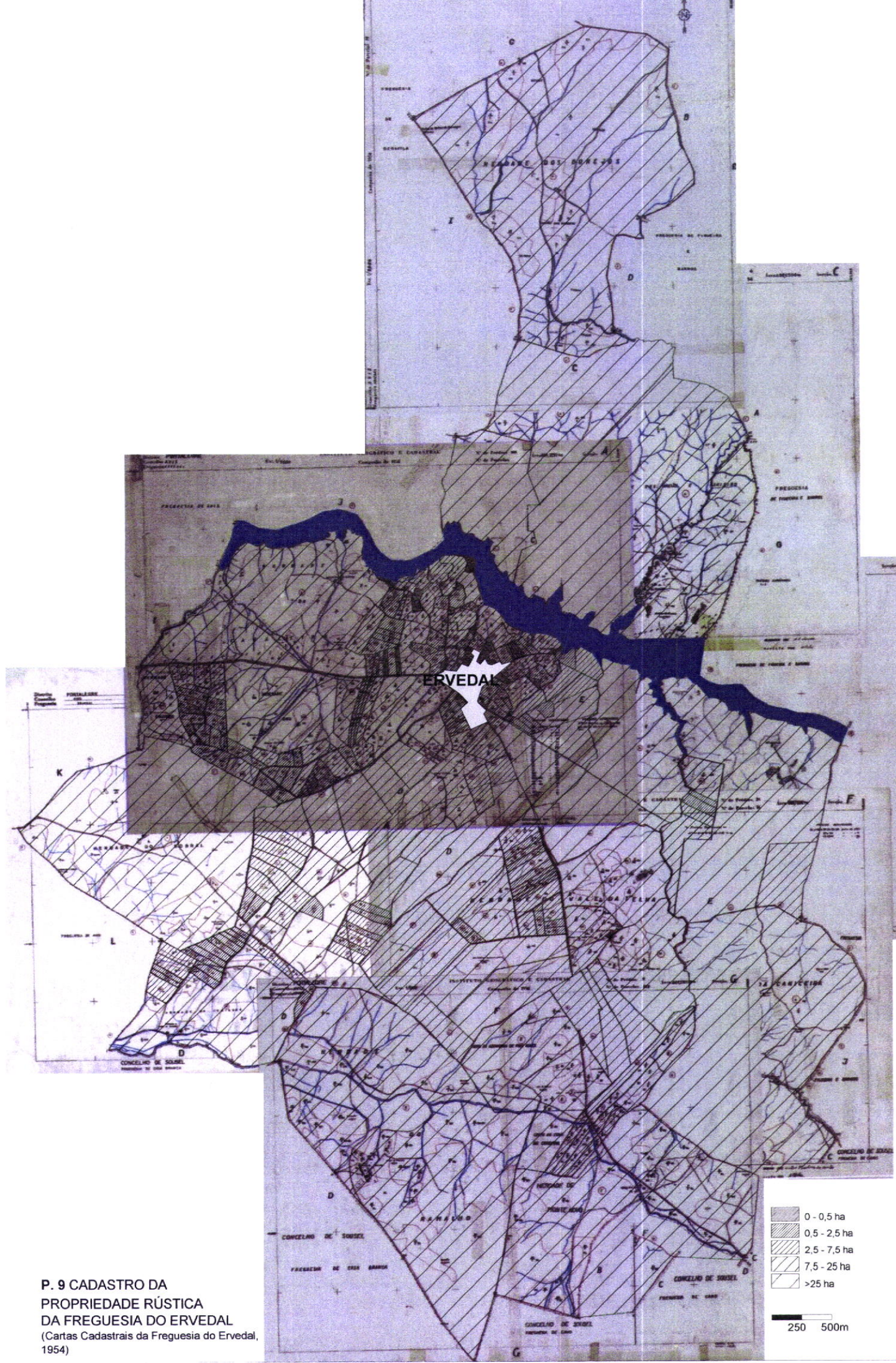
. as propriedades de 0,5 a 2,5 ha e de 2,5 a 7,5 ha situam-se tanto a Norte como a Sul do aglomerado. No entanto, a Norte, a pequena propriedade possui maior expressão, a Sul esta constitui uma transição para a grande propriedade;

. as propriedades de 7,5 ha a 25 ha, localizam-se predominantemente a Sul do aglomerado;

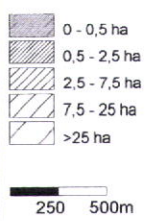
. as propriedades maiores que 25 ha, envolvem as propriedades de menor dimensão localizadas na proximidade do aglomerado urbano. Podem atingir áreas bastante superiores, caso da Herdade dos Bonejos, com 655 ha.

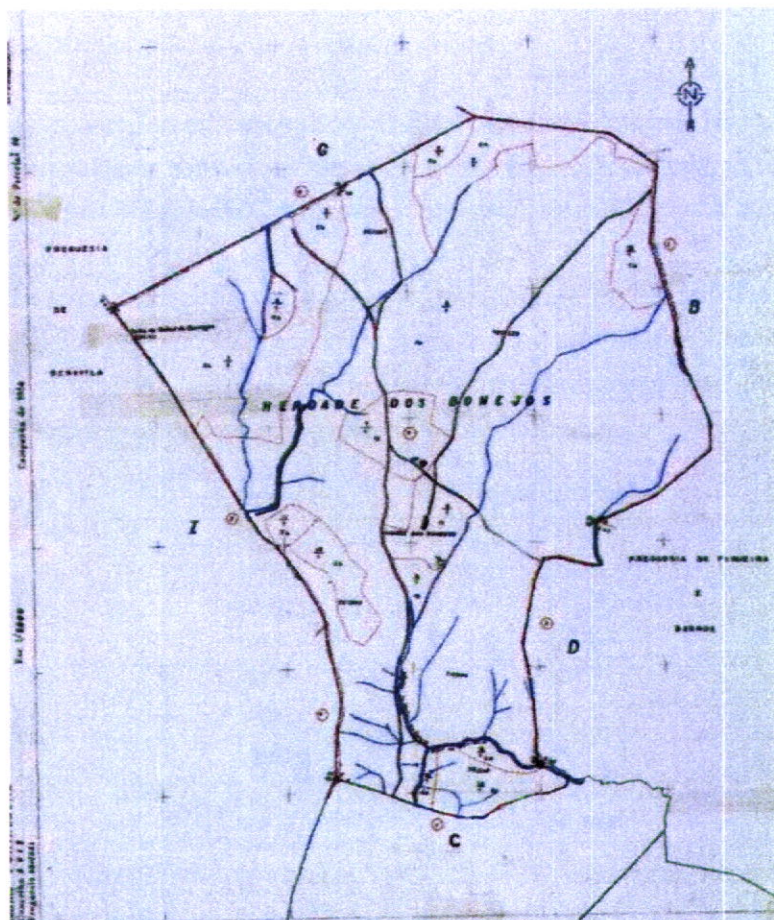
Conclui-se, também, que nalgumas parcelas de terreno anexas não existe uma diferenciação notória ao nível do uso do solo sendo que, especialmente na área Sul da freguesia, a homogeneidade da paisagem determinada pela cultura do olival é, assim, reforçada.





P. 9 CADASTRO DA  
 PROPRIEDADE RÚSTICA  
 DA FREGUESIA DO ERVEDAL  
 (Cartas Cadastrais da Freguesia do Ervedal,  
 1954)





P. 10 CADASTRO NA HERDADE DOS BONEJOS (Cartas Cadastrais da Freguesia do Ervedal, 1954) .

P. 11 CADASTRO NA ENVOLVÊNCIA DO AGLOMERADO URBANO DO ERVEDAL (Cartas Cadastrais da Freguesia do Ervedal, 1954) .

#### 2.4.7 – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO E DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

O enquadramento sócio-económico da freguesia do Ervedal tem como objectivo referenciá-la num espaço mais vasto onde se permita estabelecer comparações indispensáveis ao seu entendimento funcional e organizacional. Importa, então, perceber e perspectivar as funções que esta freguesia desempenha a um nível sub-regional e/ou mesmo regional.

A freguesia do Ervedal insere-se num concelho que se comporta de forma idêntica à sua região envolvente. Trata-se de um concelho dos menos densamente povoados do país, com apenas 9 habitantes por Km<sup>2</sup>. Insere-se numa região com uma dinâmica demográfica fortemente negativa, associada a um grave problema de despovoamento, sem perspectivas de inversão a médio prazo.

Anos	Nº de habitantes
1911	1118
1940	1249
1960	974
1970	754
1981	805
1991	671
2001	689

Q. 4 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO ERVEDAL. (INE, Censos 2001)

De características profundamente rurais, verificava-se, em 1981, uma forte concentração do emprego nas actividades primárias – cerca de 53% do emprego do sector era agrícola.

Hoje, a população residente em Ervedal tem como principal actividade a agricultura (42%), porém 18% dos activos encontram-se ligados ao comércio e 12% à construção civil.

A emigração atingiu o seu auge no final da década de 60, sendo que o principal destino foi França, Suíça, Alemanha, Inglaterra e Luxemburgo.

À semelhança das restantes vilas e aldeias do Alentejo, no Ervedal destaca-se o envelhecimento da população, determinando um saldo fisiológico negativo<sup>26</sup>. Após análise dos Censos de 2001, verifica-se que o rápido envelhecimento da população reduziu drasticamente o potencial de mão-de-obra, implicando um sentido decrescente na taxa de actividade e uma conseqüente tendência para a quebra do volume de emprego, contribuindo para a permanência de características de um concelho profundamente rural, com as actividades agrícolas a registarem um baixo crescimento durante os anos 80. Os recursos económicos da freguesia assentam na produção e comércio de azeite, cortiça, gado e cereais.

O aproveitamento das potencialidades do concelho exige uma forte intervenção no sentido da optimização dos recursos escassos e do aproveitamento das oportunidades de pequena escala. Nesse sentido, o concelho de Avis, em que se integra a freguesia do Ervedal, encontra-se abrangido pela “*Sub-Unidade de Gestão do Alto Alentejo – núcleo da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo*”, no âmbito do qual poderá dar apoio a investimentos ao nível agrícola, agro-industrial e turístico, numa tentativa de potencializar os recursos endógenos desta região, segundo os programas comunitários em vigor.

Das infra-estruturas consideradas básicas, o Ervedal encontra-se dotado de rede pública de distribuição domiciliária de água, de rede pública de saneamento e de sistema de recolha de lixo.

<sup>26</sup> De salientar, no entanto, a estabilização da população entre 1991 e 2001, contrariando a tendência geral verificada em anos anteriores.

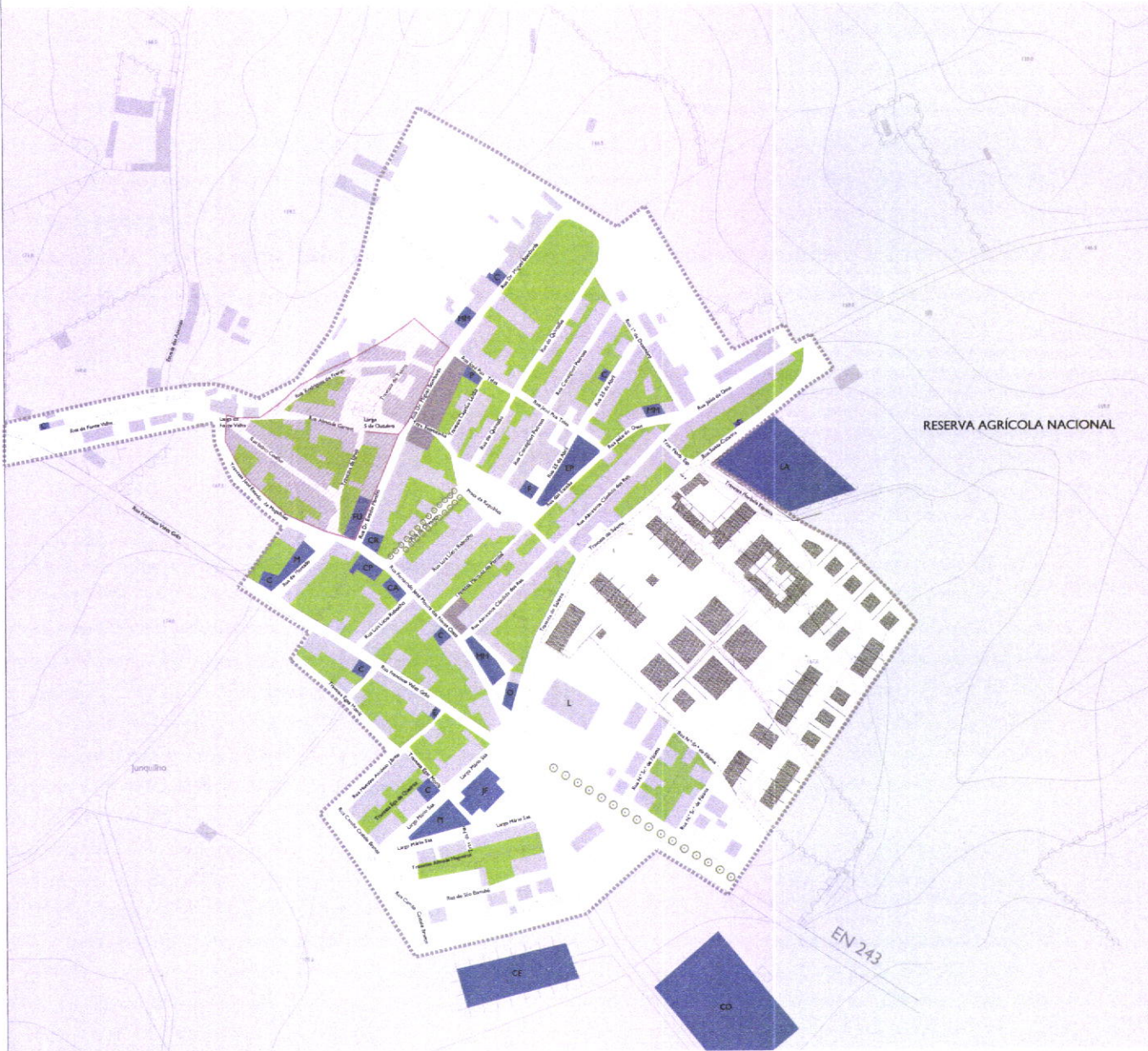
No que diz respeito às actividades comerciais existentes no aglomerado urbano, destaca-se a presença de algumas padarias, mini-mercados, uniformemente distribuídas pelo aglomerado, em grande parte não se mostrando suficientemente atractivas. Muitas pessoas deslocam-se aos hipermercados das cidades vizinhas para se abastecerem de produtos que irão consumir no seu dia-a-dia. São as pessoas mais idosas que compram no comércio da vila.

Relativamente à indústria existente, destaca-se a presença de um lagar e uma salsicharia, as quais têm sido alvo de investimentos. O centro de dia e o apoio domiciliário integrado da Santa Casa da Misericórdia, também assinalados na planta de Levantamento Funcional do Aglomerado Urbano do Ervedal (P. 12), constituem os serviços de acção social existentes. O posto médico e a recolha de análises destacam-se de entre os serviços de saúde existentes.

A EB1 de Ervedal e o Jardim de Infância compõem os equipamentos escolares existentes, tendo os alunos de níveis mais avançados que se deslocar para as cidades mais próximas.

No que diz respeito às associações existentes destacam-se a Associação de Caçadores, e o Centro Republicano Ervedalense, sendo que as suas instalações servem também de centro de convívio para os habitantes da vila.

A Junta de Freguesia do Ervedal, o Posto Farmacêutico e o Posto dos Correios constituem os serviços actuais. Salienta-se, ainda, a Fundação Arquivo Paes Telles, com biblioteca e museu arqueológico.



- ..... PERÍMETRO URBANO (aprox. 20 ha)
  - EDIFICADO
  - QUINTAIS/LOGRADOUROS/JARDINS/HORTAS
  - NUCLEO ANTIGO DO ERVEDAL
  - LOTEAMENTO URBANO DA MALCASTIÇA - ESPAÇO URBANIZÁVEL
  - ESPAÇOS URBANOS CONSOLIDADOS E/OU A COMPLETAR
  - ÁRVORES DE ARRUAMENTO
  - COMÉRCIO/SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS/INDÚSTRIA
- |                            |                                 |
|----------------------------|---------------------------------|
| C - CAFÉ/RESTAURANTE       | PI - PISCINA INFANTIL           |
| MM - MINI-MERCADO          | CP - CASA DO POVO               |
| O - OFICINA                | JF - JUNTA DE FREGUESIA         |
| R - RETROSARIA             | P - PARQUE INFANTIL             |
| CA - CABELEIREIRO          | CE - CEMITÉRIO                  |
| F - FARMÁCIA               | CD - CAMPO/COMPLEXO DESPORTIVO  |
| CR - CORREIOS              | M - MERCADO                     |
| L - LAGAR                  | FU - FUNDAÇÃO ABREU CALADO      |
| S - SALSICHARIA            | LA - LAR 3ª IDADE/CENTRO DE DIA |
| EP - ESCOLA PRIMÁRIA (EB1) |                                 |



#### 2.4.8 - SENSACÕES E EMOÇÕES

Após a realização de uma visita a um sítio ou lugar, não se questiona de forma consciente “Qual o encanto e poética desta paisagem?” pois não se trata de algo facilmente descritível ou mensurável para o senso comum. Constitui algo que se sente, mas que não faz parte da racionalidade. No entanto, cada vez mais o Homem contemporâneo revela-se extraordinariamente dotado de sentidos e capacidades perceptivas, sendo que existem já casos de comprovado interesse pelas formas, materiais, texturas, cores, por profissionais não ligados directamente à paisagem<sup>27</sup>.

Relembra-se, ainda, que as sensações e emoções provocadas por determinada paisagem num observador é claramente influenciada pelos seus conhecimentos e sensibilidade, chegando a diferir bastante de pessoa para pessoa.

<sup>27</sup> Transcreve-se um texto escrito pela Dr. Ana Ribeiro, arqueóloga do Município de Avis, para a revista Águia em Junho de 2006, acerca de Aldeia Velha, local onde reside, em que se destaca o seu sentido de análise e sensorialidade perante o espaço que a rodeia. “Foi na Primavera que fiz a minha primeira visita a Aldeia Velha. A viagem tinha como motivo localizar um monumento megalítico – um ponto assinalado numa das cartas do Plano Director Municipal – e recolher informações sobre outros sítios arqueológicos que pudessem existir na freguesia. O percurso de Avis até à Aldeia pareceu-me longo. Finalmente, depois de passar o Monte de Pêro Viegas, avistei a indicação Aldeia Velha (de Santa Margarida). O caminho, agora mais estreito, atravessava um relevo suavemente ondulado e marcado por sobreiros e azinheiras, através do qual o sol espreitava. Fascinou-me, de certo modo, esta estrada, bem diferente das que conhecia no resto do concelho. A partir de certa altura a Ribeira de Santa Margarida acompanhou, pelo lado direito, o meu percurso, com a densa vegetação que a envolve.

Passando o Monte da Barba Torta, a uma velocidade sempre contida, pois o estado da estrada aconselhava, na altura, prudência, descortinei um pequeno eucaliptal. Confesso que não gosto muito de eucaliptos. Mas o cheiro intenso e os esverdeados contrastavam com o que havia visto ao longo do caminho, acrescentando novas sensações a esta minha viagem.

Já no final do caminho, passei pelo Monte Novo, do lado esquerdo da Estrada e por um cabeço que fica logo atrás e que ainda hoje me cativa a atenção. Chegando ao cruzamento, o pequeno aglomerado de casas brancas aninhadas ao longo da elevação torna-se visível. Cheguei. Entrei pela (única) rua de acesso à localidade e sigo pela esquerda. Ai encontro, no meio de algumas casas mais recentes, duas casas (abandonadas), onde resistiam as cores garridas do ocre e do azul. Não podia atravessar a Aldeia sem fazer uma visita, ainda que rápida. Em vez de continuar, decidi virar à direita, seguindo por uma pequena rua que sobe, a qual me levaria à parte mais antiga. Com agrado avistei, numa das (duas) ruas, a Igreja de Santa Margarida, situada num largo apertado, ladeada por pequenas casas caiadas. Da parte mais alta vislumbra-se, no horizonte, as Galveias e o Cabeço de São Saturnino. Voltei para trás e descí pela rua paralela, também ela definida por casas térreas e com grandes chaminés, cuja vista termina na extensa paisagem que envolve a Aldeia. De volta à rua principal, cheguei a um largo onde no topo descobri um café e duas casas (arruinadas), as quais conservavam as cores garridas e decorações, memória de um período mais digno.

O largo parece ser um dos locais preferidos para conversas. Aqui encontrei algumas pessoas, pelo que decidi parar para recolher informações. A simpatia, a disponibilidade e o acolhimento foram evidentes desde este primeiro contacto. Após uma pequena conversa, retomo a viagem e sigo em direcção à Courela dos Borregos. Agora, para não demorar mais espreito as ruas e penso “tenho de voltar com mais tempo”, pelo que depressa arranjo novos motivos que me farão regressar.

Aproxima-se o fim da etapa. É altura de sair da Aldeia. Pela esquerda vou em direcção a Cabeção. Nunca fiz esta estrada, é o meu primeiro pensamento. A curiosidade tenta-me a ir explorar um novo percurso, mas a vontade de chegar à Anta é maior. Continui...Passado algum tempo voltei à Aldeia Velha. Tenho descoberto cada vez mais sobre esta localidade. As pessoas, os lugares, as cores, os cheiros. A tranquilidade da paisagem entra-me pela janela enquanto redijo estas linhas. No final da tarde ponho de parte as dissertações sobre a origem, história ou estatística. Procuo escrever sobre a Aldeia no seu todo, tal como a vi, desde o meu primeiro dia, e tal como a vejo, através da minha janela.” (Ribeiro, 2006)

Esta paisagem significa, para mim<sup>28</sup>, a calma, o descanso. Quase tudo o que se faz parece não levar tempo, porque aqui existe o tempo todo, os olhos parecem repousar, o conforto de vida é aqui exaltado. Evidenciam-se os elementos poéticos, a temperatura amena, os sons isolam-se e distinguem-se do silêncio. As sensações de doçura são-nos transmitidas através de longas pausas, sem haver sobressaltos. Tudo parece ser apreendido de uma só vez, facilmente. As alterações da paisagem ao longo do ano fazem-nos sentir diferentes. É um sítio onde aparentemente não acontece nada, mas onde está a acontecer tudo.

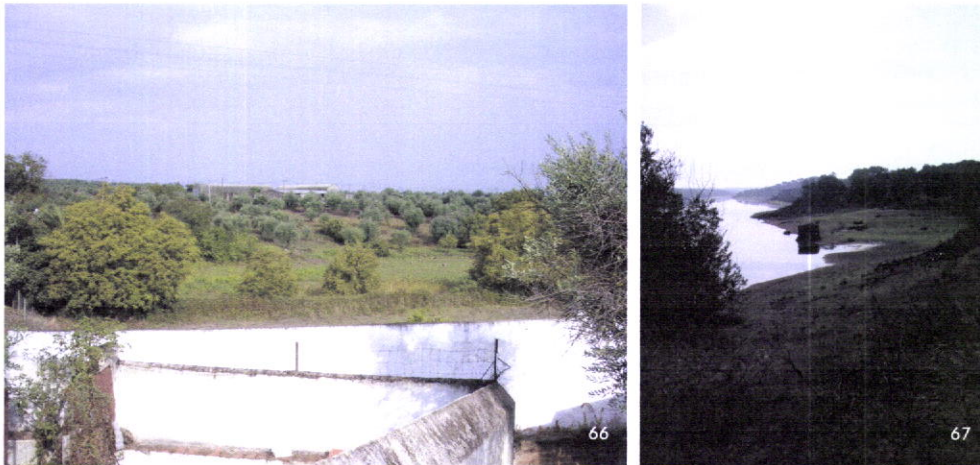
O relevo pouco vigoroso remete para uma quietude, uma dominância física e visual, o afastamento da confusão. A análise das cores e texturas, as várias ocupações agrícolas, a presença de elementos inertes, a envolvente vegetal, os elementos de referência, facilitam a identificação dos espaços caracterizados por uma contínua sucessão de imagens.

Para a análise estética da paisagem destacam-se as cores, os volumes, as texturas, as formas, as escalas, os sons, e as suas variações sazonais, responsáveis pelas nossas reacções, sensações e diferentes apreciações. A harmonia e a cor são realçadas pela luz límpida, definindo com detalhados pormenores os recortes do terreno, pela policromia dos campos e o colorido das habitações, pelo som bucólico dos rebanhos a caminho dos prados, pela manhã, ou no regresso a casa, quando o sol se esconde para lá do horizonte.

Quase como testemunhos de fenómenos de equilíbrio físico e biológico, surgem cenários como o sol a pôr-se atrás dos olivais, a conseqüente quebra de luz repentina finda a qual toda a cor da paisagem morre, quando vem a noite, a evidente alternância das estações do ano, as sombras refrescantes no Verão de ar puro.

Relembramos os sentimentos da escritora Monica Ali perante o Alentejo: *“Retenho os nomes das ruas, os atributos físicos das pessoas, os trilhos de paisagem. Pareço ainda ver as rugas, os ambientes, as feições tristes, perdidos, com saudade de alguma coisa que já passou ou que nem chegou a passar. É um sentimento muito especial que possuo com esta terra, com esta paisagem e com a sua luz tão diferente de outros locais. De alguma forma, este lugar parece dizer-me algo.”* (Visão, 2006)

Ao mesmo tempo que se trata de uma paisagem “dura”, é grandiosa e bela, encontrando-se repleta de valores identitários e surgindo apelativa aos visitantes por um conjunto muito variado de factores, tais como a amplitude do espaço, a variedade de cores das paisagens, o modo de vida das gentes, o ritmo, o edificado religioso e civil, as tradições gastronómicas e etnológicas, detendo valores de autenticidade e harmonia. A Albufeira do Maranhão, com o seu evidente valor paisagístico, é nesta paisagem presença constante, conferindo-lhe amenidade.



66 e 67 A paisagem do Ervedal.

<sup>28</sup> Neste ponto do trabalho utiliza-se a primeira pessoa do singular e do plural, dada a subjectividade na análise do tema, algo completamente desejável na descrição das sensações e emoções que determinada paisagem transmite.

## 2.4.9 – ELEMENTOS DE REFERÊNCIA NA PAISAGEM

Da análise da toponímia existente na paisagem em estudo, realizada através do estudo das Cartas Militares, verifica-se a abundante presença de variadas denominações ligadas à componente natural, mas também à sua manipulação pelo Homem. São exemplo destas duas componentes: nascente, fonte, quinta, courela, horta. Antigos montes e quintas marcam a zona de transição entre o aglomerado e a paisagem envolvente, caso da Quinta do Álamo, a Quinta da Lira, as antigas Azenhas, o Monte da Torre, a Horta da Rosas, entre outros, associando a função recreativa à produção. A envolvente ao aglomerado é, ainda, marcada pela presença de hortas e pelos vastos olivais e azinhais onde a presença de gado é frequente. Estes constituem os elementos seleccionados pelos habitantes do Ervedal quando lhes é pedido para referirem os componentes identitários desta paisagem.



**ALBUFEIRA DO MARANHÃO** – com o seu plano de água constitui uma das principais atracções desta paisagem, constituindo o seu elemento estruturante. Quando o nível da água desce pode-se observar vários elementos com interesse significativo, como moinhos, tanques, caleiras de água, que sustentavam a policultura existente, no passado, ao longo deste vale. Transmite sensações de tranquilidade e amenidade aos visitantes, que a consideram um elemento de grande valor paisagístico na região.



**HORTA DAS ROSAS** – espaço de referência na cultura local, localizado na proximidade da Albufeira do Maranhão, a cerca de 3 Km da vila do Ervedal. Segundo os populares, constituiu outrora uma quinta hortada dotada de habitação que, com o passar do tempo, foi abandonada e posteriormente destruída. Hoje é destino de romarias, principalmente na Páscoa. Embora propriedade particular, atrai ainda numerosos visitantes que aí merendam ou simplesmente descansam na sua frescura. As estruturas que possui, nomeadamente a fonte com disposição em meio círculo, juntamente com o exotismo da vegetação, confirmam a sua importância passada. Morfologicamente identificam-se três zonas distintas na Horta das Rosas:

- *“Uma zona de festo relativamente plana coincidindo com o caminho de acesso e caracterizada pela presença de montado e oliveiras em alinhamento que acompanham a estrada;*
- *Uma zona de encosta descendo o vale formando socalcos até ao leito de cheia, caracterizada por denso arvoredo, e algumas construções de interesse com destaque para o conjunto composto pela fonte e conversadeiras;*
- *Por fim, uma zona plana correspondendo ao leito de cheia que separa duas linhas de água. A presença destas linhas de água é acentuada pela galeria ripícola composta essencialmente por arbustos infestantes (silvas) e algumas árvores, destacando-se o maciço de eucaliptos junto à albufeira. No leito de cheia que separa as duas linhas de água predomina o estrato herbáceo.”* (Memória descritiva e justificativa do Projecto de Reabilitação da Horta das Rosas, 2003)





**HORTAS E FONTES** – toda esta zona de hortas é

caracterizada pela diversidade de plantas hortícolas e fruteiras que se conjugam segundo um mosaico de texturas e desenhos diferentes, tirando partido da humidade presente na linha de drenagem natural aqui existente. São responsáveis por gerar movimentações, fluxos diários de agricultores e outras pessoas que não possuem a agricultura como actividade principal, do aglomerado urbano para estes espaços. No entanto, constituem apenas uma pequena amostra da agricultura de subsistência que se realizou aqui outrora. Acompanhando a disposição destes espaços hortícolas, destaca-se a presença de três fontes que garantem a rega.



**AZENHAS** – de reconstrução recente, hoje de domínio particular. “A 1500 metros da

povoação de Ervedal, na queda de água das Azenhas, existiram sete moinhos movidos pela água de uma só nascente. Outros moinhos e azenhas espalhavam-se por diversos pontos da freguesia, principalmente ao longo da Ribeira Grande; hoje, restam apenas as suas ruínas.” (Dicionário Enciclopédico das Freguesias, 1981) Muitas destas estruturas não sobreviveram ao abandono e à ruína, sendo por isso, hoje pertença de privados que aqui construíram as suas habitações. Constituem elementos simbólicos na paisagem.

**EIRA** – situada numa linha de festo, com panorâmicas de elevado interesse cénico. Daí se observam os extensos olivais a perder de vista, o convento de São Bento de Avis, ao fundo, o plano de água da Albufeira do Maranhão. Constitui, por isso, um ponto singular de contemplação da paisagem.



**PONTE DO ERVEDAL** – de construção recente (século XX), esta ponte serviu constitui

um elemento de orgulho, referencial para os habitantes do Ervedal.



**QUINTA DA LIRA** – também de construção recente, é pertença da Junta de Freguesia do Ervedal. À semelhança das Azenhas constitui uma referência na paisagem. Não se trata, no entanto, de um espaço de usufruto directo por aqueles que visitam a vila, nem de um espaço dotado de valor histórico.

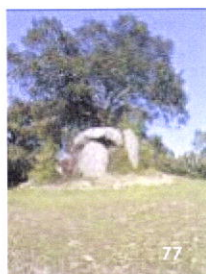


**MONTE DA TORRE DO ERVEDAL** – do período moderno/contemporâneo, constitui um antigo convento, que integra capela, zona habitacional principal e de trabalhadores, outras estruturas de apoio à actividade agrícola, exploração animal e terrenos agrícolas. O seu estado de abandono, quase em ruína, alertam para a perda deste valioso tipo de património que testemunha tempos em que a população tinha como principal actividade a agricultura<sup>29</sup>.



**SÍTIO DA LADEIRA** – *"povoado do período neo-calcolítico/romano que surge implantado num cabeço alongado, com vertentes relativamente suaves, terminando sobre a Ribeira Grande. Apesar de não se destacar de forma proeminente na paisagem envolvente, de topografia ondulada, a cota a que se encontra permite-lhe ter um domínio visual relativamente significativo, sobretudo para a zona da ribeira a N e E. As referências ao sítio arqueológico da Ladeira são escassas e pouco precisas quanto à sua localização, tipologia e dimensão, mencionando exclusivamente a ocupação durante o período romano. Os trabalhos de prospecção permitiram identificar uma extensa mancha de dispersão de materiais pré-históricos."* (Ribeiro, 2007)

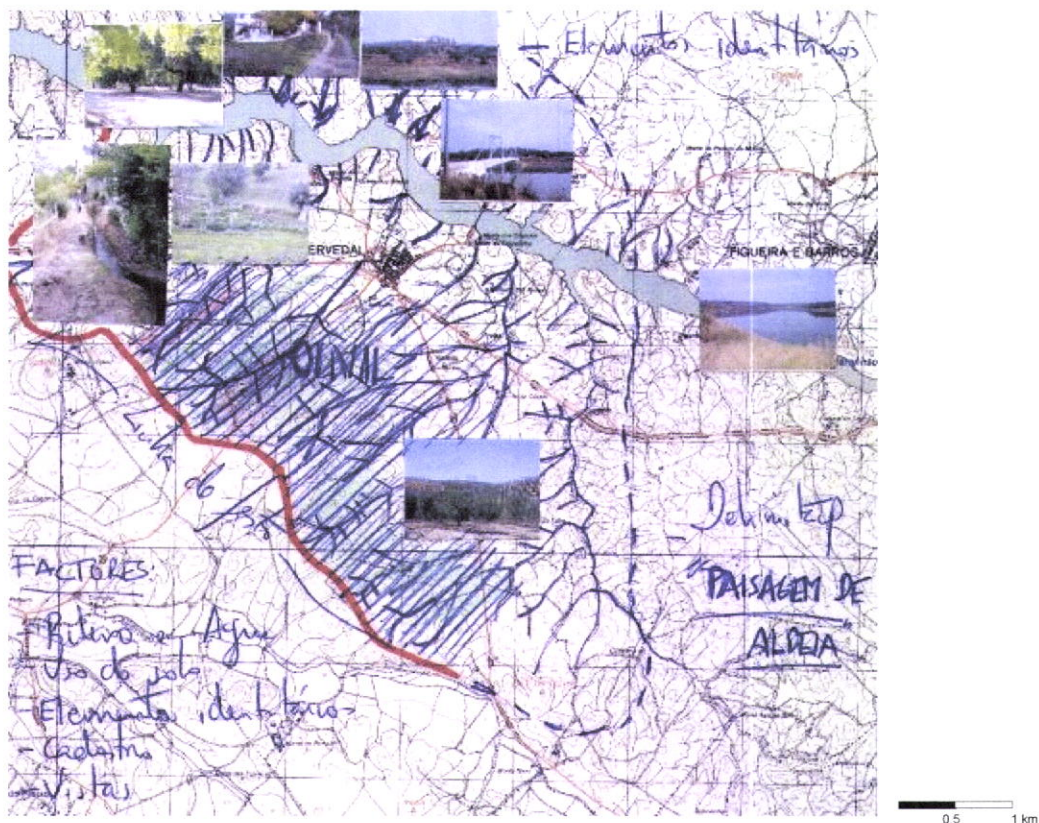
<sup>29</sup> "Em Avis destaca-se António Manuel da Cunha e Sá, grande proprietário residente na herdade da Torre do Ervedal que plantou um olival na sua herdade de Pêro Viegas, freguesia de Aldeia velha. O filho de António Manuel de Cunha e Sá foi viver com a sua segunda mulher, dona da herdade de Pêro Viegas, para a herdade da Torre do Ervedal na segunda metade do séc. XIX. Este monte, antigo convento, mantinha todas as características de grandiosidade deixadas pelos religiosos, incluindo uma capela." (Almeida, 1997)



ANTAS – segundo o

inventário prévio de sítios arqueológicos realizado pelo Município de Avis, existem inúmeras antas na freguesia do Ervedal, com destaque para o “*Olival da Anta, a Torre do Ervedal 1, a Torre do Ervedal 2, a Torre do Ervedal 4, o Areeiro, os Cágados*”. O abandono destas estruturas, a erosão e o crescimento descontrolado de vegetação constituem as suas principais ameaças. Existem ainda outros sítios arqueológicos, contudo alguns não assinalados pelo facto de ainda não ter havido levantamentos arqueológicos, quase sempre vestígios da ocupação humana.” (PPA, 2004)

## 2.5 – DELIMITAÇÃO DA “PAISAGEM DE ALDEIA” DO ERVEDAL



P. 13 ESBOÇO DE FACTORES DETERMINANTES NA DELIMITAÇÃO DA “PAISAGEM DE ALDEIA” DO ERVEDAL.

A delimitação da “paisagem de aldeia” do Ervedal foi realizada com base numa análise empírica dos componentes naturais e culturais referidos, destacando-se os elementos de relevo, hidrografia e presença de água, uso do solo, cadastro da propriedade rústica e factores históricos.

Sintetizou-se e interpretou-se a informação atrás mencionada, procurando-se a coerência de uma paisagem representativa do mundo rural e a delimitação de uma área de aproximadamente 2245 ha, com carácter perceptível. Nela foram inicialmente identificados os pontos considerados notáveis do Ervedal ou os elementos identitários, dotados de coerência espacial e temporal.

Os reconhecimentos de campo e o diálogo com individualidades locais constituíram os meios fundamentais para se definir à escala 1/25000 a “paisagem de aldeia” do Ervedal, em que a área rural envolvente ao aglomerado mantém com este uma relação de interdependência a nível cultural, visual, recreativo, agrícola.

Como elementos determinantes na sua definição revelaram-se:

- . a presença imediata do plano de água da Albufeira do Maranhão relativamente ao núcleo urbano;
- . as panorâmicas do aglomerado para o exterior e deste para o aglomerado;
- . as características do cadastro;
- . as características de relevo (duas importantes linhas de fecho estabelecem os limites a Sul da Albufeira);
- . a presença do olival considerado como a cultura agrícola identificativa do Ervedal no concelho de Avis;
- . o conjunto de elementos de referência como os montes e as quintas em redor do aglomerado, a Horta das Rosas, as Azenhas, as Hortas e Fontes, a Eira, a Ponte do Ervedal, o sítio da Ladeira, os elementos arqueológicos.

A subjectividade está presente nesta delimitação, assumindo-se mesmo como inevitável e necessária.



## 2.6 - DIRECTRIZES IMPLÍCITAS NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Dos instrumentos de gestão do território a nível municipal – Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) – o único existente aplicável ao Ervedal é o PDM. Dos Planos Especiais de Ordenamento do Território aplica-se, a parte da área em estudo, o POAM (Plano de Ordenamento da Albufeira do Maranhão).

O PDMA, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 9/95, de 2 de Fevereiro, constitui um documento demasiado vago para promover uma orientação efectiva na valorização desta paisagem, quer da área urbana quer da sua envolvente, no que diz respeito à elaboração de directrizes, apresentando-se, em geral, muito classificatório e pouco propositivo. De acordo com a planta de Ordenamento relativo ao núcleo urbano do Ervedal, destaca-se a indicação de:

- . *Espaços urbanizáveis (Loteamento da Malcastiça);*
- . *Espaços urbanos consolidados e/ou a completar;*
- . *Núcleo antigo do Ervedal;*
- . *Equipamentos existentes exteriores ao perímetro urbano;*
- . *Equipamentos existentes na vila.*

No que diz respeito à área rural envolvente ao aglomerado, o PDMA classifica-a como:

- . *Espaço Agrícola;*
- . *Espaço Agro-Silvo-Pastoril;*
- . *Espaço Florestal.*

O regulamento deste documento no que se refere à imagem urbana/espacos agrícola, agro-silvo-pastoril e florestal, comprova a sua reduzida adequabilidade no sentido de promover a valorização da paisagem em estudo.

O POAM, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 117/99, de 6 de Outubro - com a classificação do uso do solo na faixa de 500 metros, excluindo os aglomerados urbanos delimitados pelo seu perímetro, considera o seguinte zonamento:

- . *Zona Agrícola – Áreas que integram Solos da RAN;*
- . *Zona Agro-Silvo-Pastoril, não incluída na REN;*
- . *Zona Agro-Silvo-Pastoril, incluída na REN;*
- . *Zona de Sensibilidade e valor Ecológico na Área Envolvente;*
- . *Sítios Arqueológicos.*

Foi elaborado um regulamento relativo ao zonamento proposto na área de intervenção do POAM - plano de água e área envolvente, destacando-se: as possíveis actividades recreativas, as alterações relativas à alteração do uso do solo e à construção na área envolvente, as restrições para as zonas de sensibilidade e valor ecológico, bem como para as zonas agrícolas, agro-silvo-pastoris e florestais.

A Zona de Merendas prevista para a Horta das Rosas constitui a única proposta concreta deste plano que se aplica à área em estudo.

## 2.7 - PROJECTOS DE INTERVENÇÃO LOCAL EM CURSO. INTENÇÕES DO MUNICÍPIO DE AVIS.

Os projectos de intervenção local do Município de Avis para o Ervedal são o “Arranjo Paisagístico do Rossio<sup>30</sup>”, o “projecto de Reabilitação da Horta das Rosas” e o “projecto de criação de um Centro de Estudos Arqueológicos”. É, ainda, intenção do Município promover a ampliação do cemitério, bem como a ocupação de uma vasta área localizada a Este com o Loteamento da Malcastiça.

Trata-se de intervenções urbanas pontuais, à excepção do projecto para a Horta das Rosas, sendo que a maior desvantagem deste tipo de abordagens é que não são acompanhadas por qualquer reflexão sobre as directrizes/transformações urbanas pretendidas para o aglomerado, nem por qualquer outro plano mais abrangente que aborde os valores e problemas presentes na paisagem do Ervedal. Constituem projectos encomendados a gabinetes particulares de Arquitectura Paisagista, no caso dos primeiros dois, e de Arquitectura e Engenharia, no caso dos outros. No entanto, estas propostas são legítimas pois reflectem uma forma de pensar – neste caso das equipas projectistas – perante uma determinada situação e contexto. Critica-se a inexistência de uma concepção e estratégia global, traduzindo-se numa coerência de linguagem no desenho, na escolha de materiais de construção, na filosofia de intervenção.

Realiza-se, de seguida, uma análise de cada um dos projectos, sintetizando as suas ideias principais:

---

<sup>30</sup> O termo rossio, “tão presente na nossa toponímia urbana, correspondendo a um espaço aberto público, no limite entre a aglomeração urbana e o campo circundante, onde se realizavam e ainda se realizam feiras. Associam-se igualmente à definição de rossio as atribuições já referidas de terreno ou chão baldio e as de terreiro, de pousio, bravio, devoluto, comum, lugar espaçoso, terreiro e praça ou largo. Correspondem aos mais recentes recintos de feiras.” (Freire, 1999)

No entanto, após observação atenta da morfologia actual do Rossio do Ervedal, há características atrás enunciadas que não se verificam. A sua função social parece constituir a mais forte razão para a sua classificação tipológica como rossio perante todos os outros espaços abertos públicos urbanos, pois trata-se de um espaço ajardinado, de uma área aberta situada na confluência de variados arruamentos. Para além disso, situa-se na área central da vila e não no limite entre a aglomeração e o campo circundante.

Após diálogo com pessoas mais antigas, reteve-se a informação de que o rossio actual constituía, antes do 25 de Abril, um espaço onde se efectuavam mercado de hortícolas cultivados nos quintais próximos (atente-se à toponímia dos arruamentos aí próximos – Rua do Quintalão, ou Travessa do Quintal Grande), revestido a saibro, sendo que os arruamentos em seu redor eram de calçada de calhau antiga. Pensa-se, então, que o termo rossio advém desta época, tendo permanecido até hoje.

### 2.7.1 – ARRANJO PAISAGÍSTICO DO ROSSIO DO ERVEDAL

DATA DE REALIZAÇÃO – 2003

AUTORIA – LODO, ARQUITECTURA PAISAGISTA, LDA

NÍVEL ABORDADO – PROJECTO DE EXECUÇÃO

OBJECTIVO DO PROJECTO – “ÁREA DE INTERVENÇÃO – A “nova praça” criará um espaço verde com uma área aproximada a 648 m<sup>2</sup>. Desta forma a partir de dois eixos principais propõem-se uma zona de estadia pavimentada (186 m<sup>2</sup>), que é intersectada pelos eixos e enquadrada pela área denominada zona verde (462 m<sup>2</sup>).

ABORDAGEM – Pretende-se adequar o espaço a uma melhor eficácia funcional. Conferindo-lhe deste modo linearidade, comodidade de atravessamento, melhorando a qualidade de estadia. O desenho da proposta parte fundamentalmente do atravessamento da praça pelas principais vias que a ela lhe dão acesso. A partir destes dois eixos desenvolve-se um trapézio, que será a área pavimentada, que é envolvida pela zona verde, que parte da inversão da forma geométrica anterior, modelada para um melhor enquadramento da zona de estadia. A intervenção pressupõe um zonamento, onde estão compreendidas as seguintes áreas:

- zona de estadia, onde se recupera a ideia de “tabuleiro”;
- zona verde, em sentido estrito, onde se preconiza o enquadramento da praça.

COMPOSIÇÃO ESPACIAL – Com base na objectivação aposta ao desenho, resultou a seguinte proposta:

A – Zona de estadia – A zona de estadia tratar-se-á de um tabuleiro plano de uma só cota onde se pretende um pavimento em cubos de calcário, semelhante ao existente;

B – Zona verde – para a zona verde, de enquadramento à zona de estadia, a proposta de modelação cria na periferia duas elevações que acabam transversalmente num declive mais suave onde termina a área de intervenção (NW-SE). No outro topo propõe-se uma zona quase plana;

C – Material vegetal – Árvores existentes a manter – manutenção das árvores existentes.

Alinhamentos arbustivos de enquadramento – Propõe-se uma plantação de arbustos, nas duas áreas laterais, propostas, estas plantações localizam-se mais concretamente nos pequenos “declives” exteriores. Os arbustos serão de pequeno porte de folha persistente, da espécie *Berberis buxifolia nana*. (Memória descritiva e justificativa do Arranjo Paisagístico do Rossio do Ervedal, 2003)

CONSIDERAÇÕES – Considera-se, no global, o projecto apresentado positivo, no geral idealizando para o espaço uma imagem atractiva e funcional. Valores existentes como a vegetação, os pavimentos antigos, são, em geral, preservados e integrados num novo desenho do espaço, privilegiando a sua função primordial de estadia e lazer.

### 2.7.2 – PROJECTO DE REABILITAÇÃO DA HORTA DAS ROSAS

DATA DE REALIZAÇÃO – 2005

AUTORIA – LODO, ARQUITECTURA PAISAGISTA, LDA

NÍVEL ABORDADO – PROJECTO DE EXECUÇÃO

OBJECTIVO DO PROJECTO – “Na elaboração da proposta estarão presentes os seguintes objectivos:

- Criar e/ou melhorar as condições de recepção e estadia dos visitantes, dotando o espaço de infra-estruturas, equipamentos e mobiliário;
- Reabilitação do espaço, nas várias tipologias, avaliando novas valências e enfatizando a sua relação com a albufeira;
- Restauro dos elementos edificados mais significativos, dignificando a sua existência, contextualizando a sua função;
- Introdução de uma linguagem contemporânea respeitando a história e tradição do local;
- Avaliar a vegetação existente, promovendo a remoção de espécies dissonantes e o enriquecimento do conjunto de espécies presentes.

A intervenção propõe a recriação de socalcos sucessivos até ao leito de cheia. Este desenho tem por base as curvas de nível e morfologia do terreno, pretendendo tirar partido de socalcos já existentes e, com estes, hierarquizar funcionalmente o espaço. Na persecução dos objectivos definidos anteriormente, são propostas as seguintes acções:

- . Redefinição do traçado e pavimentação do caminho de acesso, bem como do entroncamento com a E.N., propondo um alargamento de todo o perfil e a criação de uma zona de recepção e segurança na entrada desta;
- . Criação de zonas informais de estacionamento até à albufeira, permitindo o acesso eventual e/ou condicionado;



. *Criação de patamares sucessivos, tendo por base socalcos sugeridos pela morfologia do terreno ou já existentes. (...)* (Memória descritiva e justificativa do Projecto de Reabilitação da Horta das Rosas, 2005)

CONSIDERAÇÕES – Considera-se, no global, o projecto apresentado positivo, reforçando o carácter lúdico que a Horta das Rosas sempre possuiu, agora com um público alvo distinto e com novas funções e significados. Ressalva-se, no entanto, alguns aspectos da intervenção, por vezes não consentâneos com a ambiência que se pretende para o local, nem com a fragilidade da sua situação no contexto ribeirinho.

### 2.7.3 – PROJECTO DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS

DATA DE REALIZAÇÃO – 2005

AUTORIA – MUNICÍPIO DE AVIS (ARQ. SUZETE PEREIRA)

NÍVEL ABORDADO – PROJECTO DE EXECUÇÃO

OBJECTIVO DO PROJECTO – *“A proposta visa a criação de um núcleo que, além do programa para o Centro de Estudos, alberga um pólo de apoio e contacto com o munícipe. Assume-se deste modo a dinamização da zona com a implantação de um programa de natureza científica, cultural, didáctica e comunitária.*

*Perante as características do edifício existente, a intervenção proposta visa requalificar, reestruturar e revalorizar o antigo edifício com o objectivo de reavivá-lo no panorama urbano. Deste modo assume-se uma intervenção que valoriza a reestruturação do espaço criando novas organização, distribuição e circulação interiores bem como novas relações de continuidade entre espaços interiores e exteriores através da criação de um pátio único.*

*A proposta de intervenção visa a criação de espaços com maior área que os existentes tentando relacionar os espaços existentes através da abertura de vãos e da demolição de algumas paredes (...)* (Memória descritiva e justificativa do Projecto de Criação de um Centro de Estudos Arqueológicos, 2005)

CONSIDERAÇÕES – Considera-se, no global, o projecto apresentado bastante positivo, na medida em que veicula soluções de grande funcionalidade perante o objectivo a que se propõe, a concretização de um programa que satisfaz totalmente a nova função proposta para o edifício, atingindo resultados originais sob o ponto de vista da composição arquitectónica.

### 2.7.4 – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DO ERVEDAL

DATA DE REALIZAÇÃO – 2005

AUTORIA – GAT DE PORTALEGRE (ARQ. PAIS. MANUELA MURTEIRA)

NÍVEL ABORDADO – ESTUDO PRÉVIO

OBJECTIVO DO PROJECTO – *“A proposta tem por objectivos:*

- *O aumento do número de sepulturas para adultos;*
- *A criação de instalações sanitárias para homens e mulheres exteriores ao cemitério. Este equipamento irá assumir-se como uma estrutura de apoio enquadrada nas tipologias arquitectónicas locais;*
- *A introdução de um fontanário e de um local para a deposição de lixo;*
- *A estruturação espacial do cemitério, como resultado da articulação entre caminhos e talhões, tendo em atenção a legislação em vigor (Decreto nº44220, de 3 de Março de 1962 - Normas para a construção e polícia de cemitérios);*
- *O melhoramento da pavimentação dos caminhos existentes dentro e fora do cemitério, utilizando materiais compatíveis para o efeito;*
- *A área ampliada, totalmente murada, justifica uma nova entrada no local que irá comunicar com o eixo de circulação longitudinal ao cemitério. Este possibilitará o acesso dos veículos fúnebres à zona ampliada e simultaneamente irá assegurar a acessibilidade de deficientes;*
- *A criação de zonas verdes de enquadramento visual, dentro e fora do cemitério;*
- *O melhoramento das zonas ajardinadas existentes no interior do cemitério e no espaço junto à entrada principal;*
- *A colocação de mobiliário urbano, como papeleiras e receptáculos para lixo ao longo da área de intervenção.*

*Relativamente à concepção geral, a zona de ampliação relacionar-se-á com a existente através da demolição do muro, do prolongamento dos caminhos e do alinhamento dos talhões.*

*Optou-se pela introdução de canteiros térreos contínuos, perpendiculares às sepulturas, de forma a atenuar o impacto visual das mesmas, amenizar a ambiência e a vivência típica destes espaços.*

*Poder-se-á dizer que a concepção da proposta, teve subjacente um conceito fundamental: que o espaço criado deverá integrar-se na paisagem envolvente.” (Memória descritiva e justificativa do Projecto de Ampliação do Cemitério do Ervedal, 2005)*

CONSIDERAÇÕES – Considera-se, no global, o projecto apresentado bastante positivo, respondendo a uma necessidade importante do aglomerado.

## 2.7.5 – LOTEAMENTO URBANO DA MALCASTIÇA

DATA DE REALIZAÇÃO – 1997

AUTORIA – URBITEME

OBJECTIVO DO PROJECTO – *“Artigo 2º - Área de Intervenção - A área de intervenção integra a totalidade de quatro prédios rústicos e parte de outros quatro prédios rústicos, cujas áreas acrescidos dos arruamentos envolventes perfazem a área de intervenção, com a totalidade de 42.990 m<sup>2</sup>.*

*Artigo 3º - Valores Gerais do Fraccionamento*

*1. Número de Frações*

- a) Destinadas prioritariamente a habitação – 55*
- b) Destinadas a actividades económicas: serviços, armazenagem ou indústria - 7*
- c) Destinadas exclusivamente a estacionamento coberto (garagens) - 2*
- d) Destinadas a equipamentos - 3*

*2. Áreas por Grupo de Frações*

- a) Destinadas prioritariamente a habitação – 15.700 m<sup>2</sup>*
- b) Destinadas a actividades económicas: serviços, armazenagem ou indústria – 8.002 m<sup>2</sup>*
- c) Destinadas exclusivamente a estacionamento coberto (garagens) – 160 m<sup>2</sup>*
- d) Destinadas a equipamentos – 2.744 m<sup>2</sup>*

*3. Área destinada a Verde Urbano – 650 m<sup>2</sup>*

*4. Área destinada a Infraestruturas Viárias, Passeios e Reservas – 15.734 m<sup>2</sup>” (Regulamento do Loteamento Urbano da Malcastiça, 1997)*

CONSIDERAÇÕES – Pensa-se que o desenho urbano deste loteamento veicula situações de difícil articulação com a imagem urbana do Ervedal. A conjugação de moradias e as actividades comerciais/industriais que propõe não são consentâneas com a escala urbana do aglomerado existente, nem com as suas características urbanas.

## 2.8 - A SUA IDENTIDADE. A IMAGEM URBANA – O CONJUNTO

*“Analisar a identidade da cidade histórica é fulcral para podermos definir os meios mais adequados para a sua conservação, pelo que importa agora tentar esclarecer, com mais precisão: o conceito de identidade e as suas relações com a cidade histórica; definir o que é e como se lê; perceber o que define a identidade e qualidade urbana; ou de um território urbanizado e averiguar as relações entre identidade e qualidade urbana; estudar as formas de variação da identidade e perceber o que se ganha, ou o que se perde; com a identidade perdida ou com a identidade renovada.”* (Aguiar, 1996)

Quase todos os aglomerados urbanos possuem uma identidade e unicidade próprias, relativamente observáveis, que resultam da relação que mantêm com o território, das razões da sua origem, mas também dos processos de crescimento e desenvolvimento, das transformações operadas por determinadas actividades e, ainda, pelas pessoas que, ao longo do tempo, o ocupam.

É a relação mantida do aglomerado com o sítio e das suas características urbanas que, juntamente com outros factores, particularizam a identidade do Ervedal. O facto de estar situado numa área relativamente plana, determina que a leitura do aglomerado se realize de forma muito diferente de outros aglomerados próximos. É, ainda, nas características rurais da paisagem do Ervedal, nas suas pré-existências e construções populares que a sua identidade é reforçada, gerando um sentimento de singularidade e unicidade.

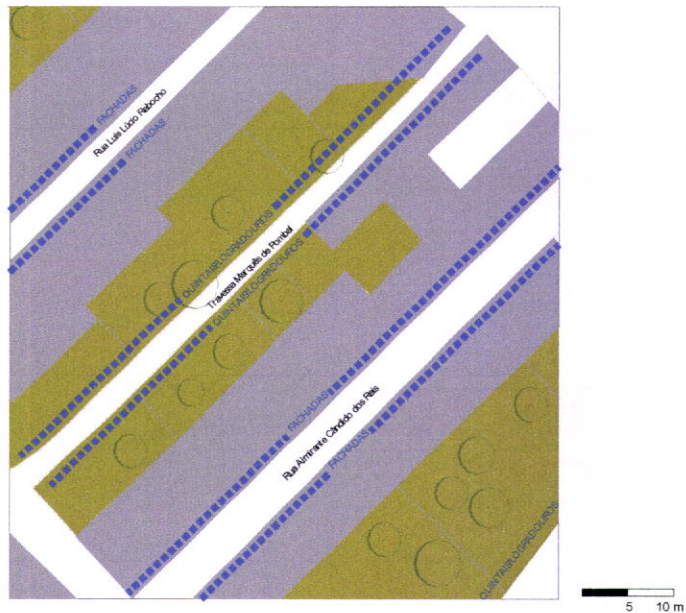
A planura da vila é reforçada pela construção de um só andar (rés-do-chão) predominante em toda a vila, salvo algumas excepções<sup>31</sup>. O ponto mais alto da vila encontra-se junto à Igreja Matriz, o mais baixo no limite Norte da vila. O aglomerado urbano surge assim como parte integrante do território, sendo evidente a forte ligação entre o casario e o sítio genético. O jogo de cores e texturas criado reafirma a riqueza dos sucessivos planos topográficos criados pela estrutura urbana. É notória a presença de elementos da arquitectura popular como os telhados, as chaminés, no conjunto criando um ambiente urbano de considerável interesse do ponto de vista cultural, arquitectónico e social, acrescido de valores cénicos e culturais da paisagem.

Fachadas confinam com fachadas, somente separadas por arruamentos, enquanto que na área oposta quintais confinam com quintais<sup>32</sup>, originando, no primeiro caso, ruas e, no segundo caso, travessas. Embora esta constitua uma característica frequente nas aldeias e vilas próximas, considera-se que esta dualidade de espaços constitui uma das particularidades deste aglomerado urbano pela riqueza da conjugação de elementos gerada. As traseiras das habitações são cuidadas com a mesma importância, como se tratasse da fachada destas.

---

<sup>31</sup> Após análise da arquitectura do Ervedal, verifica-se que a quase totalidade dos edifícios que possuem dois andares, excepto aqueles que se situam no centro da vila (as casas mais ricas), correspondem a intervenções recentes, causando inevitáveis distorções na percepção do próprio aglomerado.

<sup>32</sup> Os muros que delimitam estes espaços chegam, por vezes, a atingir três metros. Esta característica determina que não se possua a percepção que se está perante um arruamento definido por quintais, logradouros e jardins, somente a vegetação permite adivinhar a sua presença no aglomerado urbano.



P. 15 RELAÇÃO RUA/TRAVESSA .

A presença de um núcleo genético facilmente identificável e as suas sucessivas etapas de crescimento permitem entender a actual forma urbana do Ervedal.

Ao nível da arquitectura destaca-se a presença de edifícios de carácter popular, bem como de edifícios mais eruditos, que mesmo apresentando-se, no geral, em mau estado de conservação, juntamente com os espaços públicos, constituem os elementos que concedem, de forma notória, identidade ao aglomerado. O Largo Miguel Bombarda e o Rossio, embora não possuindo qualquer classificação patrimonial, constituem espaços públicos de significativa importância na vivência urbana diária.

Relativamente à sua envolvente rural, a leitura do aglomerado é também influenciada pela presença abundante de olivais alinhados. O conjunto de hortas que existiram na cintura do aglomerado ao longo do vale da Ribeira Grande e que hoje ainda persistem, quase como resquícios, determinavam uma dinâmica própria entre o aglomerado e a paisagem envolvente, formada por determinados tipos de usos e movimentações humanas - *o antigo ritmo da vida rural*.

Questiona-se como se atenua a perda dessas características relativas a um património rural com interesse cultural, ou mesmo como essas se poderão retomar, correndo o risco de perda no processo de transformação da identidade, pois a conjuntura sócio-cultural apresenta-se hoje extremamente alterada. Manter esta identidade pressupõe, então, preservar uma relação de estreito reconhecimento cultural entre quem habita e o próprio lugar, não esquecendo que desempenham um papel fundamental valores de outro âmbito, tais como aqueles considerados mais fortes em termos emocionais, por conterem a tradição no uso do próprio espaço, os valores da idade, que geram sentimentos fortes entre o habitante e o espaço. Após diálogo com a população verifica-se que estas características estão muito presentes no Rossio - o espaço público, por excelência, do Ervedal - bem como na Igreja Matriz, no Monte da Torre, nas Hortas e Fontes, na Horta das Rosas e nas Azenhas.

A fase prévia de levantamento dos valores e dos recursos existentes identificados pela população, para o planeamento da conservação e valorização do património urbano e rural, justifica-se devido à realização de uma análise rigorosa constituir o único modo que permite formar uma consciência segura dos valores da paisagem em estudo, e porque a identificação desses valores, desde que realizados com rigor e cuidado, origina ela própria um elemento decisivo para a sua protecção.

O Ervedal constitui, à semelhança de outras aldeias e vilas do interior alentejano, um centro urbano concentrado, com forte presença na envolvente rural.

Muitos são os elementos que contribuem para determinar a imagem urbana de um aglomerado: o edificado, com as suas características arquitectónicas, as suas tipologias variadas, os materiais de construção usados, as suas volumetrias, a forma como esse edificado se distribui gerando espaços abertos, os elementos de referência, determinantes na sua leitura, entre outros. O Ervedal, enquanto aglomerado urbano, não é mais do que uma conjugação particular de todos esses elementos.

De um modo geral, pode-se referir que a povoação do Ervedal é dominada por um sentido de horizontalidade. Grande parte dos edifícios encontram-se adocados à topografia existente e pouco declivosa. Toda a área é relativamente plana, com domínio visual para o plano de água da Albufeira do Maranhão pela vertente Norte. O perímetro urbano determina que as áreas de expansão urbana do aglomerado sejam diminutas<sup>33</sup>, constituindo a maior condicionante à expansão urbana da vila.

A estrutura urbana é reticulada, os arruamentos traçam quarteirões dispostos de forma rectilínea, possuindo cada um aproximadamente oito a dez habitações e determinam rectas e perpendiculares, com excepção para a zona mais antiga (núcleo genético da vila).

Três grandes tempos de construção da vila são notórias quando é percorrida - a existência de um núcleo antigo, de uma zona mais recente e a de novos loteamentos. O seu próprio desenho em planta é distinto:

o primeiro situado a Noroeste da vila, mais próximo do sítio da Ladeira, onde se pensa ter constituído o primeiro aglomerado do Ervedal. Inclui os seguintes arruamentos: Rua Rodrigues de Freitas, Rua Latino Coelho, Rua Almeida Garret, Travessa do Teatro e Travessa da Igreja, mais tortuosos, de traçado mais sinuoso, com orientações dominantes Nordeste/Sudoeste e Noroeste/Sudeste, no qual os edifícios que delimitam o Largo Miguel Bombarda constituem o limite a Este. Engloba o núcleo antigo da Igreja Matriz e arredores, formando uma unidade facilmente perceptível a quem a visita, hoje algo distorcida pelas recentes intervenções arquitectónicas. Os edifícios dispostos em banda, sem quintais, possuem dimensão reduzida e carácter tradicional. Não corresponde, no entanto, ao centro do Ervedal.



**80** O núcleo antigo do aglomerado.

**81** Note-se as ruas tortuosas, em que a localização da Igreja é determinante.

**82** Mais um exemplo: Rua Rodrigues de Freitas, localizada na zona Oeste da vila, também incluída no núcleo antigo.

**83** Travessa Estreitinha.

<sup>33</sup> Existe somente uma área de expansão urbana situada a Este da vila, constituindo uma das características positivas determinantes na construção de novas habitações. A valorização do aglomerado deverá passar, entre vários pontos, pela reconstrução dos edifícios habitacionais antigos que se encontram degradados, privilegiando a salvaguarda e o reforço da sua identidade formal, material e funcional.

. o segundo, de traçado mais rectilíneo, ortogonal, em que a característica dualidade quintais/rua atrás referida é marcante. As habitações possuem, no conjunto, um e dois pisos, dimensões consideravelmente maiores do que o núcleo genético. A presença do quarteirão constitui a sua característica urbana identificadora, sendo a importância do Rossio, neste conjunto, determinante – nele confluem grande parte dos arruamentos, com orientações dominantes Nordeste/Sudoeste e Noroeste/Sudeste, e com aproximadamente 5m de largura. A zona em redor do Rossio determina, esta sim, o centro do Ervedal. Os quintais, jardins e hortas aqui existentes passam despercebidos, localizam-se nas traseiras das habitações, constituindo um complemento importante à vivência habitacional.

. o terceiro, de construção recente, com a marcação de lotes e arruamentos, segundo índices impostos pelo PDMA. O loteamento do Junquilha, a Sul, com a dominância de um só piso, constitui esta unidade habitacional. As habitações existentes, nalguns casos, evidenciam a sua reduzida qualidade estética. A tentativa de “colagem” relativa à dualidade arruamento/travessa presente no ponto anterior resultou, neste caso, sem qualquer interesse.



P. 16 ETAPAS DE CRESCIMENTO DO ERVEDAL.

## 2.8.1 – EDIFICADO

A observação directa do edificado permitiu concluir que, apesar dos referidos tempos de construção distintos, o aglomerado é bastante homogéneo, sendo que a presença da arquitectura tradicional caracteriza grande parte da estrutura urbana. A volumetria geral dos edifícios da vila do Ervedal não excede os dois pisos. As habitações mais ricas, localizadas em redor da Igreja e junto ao Rossio, são as que possuem maior volumetria, dois pisos, um tratamento das fachadas mais cuidado, a presença de janelas de sacada e maior requinte nos pormenores arquitectónicos, bem como a utilização da cor, surgindo nas habitações de antigos proprietários abastados.



84 Área fronteira à Igreja Matriz.

85 Edifícios mais ricos na envolvente da Igreja.

86 A existência de laranjeiras na Rua de Olivença. Esta rua é ainda hoje denominada, pelos mais antigos, como a Travessa das Amoreiras, pois a amoreira era a espécie arbórea que aqui existia antes da laranjeira.



87, 88 e 89 Habitações mais ricas, junto ao Rossio.

Predominam as casas com 3 ou 4 divisões, de cor branca, sendo o regime de propriedade maioritariamente o da casa própria. Trata-se, como foi referido anteriormente, de um tecido urbano compacto, com edifícios antigos e novos, bem e mal conservados, uns com interesse arquitectónico e outros sem qualquer valor, maioritariamente ocupados com habitações, devolutos ou com uso sazonal.

Constata-se, ainda, que nem todos os fogos dispõem de condições básicas como instalações sanitárias, relacionado com a existência de uma população mais idosa e de fracos recursos económicos. No entanto, estas habitações existem em reduzido número, pois praticamente todos os alojamentos dispõem de água canalizada, energia eléctrica e esgotos.

A silhueta do Ervedal é pontuada pela torre da Igreja, e pela disposição de um casario “agarrado” ao solo, sendo frequentes as chaminés de fumeiro. “Estas, com formas ostentativas atestam o seu valor doméstico. Nalguns casos, encontram-se claramente no enfiamento visual de um arruamento. As chaminés levantam-se sobre as cérceas do casario, enriquecendo o aglomerado urbano e constituindo elementos de referência.” (PPA, 2004)



**90** Fundação Paes Teles, organismo de dinamização cultural da vila do Ervedal, ao fundo.  
**91 e 92** Pormenores de chaminés.

No entanto, após observação atenta de algumas das mais recentes intervenções realizadas, constata-se a destruição deste tipo de património, principalmente ao nível da habitação popular<sup>34</sup>.



**93, 94 e 95** Exemplos de habitação popular.

As degradações existentes na paisagem urbana do Ervedal possuem várias causas, sendo que se destaca ao nível do edificado:

- o abandono e degradação de alguns edifícios antigos;
- a demolição de edifícios que possuíam valor arquitectónico;
- a construção de edifícios sem qualquer qualidade arquitectónica, bem como loteamentos de génese recente, não valorizadores do espaço urbano;

<sup>34</sup> "Casas de habitação popular - as casas mais pequenas localizadas em ruas mais estreitas e menos centrais (situadas também nos arrabaldes) eram usadas sobretudo para residência dos pequenos proprietários, dos artistas e dos trabalhadores rurais. Estas casas de habitação popular tradicionais que abundam em Avis e nas restantes vilas e aldeias do concelho foram descritas pela mesma fonte do seguinte modo: geralmente de um só piso, só com uma janela na fachada e outra na porta - ou só mesmo a da porta - derivam da tradição medieval e são constituídas por uma repartição de espaços frente/traseira, com uma divisão de entrada que é a cozinha e a sala, seguida da (ou das alcovas) e/ou outra divisão utilitária, muitas vezes sem iluminação própria; sob o telhado fica o forro, de madeira, onde se guardavam os produtos agrícolas. O grande destaque exterior vai para as grandes chaminés - fogão e lareira, onde literalmente se vive dentro, no rigoroso inverno alentejano - muitas vezes avançadas e de grandes dimensões, com remate de excelente efeito plástico." (Almeida, 1997)

"A habitação popular é uma casa térrea que ocupa um lote de frente reduzida e não muito profundo. Possui uma enorme chaminé de fumeiro. Na fachada principal existe um vão de porta único, com um postigo para ventilação e iluminação. Este não possui qualquer cantaria e na maioria das vezes, nem sequer moldura saliente ou outros ornamentos. No entanto, a habitação popular assume a imponência da simplicidade." (PPA, 2004)



- a ampliação e remodelação morfológica, construtiva e funcional desproporcionada de edifícios ou a construção de elementos não consonantes com a arquitectura tradicional destes. São frequentes o aumento de volume e área de ocupação, o preenchimento abusivo de logradouros com construções/edificações, a alteração da estrutura interior das habitações. Ao contrário dos edifícios com dois pisos construídos no início do século XIX, em que se verifica uma sintonia com as características do relevo, criando conjuntos edificados harmoniosos e equilibrados, os edifícios de dois pisos construídos recentemente, não demonstram qualquer tipo de preocupação de integração urbana. Por vezes, encontram-se exemplos claramente contraditórios em que o PDMA permite a construção de um primeiro piso em edifícios que possuem actualmente rés-do-chão, mas, após observação atenta, percebe-se que tal aumento de volumetria irá determinar distorções na percepção do próprio aglomerado;



96, 97 e 98 Construções recentes com 1º andar.

- a aplicação de materiais, cores e elementos decorativos estranhos, determinando que a genuinidade das construções tradicionais seja substituída por elementos de alumínio idênticos aos correntes em todo o país, caso de vãos, janelas e portas de alguns edifícios. O revestimento de fachadas com materiais não consentâneos com as características dos edifícios é um problema recorrente nas recentes obras que se pode facilmente constatar, gerando problemas inevitáveis de deformação e empobrecimento da expressão e da imagem arquitectónica da vila<sup>35</sup>.

Ao nível dos espaços públicos destaca-se:

- a degradação dos elementos vegetais e construídos presentes no Rossio;
- a recente substituição de pavimentos em calçada de calhau antigo por betuminoso e calçada de granito.

Ao nível urbanístico, a E.N. 243 divide o aglomerado em duas partes distintas, criando uma ruptura no aglomerado.

<sup>35</sup> "Na maioria das intervenções arquitectónicas prevalece a sua substituição (dos revestimentos tradicionais) por argamassas de cimento, que para além dos inevitáveis problemas de incompatibilidade são responsáveis por destruir a imagem histórica do aglomerado urbano. Ao se tomar as paredes direitas, muitas vezes usando rebocos que têm como constituição cimento e tintas texturadas, perde-se o encanto das sucessivas colocações de camadas de cal e conseqüentemente da luminosidade obtida, contribuindo para a perda da autenticidade histórica dos edifícios." (PPA, 2004)



99 Loteamento urbano localizado a Sul do Ervedal .

100 A actividade industrial hoje abandonada, futuro loteamento urbano da Malcastiça.

101 O edifício da Junta de Freguesia.

As extensas áreas existentes no aglomerado, sem qualquer uso, com de uma imagem de caos e abandono, constituem também degradações, embora se conclua que estas não representam necessariamente algo de negativo. Pelo contrário, estas áreas devem ser vistas como verdadeiras oportunidades de valorização do espaço urbano, através da introdução de novos usos e funções. O próprio abandono de alguns edifícios, destacando-se aqueles que possuem maior beleza arquitectónica, pode ser encarada positivamente, no sentido de, à semelhança do Projecto para o Centro de Estudos Arqueológicos, neles serem colocados diferentes funções e actividades, capazes de imprimirem uma nova dinâmica ao aglomerado.

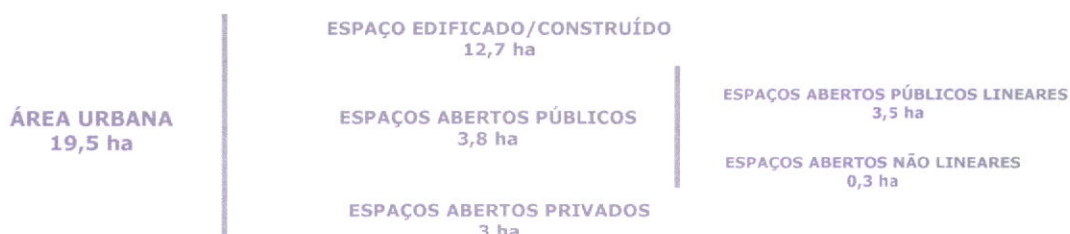
Registam-se alguns exemplos de problemas existentes:



102, 103, 104, 105, 106 e 107 Habitações "degradadas", quer por terem sido alvo de intervenções incorrectas, quer por se encontrarem devolutas.

## 2.8.2 – ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS

Esta breve caracterização dos espaços públicos do Ervedal possui como objectivo principal estudar a sua génese e a forma como são vividos, bem como os principais elementos que os caracterizam – trabalho que tenta aprofundar as características morfológicas do aglomerado, encarando-o como um conjunto de lugares, de cheios (espaços edificados) e vazios (espaços não edificados) que, pela sua conjugação, geram a atmosfera e carácter desta vila.



Da análise desta esquematização constata-se a importância dos espaços abertos privados, ocupando 3 ha, aproximadamente 1/6 da totalidade da área urbana. Os espaços públicos não lineares abrangem somente 0,3 ha.

### 2.8.2.1- NÃO LINEARES (ROSSIO, LARGO MIGUEL BOMBARDA)

O Rossio do Ervedal ou Praça da República e o Largo Miguel Bombarda constituem os espaços públicos do Ervedal.

**ROSSIO:** Possui aproximadamente 1800m<sup>2</sup> e nele acontecem as múltiplas actividades culturais que ocorrem na vila durante o ano. Ocupa uma posição central no aglomerado, confluindo aí grande parte das ruas e travessas. É um espaço rico em vegetação<sup>36</sup>, dotado de mobiliário urbano que permite a estadia – a sua principal função, usufruindo de uma sombra fresca e agradável. É, por isso, local de convívio entre os habitantes da vila, com evidente importância social. Os edifícios que o envolvem possuem, nalguns casos, clara importância arquitectónica perante o restante edificado da povoação.

A obra que ocorreu neste espaço posteriormente à década de 50 consistiu no seu “ajardinamento”, substituindo a anterior tipologia de terreiro, como se pode observar na foto 97.

**LARGO MIGUEL BOMBARDA:** Possui aproximadamente 305m<sup>2</sup> e geometria regular. Não contempla a função de estadia, constituindo um espaço eminentemente de circulação e passagem. É totalmente pavimentado com calçada de calhau antiga. A presença de habitações antigas maioritariamente com dois andares, determinam os seus limites.

<sup>36</sup> O aglomerado não apresenta manchas de vegetação com expressividade, salientando-se a existente no Rossio. No entanto, esta importância é relativa, sendo justificada somente no contexto do Ervedal.



**108** O Rossio do Ervedal, na década de 50.  
**109 e 110** O Rossio do Ervedal, hoje.

#### 2.8.2.2 - LINEARES (TRAVESSAS, RUAS, ESTRADAS)

De orientação predominante Norte/Sul e Este/Oeste, os arruamentos constituem os espaços de circulação pedonal e possuem, no geral, um traçado rectilíneo que determina em quase toda a vila a disposição de um edificado muito regular. Gera-se a tipologia de rua (definida pelas fachadas das habitações) e travessa (definida pelos quintais) que possuem, no geral, dois sentidos, sem passeios. O material tradicional de revestimento do chão é a pedra de calhau antiga, que ainda subsiste nalgumas áreas. Mais recentemente foram introduzidos a calçada de granito e o pavimento betuminoso.

As edificações envolventes possuem na sua maioria um andar, no máximo dois andares. É esta regularidade formal dos quarteirões, no que diz respeito à sua geometria e repetição, bem como à sua dimensão quase constante em todo o aglomerado, que constitui uma das suas principais características. A sua largura relativamente reduzida determina a inexistência de vegetação arbórea, com excepção para a Rua de Olivença, ladeada por laranjeiras.



**111** Perfil típico do arruamento do Ervedal - Rua José Almirante Reis.  
**112** Mais um exemplo, agora alternando edifícios eruditos com outros mais tradicionais.  
**113** Rua Consiglieri Pedroso.

### 2.8.3 - ESPAÇOS ABERTOS PRIVADOS

De entre os espaços abertos privados destacam-se os quintais, jardins e hortas, quase sempre situados nas traseiras das habitações, surgindo de forma anexa ao edifício e revelando, por isso, extrema importância na vivência do espaço habitacional. Verifica-se, ainda, que dado estes espaços serem murados, o visitante apreenda o aglomerado como extremamente “compacto” sob o ponto de vista construtivo/edificado. No entanto, se se observar com atenção, verifica-se que o miolo destes quarteirões é preenchido com espaços de quintal, hortas, pomares e jardins, repletos de vegetação.



**114 e 115** A presença de vegetação arbórea e trepadeira que “espreita” dos quintais, conferindo maior amenidade ao conjunto urbano.  
**116** Portão de quintal.



### 3.1.2 – LEGISLAÇÃO PORTUGUESA E ORIENTAÇÕES POLÍTICAS

A Constituição da República Portuguesa (7º revisão constitucional) possui referências explícitas à paisagem. No art.º 66 - Ambiente e qualidade de vida - refere-se que *“incumbe ao estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:*

- b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem;*
- c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico.”*

O Dec. Lei nº 613/76, de 27 de Julho, estabelece as figuras das áreas protegidas em Portugal e evidencia a paisagem como factor importante na caracterização cultural do território. Este diploma preencheu, na altura, uma lacuna na legislação nacional relativa à protecção de bens culturais, nomeadamente com a classificação de objectos e sítios.

A Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril) faz referências também à paisagem, concretamente nos art.º 18 - *“Paisagem”* e 19 - *“Gestão da Paisagem”*, embora nos campos estético e visual. Refira-se, ainda, que nestes dois artigos se encontram indicadas actuações, concretizando-se em regulamentações, inventários e cartografia, que não tiveram até hoje qualquer desenvolvimento. Refere que *“a protecção e valorização das paisagens que caracterizadas pelas actividades seculares do homem, pela sua diversidade, concentração e harmonia e pelo sistema sociocultural que criaram, se revelem importantes para a manutenção da pluralidade paisagística e cultural; e inventariação e avaliação dos tipos característicos de paisagem rural e cultural, comportando elementos abióticos e culturais.”* O art.º 20, relativo ao património natural e construído, preconiza que o património natural e construído do país, bem como o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defesa e salvaguarda, através, de uma adequada gestão de recursos existentes.

A Lei de Bases do Ordenamento do Território (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto) só se refere directamente à paisagem ao longo do art.º 6 - *“Objectivos do Ordenamento do Território e do Urbanismo”*, apesar de conter múltiplas indicações que, a serem cumpridas, teriam consequências positivas sobre as paisagens do país. O mesmo se passa com o Dec. Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, modificado pelo Dec. Lei nº 316/2007, de 17 de Setembro (regime do uso do solo e dos instrumentos de gestão territorial), embora somente aborde a paisagem nos art.º 13 e 15.

Para além destes, muitos outros diplomas legais abordam directamente a paisagem, cuja importância é amplamente reconhecida como um objectivo importante do processo do ordenamento e gestão do território. No entanto, pode-se afirmar que embora a legislação portuguesa reconheça a relevância do conceito de paisagem, tal reconhecimento não é transposto para a realidade prática das actuações sobre o território.

A Lei nº107/2001, de 8 de Setembro, estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. O art.º 2 não refere a paisagem enquanto componente do património cultural: *“o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.”* Somente o art.º 44 faz referência à defesa da qualidade ambiental e paisagística, nomeadamente na alínea 1, onde refere *“a lei definirá*

*outras formas de assegurar que o património cultural imóvel se torne um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que integram e da qualidade ambiental e paisagística.”*

A Resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro, com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, assume três objectivos:

- *“Conservar a natureza e a diversidade biológica (incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia);*
- *Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;*
- *Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da Conservação da Natureza.”*

O Programa de Acção do PNPOT (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território) estabelece como um dos seus intuitos *“Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural:*

- *As paisagens são um dos suportes da memória colectiva, participando na formação das identidades territoriais e da cultura de um país. A diversidade, qualidade e originalidade das paisagens representam hoje um activo crucial para as regiões;*
- *Também o património cultural tem um valor identitário essencial e deve ser entendido como realidade dinâmica, em permanente actualização;*
- *A protecção, a recuperação e a valorização das paisagens e do património cultural constituem assim vectores prioritários do ordenamento e da qualificação do território, com incidência no desenvolvimento dos turismos cultural, da natureza e rural e factores de melhoria da qualidade de vida;*
- *A arquitectura constitui uma actividade fundamental na qualificação e valorização do ambiente urbano, das paisagens e do património cultural. A qualidade arquitectónica, em meio urbano ou rural, representa, assim, um importante factor de desenvolvimento dos territórios e de qualidade de vida dos cidadãos.” (PNPOT, 2007)*

Como uma das principais medidas prioritárias estabelece *“elaborar e implementar um Programa Nacional de Recuperação e Valorização das Paisagens, implementando a Convenção Europeia da Paisagem e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitectura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitectura e da paisagem, tanto no meio urbano como rural.” (PNPOT, 2007)*

Salienta-se, por último, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), sendo que um dos seus objectivos é a *“Gestão eficiente e preventiva do Ambiente e do Património Natural”,* pressupondo uma política coerente de conservação da natureza e da biodiversidade e afirmando *“a agricultura como actividade essencial no combate à desertificação e ao despovoamento do interior, contribuindo para a conservação dos solos, dos recursos hídricos e dos valores paisagísticos, assim como para a criação de oportunidades de emprego e fixação das populações em áreas rurais.” (ENDS, 2005)*



### 3.2 - ÁREA URBANA

As directrizes aqui enunciadas para a área urbana possuem como um dos objectivos principais inverter o processo gradativo de degradação do edificado, revelando-se, por isso, importante elaborar um programa de requalificação das construções habitacionais. A necessidade de proceder ao estudo sistemático e aprofundado do edificado revela-se, à partida, como algo fundamental.



117, 118 e 119 Habitações degradadas.

Dado o significativo aumento dos fogos desocupados ao longo do tempo, define-se como prioritário a realização de um levantamento rigoroso dos edifícios devolutos, através da elaboração de fichas de inventariação com uma descrição sucinta de cada edifício, englobando a sua caracterização, estado de conservação e identificação das patologias existentes.

A determinação de um conjunto de intervenções a realizar segundo um quadro de prioridades, definido através dos problemas de natureza física de cada edifício, do grau de adulteração arquitectónica que este apresenta, tendo em vista a beneficiação da arquitectura tradicional, a recuperação e preservação da sua memória cultural, material e artística, constitui a segunda fase do levantamento a efectuar. A arquitectura popular deverá ser alvo de propostas de recuperação, contemplando, entre outras acções, a preservação da argamassa de revestimento dos paramentos interiores e exteriores.

Por tudo isto, revela-se fundamental que o Ervedal se encontre contemplado por um instrumento de gestão urbanística de escala mais pormenorizada, promovendo a reabilitação física, social e económica desta paisagem, definindo-se como um documento de protecção e valorização a seguir – O Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Sítio do Ervedal. *“Um dos objectivos fundamentais desse plano deverá ser a manutenção do equilíbrio formal, exterior e interior dos edifícios com a introdução de melhorias nas condições de habitabilidade, tendo em vista a manutenção da população instalada e a fixação de novos residentes ligados culturalmente ao território, a reconstituição da expressão arquitectónica e urbanística original, quando justificável, assim como a eliminação de usos e actividades instalados e que reconhecidamente ameaçam o equilíbrio entre a população, o seu quotidiano e os ambientes onde se desenvolve – estratégias a cumprir em termos de uma concreta reabilitação urbana.”* (Batista, 1997)

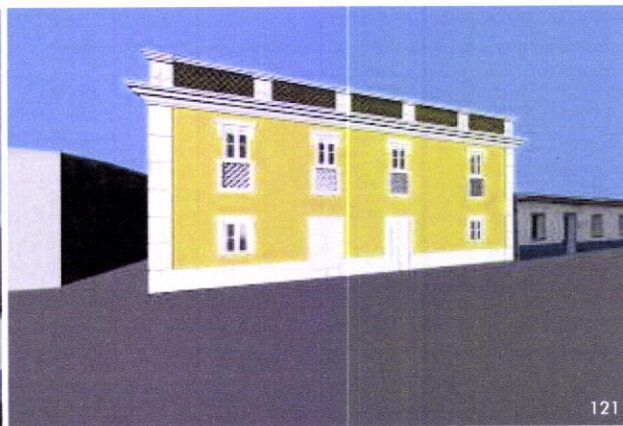
Não se cingindo somente à área urbana, este plano deverá promover a exploração de relação de interdependência e complementaridade entre o espaço urbano e a paisagem envolvente, constituindo o instrumento adequado para se promover, futuramente, a protecção dos valores e mais valias existentes. Com a sua elaboração importa, ainda, reduzir riscos da eventual arbitrariedade na tomada de decisões, através da

introdução de rigor e de análises metódicas<sup>39</sup>, reconhecendo e reconstituindo o seu sistema de valores. As intervenções a ter em conta deverão possuir como objectivo torná-los únicos e irrepetíveis, após o diagnóstico dos factores que induzem os seus processos de transformação, constituindo algo decisivo na orientação de novas intervenções. A valorização da estrutura produtiva, turística e cénica da paisagem, encarando-a também como um valor patrimonial, deverá ser equacionada. No âmbito desta dissertação, optou-se por elaborar um subcapítulo (ponto 3.5) que explora as relações entre a área urbana e a área rural.

As estratégias de intervenção propostas elegem um conjunto de intenções prioritárias que deverão futuramente ser aprofundadas no âmbito da realização desse plano, destacando-se:

**- ao nível do edificado:**

- a preservação da fisionomia do aglomerado;
- a reabilitação e conservação dos edifícios habitacionais degradados, com vista à salvaguarda da sua identidade morfológica e cultural. No âmbito da realização de Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Sítio do Ervedal, deverão ser definidas prioridades de intervenção e sua respectiva calendarização;
- a protecção ao edificado tradicional (arquitectura popular), promovendo a sua recuperação e a manutenção dos materiais e técnicas tradicionais de construção;
- a aquisição de edifícios referenciais, dotando-os de novos usos e funções, responsáveis pela dinamização do aglomerado. Revela-se importante a elaboração e adequação de projectos de arquitectura para estes edifícios localizados no centro do aglomerado, reforçando, assim, a noção de centralidade – caso do Centro de Estudos Arqueológicos (CEA);



**120** Antigo posto da GNR.

**121** Imagem do projecto do CEA.

- a criação de programas de apoio monetário à recuperação de imóveis, para além dos que já existem<sup>40</sup>, bem como o apoio técnico no acompanhamento da obra;

<sup>39</sup> A população do Ervedal sentir-se-á esclarecida com a demonstração de um instrumento conceptual dotado de clareza lógica, promovendo um fácil entendimento, apreciável por todos, com a justificação das opções tomadas. Aumenta-se, portanto, a legitimidade para intervir.

<sup>40</sup> O Solarh, o Recria, o Recriph, constituem programas de apoio financeiro às operações de reabilitação urbana e do património arquitectónico. O papel do Estado como regulador responsável pela prevalência do interesse público, deverá promover o estabelecimento de meios para a permanência da população indispensável para o equilíbrio social e funcional da paisagem. Constatase hoje que, apesar dos programas existentes referidos, o quadro financeiro aplicável à reabilitação dos edifícios habitacionais antigos

- a promoção de comércio de carácter tradicional;
- a organização de eventos de arte pública, pressupondo a dinamização cultural da vila. É no aglomerado urbano mais antigo que residem algumas memórias e alegorias patrimoniais que comprovam as identidades e que são elementos centrais na produção do imaginário urbano.

**. ao nível dos espaços exteriores públicos/privados:**

- a valorização paisagística dos espaços abertos públicos localizados no centro do aglomerado e de outros espaços de enquadramento, através da elaboração de projectos e obras de arquitectura paisagista (ex: Arranjo Paisagístico do Rossio do Ervedal);
- o reordenamento do trânsito automóvel, valorizando a área central do aglomerado como local privilegiado de circulação de peões e de actividades ligadas à estadia urbana, bem como de algumas das vias principais;
- a introdução de vegetação nalguns arruamentos, caso da E.N. 243;
- a protecção e valorização dos logradouros/quintais/jardins privados;
- a beneficiação do sistema de iluminação pública, eliminando os cabos eléctricos das fachadas dos edifícios, bem como a valorização cénica de alguns edifícios, pressupondo, nalguns casos, a instalação subterrânea de redes eléctricas e telefónicas. A iluminação cénica da Ponte do Ervedal deverá ser equacionada.

Manifesta-se, assim, a necessidade de procurar uma manutenção efectiva das características tradicionais da vida local, da beneficiação da imagem da arquitectura histórica da vila e da sua expressão, da preservação das qualidades estéticas, culturais e funcionais do espaço urbano do Ervedal.

---

degradados (no que respeita a criação de incentivos económico-financeiros) é bastante reduzido em termos de benefícios práticos para quem se proponha a desenvolver operações concretas de reabilitação nestes imóveis.

### 3.3 - ÁREA RURAL

#### 3.3.1 - CONSTATAÇÕES

As propostas de valorização da área rural surgem no seguimento de três constatações:

. A tendência consequente para a homogeneização da cultura e dos modos de vida do mundo rural e urbano. Hoje os elementos que caracterizam o rural ganharam novos contornos e dinâmicas, as relações de comunidade de outrora deixaram as sociabilidades que explicavam os grandes eixos das dinâmicas e da permanência nos pequenos aglomerados urbanos. A relação social assente na comunidade, que favoreciam o conhecimento interpessoal, a partilha da esfera privada, o peso das redes familiares e das relações de interdependência, está a desaparecer. Verifica-se que a sociedade tende a sofrer alterações, rumo a um processo globalizante que conduzirá a uma homogeneização. Dever-se-á, no entanto, acentuar as especificidades locais, marcando a sua diferença e evitando a globalização cultural;

. A perda gradual de peso do sector agrícola na economia e na sociedade dos nossos tempos. A agricultura surge cada vez menos a “modelar” o mundo rural, já não constitui o “elemento chave” para ler e caracterizar o espaço, enquanto que o ambiente, a natureza, começam a ganhar importância, a marcar uma nova relação da sociedade com a paisagem. O espaço rural já não se remete somente para a agricultura e floresta, mas cada vez mais para a questão ambiental. O entendimento produtivista (funcional da paisagem) começa hoje a dar lugar a um usufruto mais lúdico desta. Surge, assim, uma nova ruralidade, não tendo como objectivo reduzir a paisagem ao estado simples de contemplação, mas pressupondo, novas relações funcionais e emocionais com o habitante e turista. *“As características da nova ruralidade emergente será, cada vez mais, agroecológica, biodiversa e multifuncional. A nova ruralidade em formação será fortemente tributária de uma economia recreativa, também ela em vias de formação - a economia do turismo, compreendendo a visita ecológica dos parques e reservas naturais. Um novo marketing territorial, justificado pela alteração do peso convencional dos serviços convencionais, ainda muito ligados à função produtiva. Passam a ser prioritárias as funções de ordenamento paisagístico e biofísico, a conservação dos recursos e biodiversidade dos recursos, pela oferta dos serviços agro-rurais de natureza muito diversa: agro-biológicos, agro-florestais e cinegéticos, agro-turísticos, recreativos e residenciais, agro-energéticos, de certificação e controlo da conservação e biodiversidade.”*<sup>41</sup> (Covas, 2004);

. O surgimento da questão ambiental e a procura da natureza por parte da população urbana determinam a tendência para que muitas políticas ambientais adquiram relevância. A sua concretização pode assentar em diversos grupos sociais ou entidades, em relações muito diversas com o espaço e o rural, cujos futuros contornos também dependem dos actores sociais que as políticas privilegiarem no futuro.

---

<sup>41</sup> A caça, o turismo, os produtos agrícolas tradicionais, o artesanato, o lazer e desporto, a visita e fruição das paisagens e do património cultural, arquitectónico, as segundas habitações, entre outros elementos, determinam a procura de acolhimento em povoados rurais e a crescente expansão do consumo por parte de urbanos com rendimentos elevados e em plena vida activa.

### 3.3.2 – ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE UMA PAISAGEM EM MUDANÇA - LINHAS DE FORÇA E DE ESTRATÉGIA

Os seguintes pontos determinam as estratégias fundamentais a seguir para a valorização da paisagem em estudo:

. A **articulação urbano-rural** como forma de ligar o espaço urbano à paisagem rural envolvente. A interdependência antiga destas realidades é agora transformada segundo um programa recreativo e funcional, privilegiando a sustentabilidade futura dos seus valores e a criação, a longo prazo, de novas relações funcionais e emocionais;

. A **multifuncionalidade** da "paisagem de aldeia" do Ervedal, inserida numa região em desequilíbrio social, constitui a melhor forma de tirar partido das suas potencialidades e de dirigir-se ao maior número de grupos possível. A actividade agrícola, o recreio, a ecologia, surgindo associadas à exploração da faceta "comercial" do ambiente, bem como à valorização do turismo, devem estar presentes na paisagem em estudo.

A multifuncionalidade potencial, atendendo às tendências e perspectivas futuras, bem como à base de recursos que a paisagem dispõe para a melhoria do desempenho das funções consideradas, constitui uma das estratégias exploradas;

. A **apropriação do espaço pelo movimento** privilegia a dinamização do meio rural envolvente ao aglomerado, proporcionada com o estabelecimento de percursos dotados de diferentes interesses que exploram as mais valias do meio rural. Os caminhos de pé posto, algumas estruturas de apoio à actividade rural, ganham agora um novo interesse através do estabelecimento de um programa de utilização previamente delineado, dando a observar os lugares ou elementos notáveis e pré-existências, reveladores da sua identidade.

Valorizam-se, assim, produtos e actividades, mas também experiências. Se no passado a preocupação dominante associada às actividades de lazer e turismo era "onde ir" e posteriormente o que fazer, hoje e também no futuro, prevalece a necessidade de sentir, experimentar ou vivenciar. A economia de experiência vai assumindo um papel preponderante, surgem produtos lúdicos e turísticos onde as vertentes natural, ecológica, cultural, temática, de descoberta e de aventura ganham protagonismo.

### 3.3.3 – PRESSUPOSTOS PARA FUTURAS INTERVENÇÕES

*"Eu comecei a pensar sobre o projecto percorrendo o sítio várias vezes. Despendi muito tempo a olhar simplesmente para as coisas. Tentei observar aquilo que normalmente não vemos, tal como as flores e ratos, e tudo o que se move à volta dissimuladamente com o desejo de permanecer imperturbado.... Em outras palavras, queria respeitar a natureza do sítio e a sua história, mas sem nostalgia, sem sentimentalismo. Tudo o que precisávamos já ali estava e o nosso trabalho era simplesmente encontrar e re-presentar estas características através de arquitectura discreta. Assim, procurámos clarificar a paisagem, amplificar as suas características através da subtracção e de uma intervenção modesta, embora muito calculada." (Descombes, 1999)*

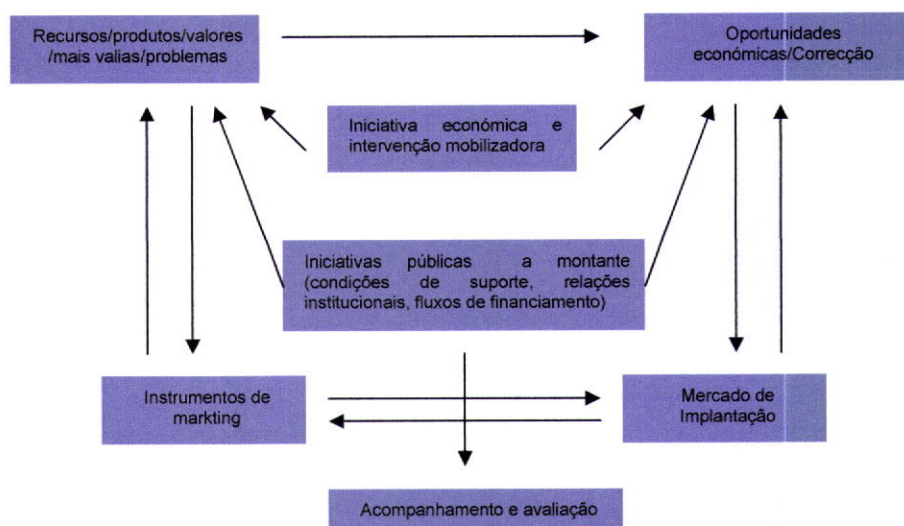
A intervenção nesta paisagem deverá partir do princípio de que qualquer construção procurará revelar a identidade, o carácter próprio ou o génio do lugar onde se insere. A identidade do lugar ou conjunto de lugares do Ervedal assenta neste processo de selecção e transformação das pré-existências (encarada como o conjunto de factores culturais e naturais) em elementos representativos. Pretende-se descobrir um caminho que os articule e dê a ver, construir uma nova leitura e um outro olhar sobre a "paisagem de aldeia" do Ervedal pré-existente, evidenciando a sua singularidade, beleza e magia e demonstrando o valor estético e artístico dos lugares que fazem parte do quotidiano, em especial para os seus elementos notáveis.

### 3.4 – MULTIFUNCIONALIDADE

A compreensão da paisagem como um sistema complexo, que deve conter em si uma diversidade de usos, harmonizados entre si, determina a não dominância de uma função sobre outras. A multifuncionalidade exigida à paisagem do Ervedal constitui a garantia do seu futuro.

No entanto, o esquema que se segue tenta evidenciar o processo de intervenção na paisagem do Ervedal de modo a promover as suas mais valias ou valores com potencialidades na vertente turística, desde a sua identificação, à análise dos mercados de implantação e posteriormente à sua gestão.

A aplicação deste esquema necessitaria de abordagens mais complexas e interdisciplinares do que a desenvolvida neste estudo.



**E. 2 ESQUEMA DE INTERVENÇÃO DE ÂMBITO TURÍSTICO NA PAISAGEM DO ERVEDAL**  
(A COMPETITIVIDADE DAS ÁREAS RURAIS: uma abordagem na perspectiva das estratégias de marketing.  
Adaptado de Neves, Magalhães e Relvas)

### 3.4.1 – FUNÇÃO DE REGULAÇÃO. A QUALIDADE E QUANTIDADE DA ÁGUA E DO SOLO.

#### MEDIDAS E ACÇÕES

. a implementação de sistemas de recuperação da paisagem a nível do uso do solo, privilegiando o fundo de fertilidade deste e o equilíbrio dos ecossistemas. Na paisagem em estudo, estas novas ocupações passam por regeneração natural (pressupondo o abandono das práticas culturais actuais, passando por diversas sucessões ecológicas à mata ou mato) e plantação de espécies vegetais associadas às formações climáticas potenciais nas áreas incluídas na REN (com Riscos de Erosão e Cabeceiras de Linhas de Água) próximas do plano de água da Albufeira do Maranhão. Propõe-se a formação de matas com funções de protecção do solo, no sentido de aumentar a retenção, infiltração da água no solo e defesa contra a erosão. A composição da mata deverá integrar povoamentos mistos, com diversos andares de vegetação e uma orla bem constituída. Inerente está também a função de habitat (refúgio, reprodução e alimentação de animais, vegetação autóctone).

É, ainda, importante a conservação das manchas de vegetação natural e semi-natural mais desenvolvidas e com maior valor biológico, com destaque para aquelas que estão melhor adaptadas à região e desempenham um papel preponderante na conservação dos recursos naturais, caso das que limitam o braço da Albufeira do Maranhão mais próximo do aglomerado.

. a protecção dos valores ecológicos existentes - linhas de água, propondo-se acções de salvaguarda da vegetação existente. Nos casos em que a vegetação é escassa, propõe-se, a sua densificação com *Salix alba*, *Salix atrocinera*, *Fraxinus angustifolia*, *Populus sp.*, *Celtis australis*, *Crataegus monogyna*, entre outras.



E. 3 RECONSTITUIÇÃO DA GALERIA RIPÍCOLA.  
(Adaptado de Saraiva, 1998)

. a concretização de acções de valorização da Albufeira do Maranhão<sup>42</sup>, nomeadamente:

- a colocação de sinalização informativa alertando para uma utilização ordenada;
- a criação de áreas de recreio e lazer envolventes ao plano de água – zona de estadia da Horta das Rosas, dotada de estrutura de apoio para embarcações, papeleiras, bancos, mesas, plantações e sementeiras de integração paisagística, bem como o balizamento e valorização dos acessos respectivos;

<sup>42</sup> Embora não se considerando um valor ecológico ou natural propriamente dito, na medida em que representa uma construção do Homem, optou-se por aqui incluí-la. Segundo o PDMA, a Albufeira do Maranhão padece de alguns problemas, destacando-se a erosão das margens, a existência de fontes poluidoras e usos do solo menos apropriados nas sua imediações.

- a vedação de áreas sensíveis e vulneráveis;
- a monitorização da qualidade da água com identificação das fontes poluidoras;
- a concertação com os proprietários de forma a que seja permitida a implantação e utilização das zonas de lazer;
- a sensibilização e educação ambiental, promovendo a salvaguarda da qualidade da água, a utilização regrada do espaço, o respeito pelos valores naturais e paisagísticos;
- a interdição do acesso do gado ao plano de água e ao leito da Albufeira e controle do pastoreio na envolvente, proporcionando a melhoria das condições ambientais e, em especial, minorando os problemas de qualidade da água;
- o reforço da fiscalização e articulação entre as diversas entidades fiscalizadoras, no sentido de assegurar a utilização regrada da Albufeira e envolvente.

### 3.4.2 – FUNÇÃO DE SUPORTE

#### 3.4.2.1 - O TURISMO

##### MEDIDAS E ACÇÕES

. a participação do Ervedal num circuito turístico mais abrangente (articulação com outras redes) com a elaboração de roteiro turístico<sup>43</sup>, apelando-se a uma concertação entre as várias entidades que tutelam e intervêm na paisagem, na procura das linhas orientadoras e na definição da regras a seguir.

Privilegia-se o fomento da actividade desportiva, a valorização dos produtos tradicionais, a “venda” desta paisagem pelo seu forte sol de Verão, pelas águas límpidas que podem ser associadas a variados tipos de desporto (terrestres, aquáticos, aéreos), com o objectivo de facultar uma paisagem dotada de infra-estruturas pouco formalizadas.



**122** O desenvolvimento turístico pode concretizar-se através de estabelecimentos de hotelaria, quer no interior do aglomerado, quer em montes antigos. O Monte da Torre foi identificado como o imóvel que, na área em estudo, possui características de excepção para vir a constituir uma unidade de turismo em espaço rural;



**123** No aglomerado a recuperação da habitação situada na Travessa do Teatro nº 4, para alugar a turistas (*Turismo de pequena escala*) possui especial interesse.

. ordenar a actividade cinegética.

<sup>43</sup> Com exploração dos valores urbano-rurais existentes na freguesia do Ervedal, mas também referindo aqueles existentes a uma escala mais abrangente, a da região, participando assim de uma rede mais vasta.



### 3.4.2.2 - A HABITAÇÃO/ AS ACESSIBILIDADES

#### MEDIDAS E ACÇÕES

. propõe-se que a reconstrução e reabilitação das habitações degradadas existentes no aglomerado se assuma como uma directriz urbanística importante assumida pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Sítio do Ervedal.

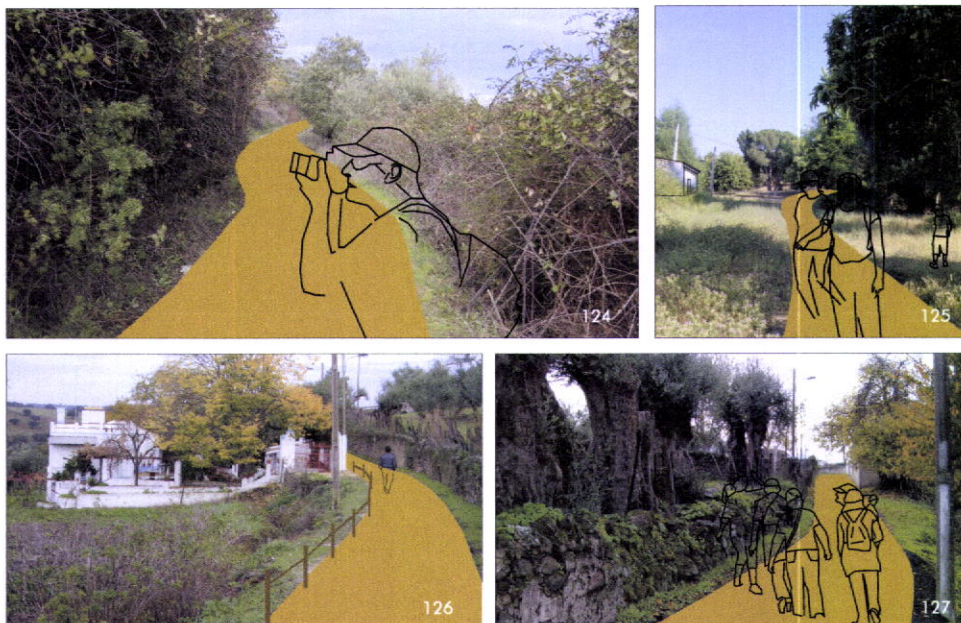
A E.N. 243 constitui a principal acessibilidade viária do Ervedal, atravessando a vila sensivelmente a meio e possuindo, também, a função importante de ligar aglomerados urbanos vizinhos.

### 3.4.3 - FUNÇÃO DE INFORMAÇÃO:

#### 3.4.3.1 - O RECREIO

#### MEDIDAS E ACÇÕES

. a criação de percursos com interesses e modalidades várias, pressupondo a valorização dos elementos recreativos existentes e criação de actividades ligadas à valorização do património rural, com aproveitamento dos antigos caminhos;





124, 125, 126, 127, 128, 129, 130 e 131 Percursos vários.

. a concretização do Projecto de Reabilitação da Horta das Rosas;



132 Zona de merendas na Horta das Rosas.

. a implementação de passeios a barco pela Albufeira do Maranhão e a sua integração em percursos (trilhos) de descoberta da natureza, ligando os locais de maior interesse patrimonial e arqueológico. Trata-se de áreas muito procuradas no Alentejo, sendo que a promoção no plano de água e área envolvente de diversas modalidades desportivas serão a privilegiar.



133 Passeio de barco pela Albufeira do Maranhão.

### 3.4.3.2 – A EDUCAÇÃO

#### MEDIDAS E ACÇÕES

. a actividade didáctica concretiza-se, no caso da leitura da paisagem do Ervedal, com a instalação de painéis interpretativos dos seus valores ou pontos notáveis, ao longo de três percursos pedestres, num total de 10 Km.

### 3.4.4 - FUNÇÃO DE PRODUÇÃO. A AGRICULTURA.

#### MEDIDAS E ACÇÕES

. a agricultura enquanto actividade económica deverá ser rentável e sustentável a médio e a longo prazo, promovendo a qualidade dos produtos existentes, valorizando os serviços prestados pelos agricultores à sociedade – produção de energia, fixação de CO<sub>2</sub>, regulação do ciclo hidrológico, conservação do solo e da biodiversidade, valorização da paisagem, reciclagem de resíduos urbanos, prevenção de fogos, turismo e recreio.

. a criação de hortas constitui algo a reconquistar como actividade diária não só para agricultores, mas como também para habitantes que possuem outra profissão. Propõe-se a intensificação de agrossistemas tradicionais com a ampliação da área de hortas actualmente existente, apoiada pela venda dos produtos no mercado local. O futuro da agricultura do Ervedal passa pela sua diversificação e máxima complementaridade em que o objectivo será atingir uma actividade de qualidade baseada na aptidão do solo que garanta a exploração equilibrada dos recursos;



134 e 135 Hortas.

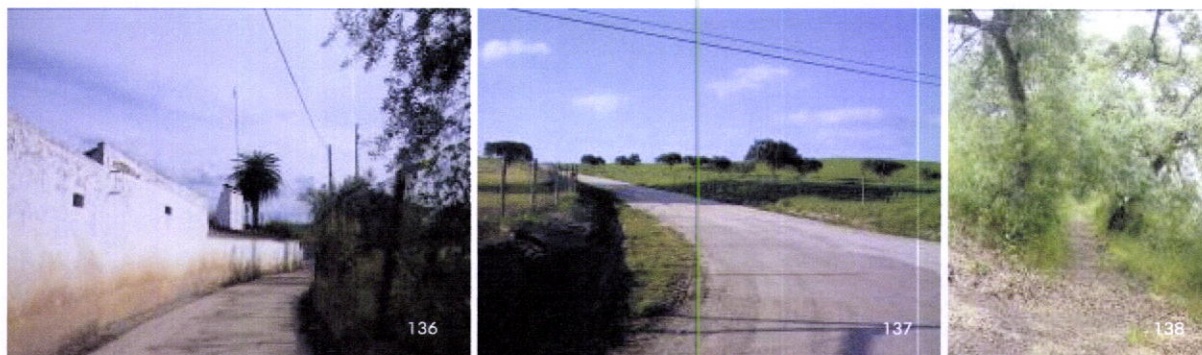
. manter a diversidade do uso do solo existente (olival, hortas, agricultura intensiva à base de exploração de cereais e horto-industriais), de modo a promover uma concepção de paisagem diversificada, que garanta diversos tipos de actividades e economias subjacentes;

. o implemento da cultura do olival, promovendo nalguns casos a sua intensificação, com salvaguarda da sua qualidade, dando continuidade à sua inclusão na denominação de origem protegida (DOP). Este sistema agrícola constitui, juntamente com os enchidos, uma das grandes valias económicas da paisagem do Ervedal.

### 3.5 – RELAÇÃO ENTRE ÁREA URBANA E ÁREA RURAL – O CONCEITO. ARTICULAÇÕES E LIGAÇÕES.

O objectivo fundamental é recriar o equilíbrio presente na relação *aglomerado urbano–paisagem envolvente*, outrora existente, não criando cenários de imitação ou fiéis ao passado, mas usando os mecanismos para “desenhar” uma paisagem atractiva para o habitante do Ervedal e para o visitante.

A relação que deverá existir entre a área urbana e a área rural deverá ser intensificada através do dia-a-dia da população, mantendo “vivo e vivido” pela população todo aquele espaço, criando novos hábitos e actividades.



136 Caminho para as Azenhas.

137 Caminho para o Monte da Torre.

138 Caminho envolvido por vegetação natural.

A **APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELO MOVIMENTO** constitui o conceito a fomentar com o estabelecimento de percursos temáticos que dão a ver lugares, elementos notáveis e pré-existências reveladores da identidade do sítio do Ervedal, de modo a permitir a fruição desta paisagem, associando-os à promoção do artesanato, da gastronomia, da equitação como um suplemento recreativo ao alojamento, dos produtos regionais, com diversos graus de atracção e de interesse.

A rede de percursos proposta, representativa da “paisagem de aldeia” do Ervedal, é agora reproduzida, deixando de ser apenas um conjunto de caminhos que as pessoas percorrem no contexto das suas vidas e de diversas actividades sociais, passando a ser apresentados como traços típicos e distintivos da paisagem alentejana. Esta é aproveitada e transformada com a intenção de dar a ver os elementos e lugares considerados histórica e esteticamente significativos, constituindo um exercício de re-criação.

Propõe-se o domínio dos percursos pedonais e de bicicleta sobre os de automóvel, bem como os de carácter rural sob o urbano. Realça-se, ainda, a existência de uma rede de caminhos em bom estado que viabiliza a circulação de todo o tipo de veículos, excepto automóveis. Outros implicarão, devido ao difícil acesso pedonal, a sua regularização e estabilização<sup>44</sup>.

<sup>44</sup> A capacidade de carga dos locais considerados constitui factor a considerar no sentido de evitar cargas excessivas originadoras de situações de sobre-uso e conseqüentemente na degradação dos lugares. Os perigos que desta omissão podem advir, quando propostos espaços turísticos não consentâneos com a realidade existente, serão a destruição dos recursos, a redução drástica da multifuncionalidade e conseqüentemente a perda da identidade da paisagem.



**139 e 140** Caminho automóvel em terra batida para as Azenhas.

**141** Caminho de acesso às Azenhas e Hortas, ladeado por campos de oliveiras.

Os diversos percursos surgem desenhados na planta de BASES PARA A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM DO ERVEDAL (P.17), concretizando, na globalidade, um circuito de 10 Km constituído por percursos pedestres, de bicicletas, a cavalo, de natureza recreativa, cultural e turística, com paragem pontual em zonas panorâmicas sobre a Albufeira do Maranhão:

**Percurso 1 - da Água** - Aglomerado urbano; Hortas; Quinta da Lira; Sítio da Ladeira; Azenhas; Horta das Rosa; Albufeira do Maranhão

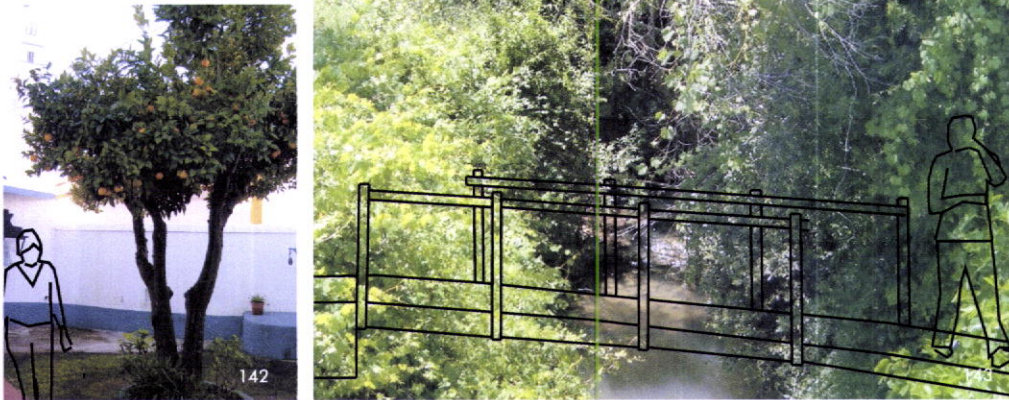
**Percurso 2 - cultural/do Monte da Torre** - Aglomerado urbano; Ponte do Ervedal; Monte da Torre

**Percurso 3 - do olival** – Aglomerado Urbano; Ribeira do Alcórrego

CLASSIFICAÇÃO	TIPOLOGIA	DURAÇÃO	CARÁCTER
<i>Percurso 1 - da Água</i>	<i>Pedonal; Bicicleta; Cavalo</i>	<i>2 horas; 4 Km</i>	<i>Rural</i>
<i>Percurso 2 – cultural/do Monte da Torre</i>	<i>Pedonal; Bicicleta; Cavalo</i>	<i>1 hora; 2 Km</i>	<i>Urbano</i>
<i>Percurso 3 – do Olival</i>	<i>Pedonal; Bicicleta; Cavalo; Automóvel</i>	<i>2 horas; 4 Km</i>	<i>Rural</i>

**Q. 5 PERCURSOS: CLASSIFICAÇÃO QUANTO A TIPOLOGIA – DURAÇÃO – CARÁCTER**

**PERCURSO 1** Cria-se um percurso ao longo do braço da Albufeira do Maranhão mais próximo do aglomerado, denominado por Percurso da Água, que estrutura a experiência de um espaço encaixado. O aproveitamento da Albufeira do Maranhão é considerado um importante complemento da actividade turístico da região, constituindo um factor de valorização e de reforço da oferta turística. São dadas a conhecer: as Hortas e Fontes, a Quinta da Lira, o Sítio Arqueológico da Ladeira, as Azenhas e a Horta das Rosas. Concretiza-se através:



**142** Da informação prestada pela Fundação Paes Telles, acerca da história do percurso a realizar.

**143** Da construção de pontes, passadiços e guardas em madeira, de modo a assegurar a passagem pedonal sobre ribeiros, em zonas de afloramentos rochosos e em margens de declive acentuado.



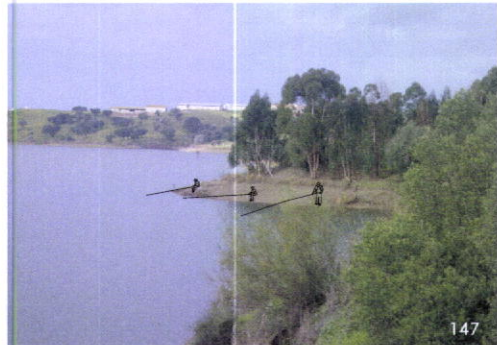
**144** Do incentivo à permanência das Hortas existentes e seu alargamento a outras áreas, contemplando a venda no mercado local.



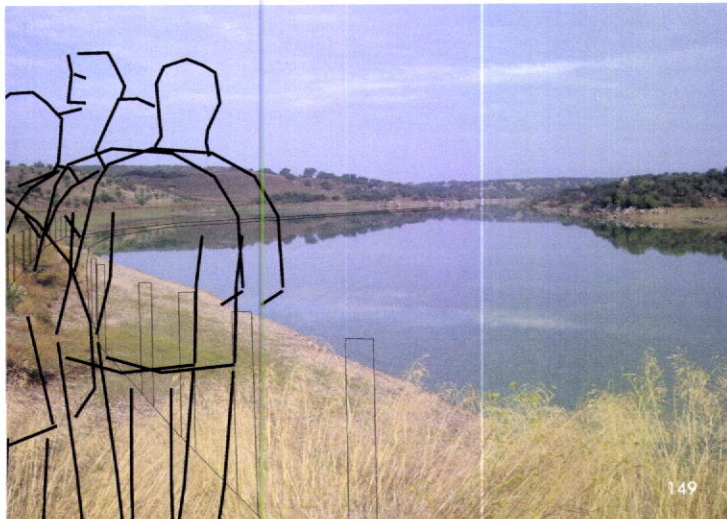
**145** Da visita a sítios arqueológicos e outros elementos reveladores da cultura do lugar como fontes, poços, passando a adquirir, enquanto elementos reveladores da identidade do sítio, um significado estético, lúdico e de excepção.



**146** Da construção de caminhos de acessos às Fontes, com introdução de placas de sinalética indicativas dos pontos de interesse, pretendendo a sensibilização ao público para a valorização desta paisagem.

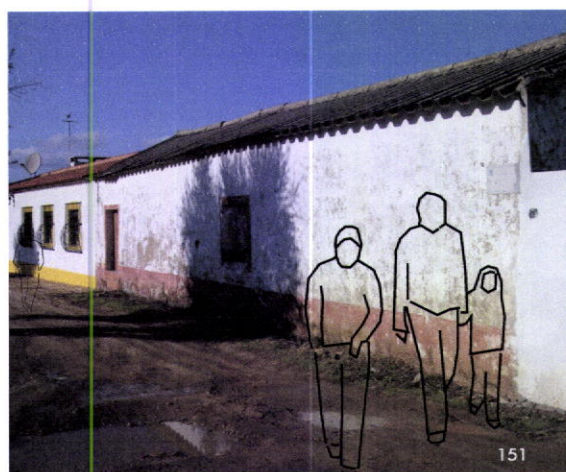


**147** Do ordenamento de locais apropriados para a actividade de pesca desportiva controlada e da realização de concursos de pesca.



**148** Da construção de estábulos de apoio a passeios a cavalo na proximidade de pontos de partida e chegada dos percursos, propondo-se um na proximidade da Ponte do Ervedal e outro na Horta das Rosas.

**149** Da colocação de balizadores de acesso automóvel às margens da Albufeira e criação de parques de estacionamento.



**150** Da colocação de painéis informativos.

**151** Da criação de um Centro de Interpretação Ambiental localizado nas Azenhas.



**152** Da elaboração de um folheto com referência dos variados pontos de interesse, marcação dos percursos e interpretação desta paisagem.

**153** Do incentivo à apicultura face à grande variedade de espécies aromáticas existente, para comercialização de mel; Da promoção da apanha de cogumelos, para fins culinários e comerciais.

**PERCURSO 2** É proposto a realização de um percurso que liga o aglomerado urbano ao Monte da Torre, denominado Percurso Cultural, com aproximadamente 2 Km, também com partida da Fundação Paes Telles. Numa primeira fase será necessário entrar em acordo com os actuais proprietários para permitir o acesso dos visitantes ao monte, dando-lhes a conhecer as actividades que aí se desenvolvem e desenvolveram. Propõe-se, ainda, que o Monte da Torre constitua uma unidade hoteleira de Agro-Turismo, onde os visitantes poderão participar nas actividades agrícola e pecuárias aí desenvolvidas. Actividades como ténis, natação, equitação, poderão ser realizadas, ou ainda, caça, pesca e circuitos a pé, de bicicleta ou a cavalo. Nas casas dos antigos trabalhadores, actualmente inutilizadas, propõe-se a criação de um centro de acolhimento.



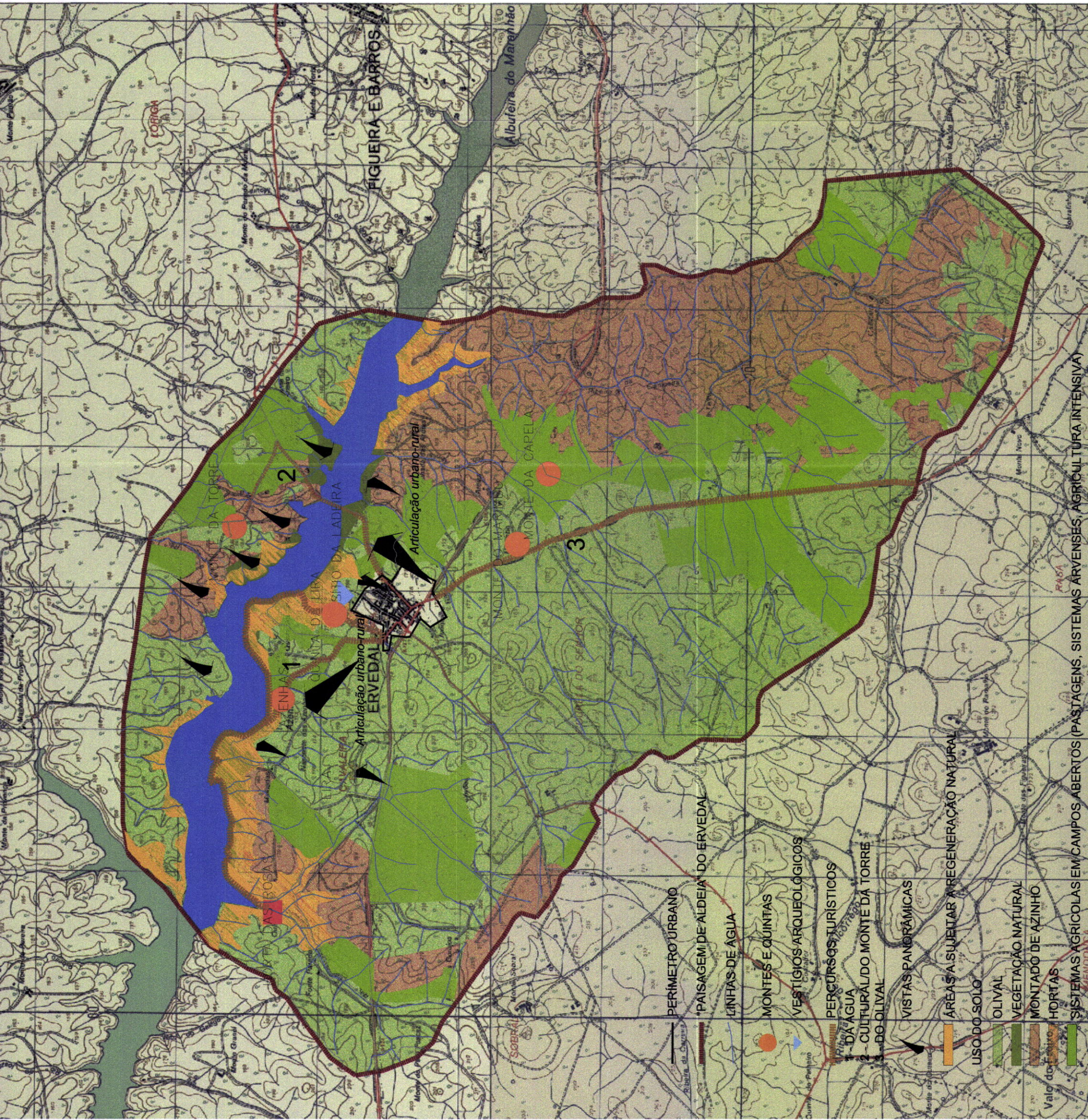
**154 e 155** Monte da Torre.

**PERCURSO 3** Por último, cria-se o percurso do Olival, com início no aglomerado urbano e finalização na Ribeira do Alcórrego. As pessoas poderão deslocar-se pela E. M. 597, ao longo de aproximadamente 4 Km, observando os extensos olivais que caracterizam a envolvente do Ervedal.



**156 e 157** Olivais.



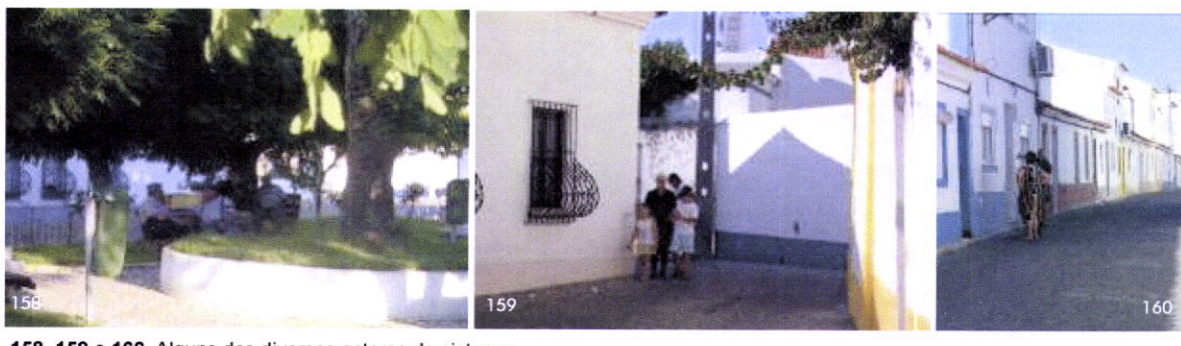


P. 17 BASES PARA A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM DO ERVEDAL



## 3.6 - APLICAÇÃO DE PARÂMETROS DE ANÁLISE À MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM DO ERVEDAL. ANÁLISE CRÍTICA DO PDR.

É da concertação entre as diversas entidades que se poderá promover o incremento das funções propostas, sendo que a sustentabilidade da paisagem do Ervedal não constitui apenas um problema técnico de planeamento ou de gestão de uma área, mas sobretudo um problema de comunicação e de participação dos diversos actores implicados.



158, 159 e 160 Alguns dos diversos actores do sistema.

Os parâmetros de análise considerados decisivos para o incremento das funções anteriormente enunciadas e sistematizadas na pág. 106 (Q. 6) são:

**MEDIDAS/ACÇÕES** - Relacionadas com os parâmetros de multifuncionalidade pretendidos para a paisagem em estudo.

**GRAU DE PRIORIDADE** - I, II ou III, para o desenvolvimento das medidas/acções. Considerou-se que a FUNÇÃO DE SUPORTE (no que respeita ao Turismo) e a FUNÇÃO DE INFORMAÇÃO (relativa ao Recreio) desempenham um papel fundamental e que, por isso, deverão ter prioridade a nível I.

**CALENDARIZAÇÃO** - Foi estabelecido um prazo de 6 anos para a concretização das medidas/acções preconizadas. De acordo com o grau de prioridade estabeleceu-se, de forma aproximada, o início e o fim de cada obra.

**FINANCIAMENTO** - Para o desenvolvimento de cada medida/acção, podendo ser de origem pública (Município de Avis, Junta de Freguesia do Ervedal<sup>45</sup>, ou, ainda, com comparticipação do Estado) ou privada. Dentro da primeira destacam-se os programas de apoio à revitalização e modernização do comércio<sup>46</sup>, bem como os programas de apoio à reabilitação de edifícios: o Recria, o Solarh, o Rehabita e o Recriph<sup>47</sup>.

<sup>45</sup> Enquanto organismo público possuirá um papel fundamental na concretização de algumas medidas preconizadas neste estudo, quer na sua componente rural, quer urbana. Algumas das medidas e acções atrás expostas, importantes para a valorização da paisagem do Ervedal poderão, por isso, vir a ser suportadas financeiramente pela Junta de Freguesia do Ervedal que possui propriedades e bens, dos quais se destacam:

- a Fundação Arquivo Paes Teles, com museu arqueológico e biblioteca com 7500 livros, organismo de dinamização cultural da vila;
- a Quinta da Lira ou Horta da Fontana, prédio com horta de aproximadamente 1 ha;
- o antigo posto da GNR (futuro Centro de Estudos Arqueológicos);
- a propriedade denominada Catarros, com 106 ha de sobreiros e a propriedade Braz Alto de 13 ha com 700 oliveiras, em Aldeia Velha.

<sup>46</sup> Tais como o URBCOM (Sistema de incentivos a projectos de urbanismo comercial), o PROCOM (Programa que se destina a apoiar os projectos de investimento de empresas do comércio no esforço financeiro que estas despendam na melhoria das suas capacidades e performances e na procura de um novo posicionamento face ao mercado. Inclui informação estatística sobre os vários tipos de candidaturas nesta área e os Projectos Especiais de Urbanismo Comercial candidatos ao programa, com referência à fase em que se encontram) e MODOM (Visa a modernização e a revitalização da actividade comercial, em especial, em centros de comércio com predomínio do comércio independente de proximidade, em zonas urbanas ou rurais, bem como a promoção de acções dirigidas ao comércio).

**CUSTOS (ESTIMATIVA)** - Estabeleceu-se, de forma aproximada, o custo para a realização de cada medida/acção, em euros.

**ACTORES (ENTIDADES ENVOLVIDAS)** - Com identificação dos responsáveis pelo projecto, pela sua dinamização/comercialização, e, por último, do público-alvo.

Considera-se fundamental para o desenvolvimento das medidas/acções propostas a contratação de dois animadores culturais que desenvolverão acções no seguinte âmbito:

- animação comunitária;
- promoção da inserção sócio-profissional;
- promoção do desenvolvimento social;
- valorização da cultural local, das potencialidades e recursos locais com o intuito de criação de emprego e de fontes de rendimentos complementares;
- concretização de actividades como animação comunitária, mostras de potencialidades locais, promoção da acção comunitária/ambiente, promoção do relacionamento interpessoal/desporto, oficina criativa, comportamento cívico, desenvolvimento de laços intergeracionais, acções sócio-educativas, ateliers vocacionais para jovens.

Estes dois técnicos deverão manipular correctamente as ferramentas necessárias para concretizar projectos de desenvolvimento local, de conceber, conduzir e avaliar intervenções e projectos em cooperação e parceria com outras organizações, de compreender as oportunidades e as ameaças que derivam dos contextos globalizados, tendo em atenção a especificidade do Ervedal.

**MANUTENÇÃO** - Com definição dos responsáveis pela gestão, do tipo de acções de manutenção a efectuar e do número de profissionais implicados no processo de manutenção.

**APLICAÇÃO PDR/QREN** - Após o estudo dos vectores principais do PDR/QREN, propõe-se quais as medidas/acções enunciadas que poderão ser alvo de financiamento público. O programa de 2007-2013 do QREN relativo ao mundo rural tem como objectivo *“garantir a existência e aplicabilidade de programas segundo um novo modelo europeu de desenvolvimento rural sustentável que tem vindo a reforçar o carácter multifuncional da agricultura e dos sistemas agro-florestais, exigindo que estes se afirmem com a racionalidade económica numa tripla valência: económica (produtora de bens de mercado), ambiental (gestora de recursos e territórios) e social (integradora de actividades e rendimentos). Em consequência uma estratégia de rendimentos terá necessariamente de ter subjacente o princípio da sustentabilidade global e assentar numa actividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva.”*

Explorou-se, assim, de que forma o PDR, englobado no QREN, poderá enquadrar as medidas/acções pensadas neste estudo para a paisagem do Ervedal.

---

<sup>47</sup> O Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), visa financiar a execução das obras de conservação e beneficiação que permitam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos pelo Estado e municípios.

O programa de apoio financeiro especial (SOLARH) destina-se a financiar sob a forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo Instituto Nacional de Habitação, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação.

O Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA), instituído pelo Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho, consiste numa extensão do Programa RECRIA e visa apoiar financeiramente as câmaras municipais na recuperação de zonas urbanas antigas. É aplicável aos núcleos urbanos históricos declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, que possuam planos de urbanização, planos de pormenor ou regulamentos urbanísticos aprovados.

O Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH), visa apoiar financeiramente a execução de obras de conservação e de beneficiação que permitam a recuperação de imóveis antigos, constituídos em regime de propriedade horizontal.

MEDIDAS/AÇÕES (MULTIFUNCIÓNALIDADE DA PAISAGEM DO ERVEDAL)	GRAU DE PRIORIDADE	CALENDARIZAÇÃO		FINANCIAMENTO	CUSTOS*	ACTORES (ENTIDADES ENVOLVIDAS)		MANUTENÇÃO		APLICAÇÃO PDR/QREN	
		início da obra	fim da obra <sup>#1</sup>			Autor do projecto	Responsável pela dinamização do projecto	Responsáveis pela gestão	Tipo de acções de manutenção		Número de prof. implicados no processo de manutenção
<b>FUNÇÃO DE REGULAÇÃO</b>											
Sistemas de recuperação da paisagem - regeneração natural.	II	Jan 2010	Jan 2015	Público/Privado	-	Município de Avis (arq. paisagista)	Junta de Freguesia	Público/Privado	Privado	Monitorização	-
Protecção de valores ecológicos.	II	Jan 2010	Jan 2015	Público	30.000 euros	Município de Avis (arq. paisagista)	Junta de Freguesia	Público/Privado	Junta de Freguesia	Monitorização	2
Ações de Valorização da Albufeira do Maranhão.	II	Jan 2010	Jan 2010	Público	45.000 euros	Município de Avis (arq. paisagista)	Junta de Freguesia	Público/Privado	Junta de Freguesia	Limpezas, Sensibilização, monitorização, fiscalização	2
<b>FUNÇÃO DE SUPORTE</b>											
<b>TURISMO</b>											
Requalificação de fontes e outro património rural.	I	Jan 2009	Jan 2010	Público	10.000 euros	Município de Avis (conservação e restauro)	Município de Avis	Público/Privado	Junta de Freguesia/ Município de Avis	Limpezas	1
Monte da Torre: Agro-turismo/Centro de Acolhimento.	I	Jun 2009	Jun 2012	Privado	-	Privado	Privado	Turistas	Privado	-	-
Habituação na Travessa do Teatro nº 4.	I	Jun 2009	Jan 2010	Público	30.000 euros	Município de Avis (arquitectura)	Junta de Freguesia	Turistas	Junta de Freguesia	Limpezas, Reparações, Substituições	1
Azenhas: Centro de interpretação Ambiental.	I	Jun 2009	Jun 2012	Público	75.000 euros	Município de Avis (arquitectura)	Junta de Freguesia	Turistas	Junta de Freguesia	Atendimento, Limpezas, Reparações, Substituições	1
<b>HABITAÇÃO/COMÉRCIO/EQUIPAMENTOS</b>											
Reabilitação de habitações degradadas	II	-	-	Público/Privado	-	-	Privado	-	-	-	-
Comércio em edifícios do aglomerado com carácter tradicional.	II	-	-	Público/Privado	-	-	Privado	-	-	-	-
CEA (Centro de Estudos Arqueológicos).	I	Jun 2009	Jun 2010	Público	300.000 euros	Município de Avis (arquitectura)	Junta de Freguesia	Turistas	Município de Avis	Atendimento, Limpezas, Reparações, Substituições	2
<b>FUNÇÃO DE INFORMAÇÃO</b>											
<b>RECREIO</b>											
Percurso: da água, cultural, do olival.	I	Jun 2009	Jun 2010	Público	15.000 euros	Município de Avis (arq. paisagista)	Junta de Freguesia	Turistas	Junta de Freguesia	Limpezas, Reparações	1
Horta das Rosas.	I	Jan 2010	Jan 2011	Público/Privado	350.000 euros	Lodo (arq. paisagista)	Município de Avis/Junta de Freguesia	Turistas	Junta de Freguesia /Privado	Limpezas, Reparações, Replantações	2
Passeio de barco pela Albufeira do Maranhão.	II	Jan 2011	Jan 2011	Privado	20.000 euros	Município de Avis (arq. paisagista)	Junta de Freguesia	Turistas	Privado	-	-
<b>EDUCAÇÃO</b>											
Colocação de painéis informativos.	III	Jan 2012	Jan 2012	Público	5.000 euros	Município de Avis (designer gráfico/arq. paisagista)	Município de Avis/Junta de Freguesia	Turistas	Privado	-	-
Elaboração de folhetos.	III	Jan 2012	Jan 2012	Público	1.000 euros	Município de Avis (designer gráfico/arq. paisagista)	Município de Avis/Junta de Freguesia	Turistas	Privado	-	-
<b>FUNÇÃO DE PRODUÇÃO</b>											
Hortas.	II	Jan 2010	Jan 2015	Privado	-	Município de Avis (arq. paisagista, eng. téc. agrícola)	Município de Avis/Junta de Freguesia	Privado	Privado	-	-

Q.6 APLICAÇÃO DE PARÂMETROS DE ANÁLISE À MULTIFUNCIÓNALIDADE DA PAISAGEM DO ERVEDAL.

\*1 O termo obra é aqui utilizado de forma genérica.

\*2 Valor aproximado.

No geral, pretende-se com o PDR recorrer a programas de apoio ao desenvolvimento do mundo rural no sentido de revitalizar economias locais, manter o tecido socio-económico das zonas rurais desfavorecidas, pressupondo acções diversificadas como a animação, a formação, a inovação, a criação de emprego, a manutenção de serviços, o apoio a pequenas e médias empresas e a valorização de recursos endógenos.

No entanto, após análise do quadro anteriormente exposto, constata-se a reduzida aplicabilidade das grandes linhas orientadoras deste Plano à paisagem do Ervedal. Conclui-se que grande parte dos apoios nele veiculados são dirigidos para grandes intervenções e projectos a nível nacional, considerados estruturantes, não contemplando os “micronegócios” que se deverão desenvolver, esses sim revitalizadores da economia da paisagem do Ervedal.

*A Competitividade, a Inovação e o Desenvolvimento Empresarial, a Cooperação Empresarial para o Mercado e Internacionalização do Eixo 1 - Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal*, são de difícil concretização perante a realidade sócio-económica do Ervedal. Muitas das propostas pensadas neste estudo dificilmente constituirão projectos de impacto económico relevantes. Somente a *Valorização da Produção de Qualidade* poderá adequar-se ao olival do Ervedal, com a sua inclusão na figura DOP (Denominação de Origem Protegida). Considera-se, sim, importante a criação do mercado local, onde as pessoas que cultivam as hortas poderão vender os produtos, pressupondo a sua organização. Realça-se, então, a necessidade da formação de organizações e associações, redes de agricultores com vista à sua afirmação no mercado, escoando os seus produtos, mas que dificilmente constituirão *Projectos de Impacto Económico Relevantes* ou serão considerados *Projectos Estruturantes*.

*O Eixo 2 - Gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais* pressupõe, ainda, a *Alteração de dos modos de Produção*, contemplando a *Preservação da Paisagem e das Características Tradicionais nas Terras Agrícolas*, a *Protecção da Diversidade Genética* e a *Alteração do modo de Agricultura Tradicional para modo de Produção de acordo com as Medidas Agro-ambientais*.

*O Eixo 3 - Revitalização económica e social das zonas rurais*, prevê a *Criação de Micro-Empresas dedicadas ao Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer*, como o *Alojamento Turístico de Pequena Escala* (aplicável à Recuperação da Habitação situada na Travessa do Teatro, nº 4), a *Animação Turística*, entre outros, por isso, com alguma aplicabilidade à paisagem do Ervedal. Prevê a *Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola*, o que poderá ter bastante expressão no Monte da Torre, com a criação da unidade de agro-turismo, o estabelecimento de pontos de venda directa dos produtos da sua exploração, actividades pedagógicas na área do ambiente, a caça e a pesca, fomentando, também, a diversificação da economia e criação de emprego em meio rural. É, ainda, prevista a criação de um *Espaço de Lazer e Fruição* na Horta das Rosas, a *Conservação e Valorização do Património Rural*, com adequação à requalificação das Fontes do Ervedal, bem como a *Refuncionalização de Edifícios de Traça Tradicional*, aplicando-se à criação do Centro de Interpretação Ambiental localizado nas Azenhas.

*O Eixo 4 - Promoção das competitividades e desenvolvimento das competências*, é já orientado para a *Inovação Empresarial e Territorial e Formação Especializada*.



O presente estudo parte de uma aproximação às formas tradicionais de ocupação do território e culmina em propostas de valorização da “paisagem de aldeia” do Ervedal.

Salienta-se a identificação das especificidades biofísicas e culturais do Ervedal, dos seus valores e elementos identitários, pressupondo diversos momentos de recuo e de revisão, de análises frequentes e de diferentes níveis de pesquisa realizados. Destaca-se, ainda, o âmbito restrito e particular da análise efectuada, deixando em aberto “pistas” para desenvolvimentos futuros, tarefa a realizar necessariamente por equipa interdisciplinar, onde os diversos membros da equipa abordarão os problemas e potencialidades presentes na área em estudo – sociais, históricos, arquitectónicos, paisagísticos e ambientais.

A “escala” da análise da paisagem - *espelho da realidade social, histórica, biofísica de determinada área* - revela-se sempre algo de desafiante pelas características que esta encerra, pois o desenvolvimento de propostas efectuada, em conjugação com outras abordagens, pretende constituir um estudo preliminar no sentido de se proceder à sua valorização. Relança-se, assim, o debate sobre a problemática da importância do património rural, da paisagem e dos seus valores, não pretendendo a elaboração de mais um conjunto de regulamentos, mas obtendo uma maior consciencialização sobre a importância da paisagem como património.

Considera-se que a salvaguarda do património rural depende necessariamente do seu reconhecimento, enquanto parte integrante e fundamental do património cultural e deve implicar a necessária elaboração de princípios e recomendações de protecção, atribuindo competências e definindo políticas e critérios de protecção, conservação e valorização. Dever-se-á identificar, divulgar e sensibilizar o público, em geral, do significado e importância da salvaguarda da paisagem rural, com o objectivo de evitar a perda contínua de população, o abandono gradual de aldeias e lugares, e a conseqüente e drástica alteração dos sistemas de exploração da terra.

“Os socalcos abandonados, a lenta e progressiva regressão da terra cultivada, as terras onde os arbustos ocultam os últimos sulcos do arado, as casas fechadas ou em ruínas nas aldeias de velhos que esperam a morte na tranqüila placidez em que viveram, acabando com eles o seu mundo familiar e terminando assim uma época da história de que foram os discretos e diligentes autores dessa paisagem” (Ribeiro, 1991) constitui um apelo ao novo Homem rural, à concretização de uma nova agricultura, a um novo modo de vida no campo, a uma nova ruralidade.

Continuar-se-á, no futuro, com a discussão sobre a revalorização rural, a água, a caça, a agricultura, reequacionando a musealização das aldeias, respondendo à utilização urbana dos campos feita através da generalização das segundas habitações, apesar das políticas que continuam a ignorar muitos dos sistemas de produção agrícola considerados decisivos no equilíbrio do mundo rural.

É inevitável que o destino e o sucesso de todas estas questões dependerá das políticas agrícola e rural, das personagens e interesses que irão ser privilegiadas na sua aplicação, mas também de movimentos sociais. Casos existem, em diversas áreas do país, de bairros ou mesmo aldeias que rapidamente se tornaram locais atractivos pelas características que possuem, de preferência exclusiva de determinados sectores da sociedade. Começa-se hoje a procurar outras valências no modo de viver, possíveis pela alteração das condições de trabalho, a que aglomerados urbanos como o do Ervedal poderão dar resposta e constituir opção, captando públicos que procuram os vastos atributos do espaço rural.





- AAVV; ***Arquitectura Popular em Portugal***, 2ª Edição; Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses; Lisboa; 1980
- AAVV; Junta de Freguesia do Ervedal; 1981
- ABREU, A. C.; ***Caracterização do Sistema Biofísico com vista ao Ordenamento do Território***; Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem Especialidade de Arquitectura Paisagista; Universidade de Évora; 1989
- ABREU, A. C., CORREIA, T.P, OLIVEIRA, R. (coord); ***Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental***; Vol. I a V; Coleção Estudos 10; DGOTDU; Lisboa; 2004
- AGUIAR, J.; ***A cor nos centros históricos***; Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 1996.
- ALMEIDA, J. F., AMARAL, J. F, BORREGO L, A; CAPUCHA L., FERRÃO J.; ***Regiões Rurais Periféricas: Que desenvolvimento? Uma experiência no concelho de Almeida***; Lisboa; 1994
- ALMEIDA, J. F.; ***Exclusão Social: factores e tipos de pobreza em Portugal***; Celta Editora; Oeiras; 1992
- ALMEIDA, M.A.; ***Família e Poder no Alentejo Elites de Avis 1886-1941***; Edições Colibri; Lisboa; 1997
- ALTER, T., HUILLET, C. V.; ***Nuevas tendencias en política rural***; OCDE; MOPU-ITUR; 1990
- AMARO, R.R; ***As novas dinâmicas territoriais do desenvolvimento e o Alentejo***; III Congresso sobre o Alentejo – Semeando novos rumos; Elvas; 1991
- ANDRESEN, M.T.; ***Para a Crítica da Paisagem***; Dissertação de Doutoramento; Universidade de Aveiro; 1992
- AVILLET, F.; ***A Reforma da PAC e o futuro do mundo rural português***; O Economista; 1996
- AVILLET, F., JORGE, M.; ***Viabilidade futura das explorações agrícolas do Continente Português***; Congresso Nacional dos Economistas Agrícolas; 1996
- AZEVEDO, A. L.; ***A Utilização Agrícola e Florestal do solo em Portugal***; Lisboa; Pedon, Sociedade Portuguesa da Ciência do Solo, nº 8; Lisboa; 1990
- AZEVEDO, A. L.; ***Características e Potencialidades edafo-climáticas de Portugal Continental***; Lisboa; 1997
- BAPTISTA, F. O.; ***Agricultura, Espaço e Sociedade Rural***; Coimbra; 1993
- BARATA, F., MASCARANHAS, J.M.; ***O parque Cultural de Tourega/Valverde***; Edição do Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos; Universidade de Évora; 2002
- BATISTA, D. S.; ***Cacela, Bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização do núcleo histórico de Cacela e da Zona Especial de Protecção***; Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico; Universidade de Évora; 1997

- BEAUJEU-GARNIER, J.; *Geografia Urbana*; 2ª edição; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1997
- BRYDEN, J. *Mudanças e Políticas Rurais*; Leader Magazine, nº 2; AEIDL; Bruxelas; 1992
- BRITO, J. P.; *Retrato de uma aldeia com espelho: ensaio sobre o rio de Onor*, Dom Quixote; Lisboa; 1996
- BUESCUE, M. L. C.; *Monsanto, Etnografia e Linguagem*, Editorial Presença; Lisboa; 1982
- CABRAL, F. C.; *Protecção da Natureza e da Paisagem*; in *Arquitectura V-VIII*; 1971
- CARDOSO, J. V. J. C.; *Os solos de Portugal a Sul do Tejo – Sua Classificação, Caracterização e Génese*; Secretaria de estado da Agricultura; Direcção geral dos serviços agrícolas; Lisboa; 1965
- CARRINHO, J.; *Arripiado, Aldeia do Tejo*; Câmara Municipal da Chamusca; 2003
- CARVALHO, C., BUGALHO, J., MANTAS, A., ALVES, R. e BORALHO, R.; *Transformações na base produtiva das regiões do interior de Portugal: O espaço rural*; Ingenium; Revista da Ordem dos Engenheiros; 1995
- CARVALHO, M. A.; *A compartimentação no ordenamento da paisagem rural*; Relatório e texto de apoio para uma aula da disciplina de arquitectura paisagista III – Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (policopiado); Universidade de Évora; 1985
- CARVALHO, M. A.; *Varição de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação – o caso do Vale da Ribeira de Seda-Rala*; Dissertação de Doutoramento no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem – especialidade de Arquitectura Paisagista (policopiado); Universidade de Évora; 1994.
- CASTEL-BRANCO, C.; *Conhecer e defender o património*; in *Arquitectura e Vida*; Lisboa; 2000
- CASTRO, C.; *Avançar para uma agricultura moderna ou recuar para uma agricultura biológica*; informativo, ano 9, nº 14; Lisboa; 1990
- CAVACO, C.; *Desenvolvimento rural – Desafio e Utopia*; Centro de Estudos Geográficos; Universidade de Lisboa; 1999
- CAVACO, C.; *Rural Tourism: The creation of new tourist spaces*; in *European Tourism: Regions, Spaces and Restructuring*; Edit. A. Montarini and A. Williams; Chichester; 1995
- CAVACO, C.; *Turismo de ontem e de hoje: realidades e mitos*; In: *Turismos e lazeres*; Lisboa; 1996
- COMISSÃO EUROPEIA; *Os Jovens agricultores e o problema da retomada das explorações na agricultura europeia*; Relatório da Comissão, Bruxelas; 1996
- CCRA; *Estudo para a definição de uma nova base económica do Alentejo*; Comissão de Coordenação da Região do Alentejo; Évora; 1997
- CCRC; *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*; Comissão de Coordenação da Região do Centro; Coimbra, 1994

- CHAVEIRO, H.; *Estudo da Flora e Vegetação do concelho de Avis*; Trabalho de Fim de Curso; Instituto Superior de Agronomia; Lisboa; 1974
- CHOAY, F.; *A Alegoria do Património*; Edições 70; Lisboa; 2006
- CORREIA, T. P.; *A multifuncionalidade da paisagem rural – que desafio para o futuro?* In Pessoas e Lugares – jornal de animação da rede portuguesa Leader+; II série; Lisboa; 2004
- COSTA, A.; *Avis, Suas Freguesias Rurais*; Edição da Câmara Municipal de Avis; 1982
- COSTA, J. B.; *Caracterização e constituição do solo*; 5ª edição; Ed. Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1995
- COVAS, A.; *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*; Edições Colibri; Lisboa; 2004
- CULLEN, G.; *Paisagem Urbana*; Edições 70; Lisboa; 1971
- DESCOMBES, G.; *Shifting sites: the swiss way, Geneva; Recovering landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture*; Princeton Architectural Press; Nova Iorque; 1999
- DIAS, J.; *Estudos de Antropologia*; Temas portugueses; Volume II; Imprensa Nacional da Casa da Moeda; Lisboa; 1993
- Dicionário Enciclopédico das Freguesias; 1978
- DNEBOSKÁ, M.; *Contributos para Recuperação do Património Rural na Ribeira Grande*; Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico; Universidade de Évora; 2005
- DGDR; *Medidas agro-ambientais*; Ministério da Agricultura; Desenvolvimento rural e das pescas; Lisboa; 1998
- ESPANCA, T.; *Inventário Artístico de Portugal*; Évora; I Lisboa, ANBA\_IPPAR, 2000 (versão CD ROM, não paginada)
- FERREIRA, C.; *Envelhecimento demográfico e planeamento do território: o caso da Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul*; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; 1993
- FERREIRA, D.; *Problemas florestais do Alentejo: a crise do montado e a eucaliptização*; Finisterra; vol. XXVII; Lisboa; 1992
- FERREIRA, M. C. F.; *Uma rua de elite na Guimarães Medieval: 1376-1520*; Câmara Municipal de Guimarães; 1989
- FIGUEIREDO, E.; *As políticas de desenvolvimento rural e a questão ambiental*; Actas da III Conferência Nacional sobre a qualidade do ambiente; Aveiro; 1999
- FIGUEIREDO, E.; *O desenvolvimento rural em questão: das novas condições às novas políticas*; Universidade de Aveiro; 1993

- FIGUEIREDO, E.; ***O espaço rural em questão: contributos para uma reflexão em torno do conceito de ruralidade***; Rurália; Revista de ruralidade; 1994
  
- FREIRE, C.; ***Dos Rossios – estudo de caso. O caso do Rossio de Évora***; Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico; Universidade de Évora; 1999
  
- GABINETE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO; ***A cultura como vertente importante a suporte do desenvolvimento da Região***; VII Congresso sobre o Alentejo – Semeando novos rumos; Évora; 1996
  
- GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICA AGRO-ALIMENTAR; ***Expectativas dos Empresários Agrícolas 1998-2000***; Ministério da Agricultura Rural e das Pescas; Lisboa; 1998
  
- GABINETE TÉCNICO LOCAL; ***Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Avis***; Município de Avis; 2004
  
- GASPAR, J.; ***As regiões portuguesas***; Direcção Geral do Desenvolvimento Regional; Lisboa; 1993
  
- GASPAR, J.; ***Cidades Médias: Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades***; Relatório de projecto apresentado à DGOTDU; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Lisboa; 1998
  
- GEODEIA; ***Potencialidades de criação de Emprego no âmbito da Agricultura Biológica***; Espaço e Desenvolvimento; Lisboa; 1998
  
- GUERRA, M.; ***O Comportamento dos agricultores face à inovação: Uma abordagem no âmbito da análise de políticas***; Documento de Trabalho nº 3; Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento; Lisboa; 1994
  
- GUERREIRO, J.; ***O desenvolvimento das áreas do Interior exige inovação em matéria de enquadramento empresarial***; Perspectivas do Desenvolvimento Interior; Imprensa Nacional da Casa da Moeda; Lisboa; 1996
  
- GUSMÃO, M.; ***Cultura, Identidade e transformação***; VII Congresso sobre o Alentejo – semeando novos rumos; Évora; 1996
  
- INATEL; ***Carta de Lazer das Adegas Históricas***; 2000
  
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE); ***Os municípios do Alentejo***; Évora; 1997
  
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE); ***Censos 2001***; Lisboa; 2001
  
- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA; ***O Clima de Portugal – Normas Climatológicas da Região de Alentejo e Algarve correspondentes a 1951-1980***; Lisboa; 1991
  
- IPPAR; ***Cartas e Convenções Internacionais***; Ministério da Cultura; 1996
  
- JACOB, M. I.; ***Vale do Côa - Um percurso pela Paisagem da Ruralidade***; Trabalho de Fim de Curso; Universidade de Évora; 2005
  
- JORGE, V.; ***Princípios da Salvaguarda do Património Monumental***; Correio da Natureza, nº 17; 1992

- LAMAS, J. R. G.; *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1992
- LYNCH, K.; *A Imagem da Cidade*; Edições 70; Lisboa; 1960
- LODO, Arquitectura Paisagista, Lda; *Memória descritiva e justificativa do Projecto de Arranjo Paisagístico do Rossio do Ervedal*; Elvas; 2002
- LODO, Arquitectura Paisagista, Lda; *Memória descritiva e justificativa do Projecto de Reabilitação da Horta das Rosas*; Elvas; 2005
- MAGALHÃES, M. R.; *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*; Editorial Estampa; Lisboa; 2001
- MANSO, A.; *Espaços Exteriores Urbanos Sustentáveis - Guia de concepção ambiental*; Intervenção Operacional Renovação Urbana; D.L.; Lisboa; 2001
- MARTINEZ, S. R.; *Memoria del Mapa de Series de Vegetacion de Espana*; Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentation; I.C.O.O.N.A; Série Técnica; 1987
- MARTINS, L. S.; *Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana: A população do Interior Norte*; Comunicação ao Seminário PRAXIS XXI Declínio Populacional no Espaço Rural Transmontano e Criação de Emprego; Vila Real; 1999
- MENDOÇA, N.; *Para uma poética da paisagem*; Dissertação de Doutoramento no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem (policopiado); Universidade de Évora; 1989
- MERGULÃO, L. F.; *Desenvolvimento e Ruralidade: alguns aspectos sociológicos*; Economia e Sociologia; Évora; 1997
- MERGULÃO, L. F., SERRA, N.; *Exclusão Social e a reconstituição da identidade: construção social de problemas e soluções*; Comunicação apresentada ao colóquio A Reinvenção da Teoria Crítica; Universidade de Coimbra; 1999
- MILREU, R.; *Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013*; Apresentação ao Município de Avis; Avis; 2007
- MINGIONE, E., PUGLIESE, E.; *A difícil delimitação do urbano e do rural*; in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22; 1987
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, *A reforma da PAC e as Políticas Agrícola e Rural Comunitária e Nacional. Estratégias, Objectivos, e Medidas Prioritárias de médio-longo prazo*; Desenvolvimento Rural e das Pescas; GT; Despacho 48/96 do MADRP; 1995
- MOREIRA, F.; *O Turismo em espaço Rural; Enquadramento e expressão geográfica no território português*; Estudos de Geografia Humana e Regional; Centro de Estudos Geográficos; Universidade de Lisboa; 1994
- MORENO, L.; *Avaliação do Desenvolvimento Local em áreas rurais desfavorecidas – da necessidade à aplicabilidade*; Covilhã; IV Encontro Nacional da APDR; 1996

- MORMONT, M.; *Who is rural? Or how to be rural?*; Towards a Sociology of the rural; Londres
- MOUGENOUT, C., MORMONT, M., DASNOY, C.; *Rurality et Environnement*; Arlon; Fondation Universitaire Luxembourgeoise de Belgique; 1994
- MOUNIAIN, J.; *Estética del Paisaje Natural*; Publicaciones Arbor; Madrid; 1945
- MURTEIRA, M.; *Memória descritiva e justificativa do projecto de Ampliação do Cemitério do Ervedal*; GAT de Portalegre; 2005
- NEVES, A., MAGALHÃES A., RELVAS, S.; *A Competitividade das Áreas Rurais: uma abordagem na perspectiva das estratégias de marketing*; 1º Congresso de Estudos Rurais Ambiente e Usos do Território; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Vila Real; 2005
- OLIVEIRA, E., GALHANO, F.; *Arquitectura Tradicional Portuguesa*; 3ª edição; Ed. Dom Quixote; Lisboa; 1994
- OLIVEIRA, C.; *Lugar e Memória. Testemunhos Megalíticos e Leituras do Passado*; Edições Colibri; Lisboa; 2001
- PEDROSO, P.; *Formação e Desenvolvimento Rural*; Oeiras; Celta editora; 1998
- PEREIRA, F.; *Novas Dinâmicas de diversificação da Agricultura Transmontana: O caso das actividades agrárias não convencionais*; Estudos CAMAR; Vila Real; 1995
- PEREIRA, S.; *Memória descritiva e justificativa do projecto de Criação de Centro de Estudos Arqueológicos*; Avis; 2005
- PINTO-GOMES, C., FERREIRA, R.; *Flora e Vegetação Barrocal Algarvio - Tavira Portimão*; Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve; 1996
- PINTO, J. M.; *O espaço rural: especificidades, funções; transformações*; Revista Crítica de Ciências Sociais; 1982
- PINTO, M., TELLES, M.; *Adeia de Plódão: Desenvolvimento local e ruralidade*; Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa; 1999
- *Plano de Acção da Agenda XXI Local de Arraiolos, versão para discussão pública*; Arraiolos; 2006
- PORTELA, J.; *Agricultores e Agriculturas: Que futuros? Memória para um debate urgente*; in Dois contributos para o livro branco sobre a agricultura e o meio rural; Vol. XXXIX; Ministério da Agricultura; Lisboa; 1999
- PRINZ, D.; *Urbanismo II – Configuração Urbana*; Editorial Presença; Lisboa; 1980
- REIS, J.; *Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais*; in Revista Crítica da Ciências Sociais; Lisboa; 1999
- REIS, J., SANTOS, B. S.; *Pela reinvenção da pequena agricultura: a necessidade de um novo pensamento técnico*; in IEADR/CNGPL 20 valores do mundo rural; Lisboa; 1995

- RIBEIRO, A.; *Relatório de progresso da Campanha 01 (2005-2006) da Carta Arqueológica de Avis*; Projecto de Investigação Carta Arqueológica de Avis, integrado no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (2005-2009), volume policopiado; Avis; 2007.
- RIBEIRO, O.; *Opúsculos geográficos O mundo rural*; IV volume; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 1991
- RITA, J. P., MERGULÃO, L. F.; *Desenvolvimento local em meio rural: que possibilidades?*; in *Economia e Sociologia*, nº 63; Évora; 1997
- RIVAZ-MARTINEZ, S.; *Memoria del Mapa de Series de Vegetación de España*; I.C.O.N.A.; Série Técnica Publ. Ministerio Agricultura, Pesca y Alimentación; Madrid; 1987
- RIVAZ-MARTINEZ, S., LOUSÃ, M. Z, T. FERNANDEZ-GONZALEZ, F.; COSTA, J: *La vegetación del sur de Portugal (Sado, Alentejo e Algarve)*; in *Itinera Geobotánica*. Nº 3; Association Española de Fitosociología; Universidade de León; 1990
- ROCHA-TRINDADE, M. B.; *As micropátrias do interior Português*; *Análise Social*; Vol. XXXIII; 1987
- ROCHA-TRINDADE, M. B.; *Do Rural ao Urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência*; *Análise Social*; Vol. XXII; 1986
- RODRIGUES, A. B.; *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*; Editora Hucitec; São Paulo; 1997
- ROQUE, A.; *Os fenómenos da globalização e a identidade dos sítios: A perspectiva do Urbanismo e da Arquitectura*; Mestrado em Arquitectura; Universidade Técnica de Lisboa; 2003
- ROQUE, L.; *Identificação e caracterização de uma Unidade de Paisagem – Estudo de caso. O caso específico da Terra Fria Transmontana*; Trabalho de Fim de Curso; Universidade de Évora; 2001
- ROSSI, A.; *A Arquitectura da Cidade*; Edição Cosmos; Lisboa; 1977
- SAA, M.; *As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio*; Lisboa; 1957-1967
- SALGUEIRO, T.; *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*; Edições Afrontamento; Porto; 1992
- SARAIVA, M.; *O Rio como Paisagem. Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*; Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia; Lisboa; 1999
- SCHULZ, N.; *Genius loci – Towards a Phenomenology of Architecture*; Academy Editions; London; 1980
- SILVA, J. G.; *O Espaço da Paisagem*; Trabalho académico apresentado à Universidade de Évora; 1993
- SILVA, M. J. V.; *Esqueira: a vida de uma aldeia do séc. XV*; Patrimónia; Redondo; 1994
- SILVA, M. L.; *A ribeira Grande em Monforte, Fronteira e Avis; Bases para uma proposta metodológica de Recuperação e Valorização da paisagem*; Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico; Universidade de Évora; 2005

- SYRETT, S.; *A Política de Desenvolvimento Regional/Local nas regiões desfavorecidas: Desafios do futuro*; 1999
- SOBRAL, J. M.; *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*; Coleção Análise Social; Imprensa de Ciências Sociais; Lisboa; 1999
- SOUSA, L. C.; *Periferias Urbanas – O Caso de Melun*; Trabalho de Fim de Curso; Universidade de Évora; 1997
- TABORDA, C.; *Para uma Ideia de Espaço da Paisagem*; in Documentos de Arquitectura 03; A.E.D.A; Lisboa; 2000
- TÁVORA, F.; *Da Organização do espaço*; Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 1999
- TELLES, G. R.; *Da Formação do solo à Socialização da Paisagem*; Edição Seara Nova; Lisboa; 1975
- TELLES, G. R.; *Para além da revolução*; Edições Salamandra; Lisboa; 1985
- TELLES, G. R.; *Plano Verde de Lisboa*; Edições Colibri; Lisboa; 1997
- UNESCO; *Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural*; in Textos e Documentos; Comissão Nacional da Unesco; Lisboa; 1992
- UNESCO; *Document d'information: Rapport de la Réunion d'Experts sur les Paysages Européens de valeur Universelle Exceptionnelle Culturel et Naturel* (Vienne, 21 Avril 1996); Paris; 1996
- UNESCO; *Recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do património cultural e natural*; in Textos e Documentos; Comissão Nacional da Unesco; Lisboa; 1992
- UNESCO; *Recomendacion Safeguardian of the Beauty and Culture of Landscapes*; in The World Heritage Newsletter; Unesco; 1992
- URBITEME; *Memória descritiva e justificativa do Loteamento Urbano da Malcastiça*; Lisboa; 1997
- URBITEME; *Plano Director Municipal de Avis*; Lisboa; 1994
- URBITEME; *Plano de Ordenamento da Albufeira do Maranhão*; Lisboa; 1998
- VALENTE, S.; *Áreas Metropolitanas – Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida*; ISCTE; Lisboa; 2003
- VICENTE, J. M.; *Os condicionallismos da agricultura no Alentejo e os reflexos da Reforma da PAC*; III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, SPER, Actas do III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais; Lisboa; 1995
- WASHER, D; JONGMAN, R; *European landscapes. Classification, assessment and conservator*; European Environmental Agency; Copenhagen; 2000



## **CARTAS**

- RECOMENDAÇÃO PARA A "PROTECÇÃO DA BELEZA E DO CARÁCTER DAS PAISAGENS E SÍTIOS", UNESCO, 1962
- CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, UNESCO, 1972.
- REVISÃO DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO NA LISTA DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, UNESCO, 1997
- CARTA DE VENEZA, CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, Veneza, 1964
- APELO DE GRANADA, CONSELHO DE EUROPA, Granada, 1976
- CARTA DE TURISMO CULTURAL, ICOMOS, Bruxelas, 1976
- CARTA PARA A SALVAGUARDA DAS CIDADES HISTÓRICAS, ICOMOS, Washington, 1987
- CARTA INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL, ICOMOS, 1989
- CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, CONSELHO DA EUROPA, 2000

## **CARTOGRAFIA**

- CARTA DE SOLOS nº 32 C; S.R.O.A.; esc. 1/50000; 1964
- CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL; Comissão Nacional do Ambiente; esc. 1/1000000; 1982
- CARTA MILITAR DE PORTUGAL nº381, nº 382, nº 383, nº 395, nº 396, nº 397; Serviço Cartográfico do Exército; 1/25000
- CARTAS CADASTRAIS DA FREGUESIA DO ERVEDAL; Instituto Geográfico e Cadastral; esc. 1/5000; 1954

## **BIBLIOGRAFIA INFORMÁTICA (SITES)**

- [www.cartadofazer.inatel.pt](http://www.cartadofazer.inatel.pt)
- [www.cartografia.fa.utl.pt](http://www.cartografia.fa.utl.pt)
- [www.ccdr.pt](http://www.ccdr.pt)
- [www.cm-avis.pt](http://www.cm-avis.pt)
- [www.ecoaldeias.pt](http://www.ecoaldeias.pt)
- [www.gppaa.min-agricultura.pt](http://www.gppaa.min-agricultura.pt)
- [www.icn.pt](http://www.icn.pt)
- [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)
- [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- [www.min-cultura.pt](http://www.min-cultura.pt)
- [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)
- [www.qren.pt](http://www.qren.pt)
- [www.territoriportugal.pt](http://www.territoriportugal.pt)
- [www.unesco.pt](http://www.unesco.pt)
- [www.wikipedia.pt](http://www.wikipedia.pt)

## **JORNAIS E REVISTAS**

- Águia
- A Rabeca
- Arquitectura e Vida
- Expresso
- Urbanismo
- Visão



### **Capítulo III**

#### **Artigo 19º**

*(Espaços urbanos de interesse cultural – Núcleos antigos dos aglomerados)*

*Nos núcleos antigos de (...) Ervedal, cujas malhas urbanas venham a ser delimitadas pela Câmara Municipal como espaços de interesse cultural sem prejuízo da sua eventual classificação ou da sua regulamentação por Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor, deverão ser mantidas as características gerais dessas malhas e preservadas as características dos edifícios de maior interesse.*

*Nos casos que seja permitida a demolição pontual, fica a substituição dos edifícios sujeita às seguintes regras:*

*a) Sejam garantidos os alinhamentos pelas construções existentes ou aqueles que venham a ser fixados pela Câmara Municipal.*

*b) Seja mantida a cêrcea adequada ao conjunto onde se insere respeitando a morfologia e volumetria envolvente.*

*Nas malhas urbanas consolidadas dos aglomerados dos níveis II, III e IV a construção em lotes devolutos e a renovação dos edifícios nos casos em que seja permitida a demolição, estão sujeitas às regras definidas nas alíneas a) e b) do artigo anterior sem prejuízo da sua regulamentação por Plano de Urbanização ou por Plano de Pormenor (...)*

#### **Artigo 21º**

##### **Espaços Urbanizáveis**

*1 – Os espaços urbanizáveis delimitados ou identificados na Planta de Ordenamento constituem áreas de expansão dos aglomerados. Constituem também áreas com baixa densidade de ocupação urbana, que poderão transformar-se de forma mais imediata ou somente a prazo em espaços urbanos, mediante a sua infra-estruturação programada.*

*2 – Os espaços urbanizáveis ficam sujeitos às seguintes regras sem prejuízo da sua regulamentação mais específica por Plano de Urbanização, Plano de Pormenor ou Projecto de Loteamento:*

*a) nos aglomerados de Nível II*

*- Densidade bruta máxima: 89 hab/ha*

*- Índice bruto de construção máximo: 0.40*

*- Índice de ocupação máximo: 0.27*

*- Cêrcea máxima: 2 pisos ou 6,5 m*

*- Cedência: Observância do disposto no Artigo 23º*

### **Capítulo VI**

*(Espaços Agrícolas)*

#### **Artigo 27º**

*(Áreas Agrícolas)*

*1 – Consideram-se áreas agrícolas as áreas incluídas no perímetro de rega da Albufeira do Maranhão (D. L. 269/82 de 10/06 alterado pelo D.L. 69/92 de 27/04, regulamentado pelo D.R. 2/93 de 03/02) bem como todas as áreas que integrem os solos da RAN.*

*2 – O regime de utilização destas áreas rege-se pelo disposto no D.L. 196/89 de 14/06 alterado pelo D.L. 274/92 de 12/12.*

### **Capítulo VII**

*(Espaços Agro-Silvo-Pastoris)*

#### **Artigo 28º**

*(Áreas Agro-Silvo-Pastoris)*

1 – As áreas agro-silvo-pastoris destinam-se principalmente à exploração de sistemas arvenses, arbóreos, arbustivos de sequeiro ou a usos silvo-pastoris, a proteger e a valorizar, que integram principalmente os montados de sobro e de azinho.

2 – Nestas áreas são interditas todas as acções que impliquem alteração ao uso dominante referido no número anterior, salvo quando não diminuam ou destruam as suas aptidões ou potencialidades.

3 – Será permitida a edificação, sem prejuízo do definido nos artigos 30º a 32º relativos aos espaços de Protecção e Valorização Ambiental, e ainda que respeite as seguintes prescrições:

a) Índice de construção máxima para habitações e edificações agrícolas – 0.04

Ressalvam-se os casos de construção de habitação em parcelas destacadas nos termos do art. nº 5 do D.L. 448/91.

b) Índice de construção máxima para unidades pecuárias e unidades industriais, desde que a área do prédio seja superior a 10 ha – 0.02

c) Índice de construção máxima para unidades de alojamento turístico, desde que a área do prédio seja superior a 5 ha – 0.04

d) Altura máxima das edificações com excepção das unidades de alojamento turístico e instalações de natureza especial tecnicamente justificadas tais como silos e depósitos de água – 6,5 m

## **Capítulo VIII**

### **Espaços Florestais**

#### **Artigo 29º**

##### **(Áreas Florestais)**

1 – As áreas florestais destinam-se predominantemente a uma utilização florestal que contribuem para a preservação dos equilíbrios fundamentais, designadamente dos recursos hídricos, do solo, da flora e fauna.

2 – Nestas áreas são interditas todas as acções que impliquem alteração aos usos dominantes referidos no número anterior, salvo quando não diminuam ou destruam as suas aptidões ou potencialidades para produção vegetal.

3 – Será permitida a edificação sem prejuízo do definido nos artigos 30º a 32º relativos aos espaços de protecção e valorização ambiental, e ainda que respeite as seguintes prescrições:

a) Índice de construção máxima para habitações e instalações agrícolas – 0.04

Ressalvam-se os casos de construção de habitação em parcelas destacadas nos termos do art. nº 5 do D.L. 448/91.

b) Índice de construção máxima para unidades pecuárias e unidades industriais, desde que a área do prédio seja superior a 10 ha – 0.02

c) Índice de construção máxima para unidades de alojamento turístico, desde que a área do prédio seja superior a 5 ha – 0.04

d) Altura máxima das edificações com excepção das unidades de alojamento turístico e instalações de natureza especial tecnicamente justificadas tais como silos e depósitos de água – 6,5 m



### ***“EIXO 1 - Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal***

*Pressupõe, mediante a criação e desenvolvimento de práticas de natureza empresarial na agricultura e floresta, numa óptica de orientação da produção para o mercado, nomeadamente através da inovação e estabelecimento de estratégias integradas e selectivas de fileiras, a sua dinamização e sustentabilidade territorial, social e económica. Incide, também, na modernização das empresas não abrangidas em estratégias de fileiras, mas que privilegiem o investimento em bens intangíveis.*

#### ***1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial***

- . Modernização e capacitação das empresas;*
- . Investimentos de pequena dimensão;*
- . Instalações de jovens agricultores.*

#### ***1.2 - Cooperação Empresarial para o Mercado e Internacionalização***

#### ***1.3 - Promoção da Competitividade Florestal***

- . Melhoria produtiva de povoamentos florestais e recursos associados;*
- . Promoção da gestão florestal sustentável;*
- . Modernização e capacitação de empresas florestais.*

#### ***1.4 - Valorização da produção de Qualidade***

- . Participação de agricultores em regimes de qualidade alimentar;*
- . Actividades de informação e promoção;*
- . Adaptação às normas exigentes.*

#### ***1.5 - Novos Instrumentos Financeiros e de Gestão de Risco e de Crises***

- . Instrumentos financeiros;*
- . Restabelecimento do potencial produtivo.*

#### ***1.6 - Regadios e outras infra-estruturas colectivas***

- . Desenvolvimento de áreas de regadio. Novas áreas de regadio;*
- . Regadio do Alqueva;*
- . Promoção da sustentabilidade regadios públicos;*
- . Modernização de regadios colectivos tradicionais.*

#### ***1.7 - Projectos de impacto económico relevantes***

- . Projectos integrados em fileiras estratégicas, com destaque para o olival, o montado e a vinha;*
- . Projectos estruturantes.*

## ***EXO 2 - Gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais***

*Pressupõe a valorização das externalidades criadas pelos sistemas agro-florestais e a manutenção dos valores naturais e paisagísticos associados ao espaço rural, bem como a optimização da utilização dos recursos naturais, com vista à durabilidade dos sistemas com particular incidência na gestão integrada da água e na mitigação dos efeitos das alterações climáticas.*

### ***2.1 - Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas***

#### ***2.2 - Valorização de recursos naturais***

*. Alteração de modos de produção (Agro-ambientais);*

*Grupo 1 - Protecção e Melhoria do Ambiente, dos solos e da água;*

*Grupo 2 - Preservação da paisagem e das características tradicionais nas terras agrícolas;*

*Grupo 3 - Conservação e melhoria dos espaços cultivados de grande valor natural;*

*Grupo 4 - Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagem predominantemente agrícolas;*

*Grupo 5 - Protecção da diversidade genética. Alteração do modo de agricultura tradicional para modo de produção de acordo com as medidas agro-ambientais. Modo de produção integrada e modo de produção biológico.*

*. Protecção da biodiversidade doméstica;*

*. Conservação e melhoramento de recursos genéticos.*

#### ***2.3 - Gestão do espaço florestal e agro-florestal***

*. Minimização de riscos;*

*. Ordenamento e reconversão dos povoamentos;*

*. Valorização ambiental dos espaços florestais.*

#### ***2.4 - Intervenções territoriais integradas***

*. Investimentos de requalificação ambiental.*

#### ***2.5 - Investimentos de Requalificação Ambiental***

### ***EIXO 3 - Revitalização económica e social das zonas rurais***

*Centra-se no desenvolvimento da atractividade das zonas rurais através do desenvolvimento económico e criação de oportunidades de emprego, numa estratégia integrada de diversificação das actividades acompanhada de aquisição de capacidades das populações locais. Integra um novo conceito de ruralidade, em que a agricultura é assumidamente apenas uma das componentes.*

#### ***3.1 - Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural***

*. Diversificação de actividades na exploração agrícola (agro-turismo e parques de campismo rurais; serviços de recreação e lazer; actividades pedagógicas; caça e pesca em águas interiores; produção de bens resultantes de actividades de transformação; produção de energias renováveis e alternativas; pontos de venda directa dos bens produzidos na exploração; outros serviços prestados a terceiros);*

*. Criação e desenvolvimento de micro-empresas;*

*. Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer (criação ou desenvolvimento de produtos turísticos - ecoturismo ou associado a actividades de caça, pesca, equestres, de saúde, religioso; alojamento turístico de pequena escala; infra-estruturas de pequena escala, animação turística).*

#### ***3.2 - Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais***

*. Conservação e valorização do património rural (Preservação do património rural controlado; refuncionalização de edifícios de traça tradicional; preservação e recuperação de práticas e tradições culturais);*

*. Serviços básicos para a população rural (Serviços de apoio à infância; acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes; serviços de animação cultural e recreativa; serviços de apoio a novos residentes).*

#### ***3.3 - Aquisição de competências e animação para o desenvolvimento rural em zonas rurais.***



#### ***EIXO 4 - Promoção das competitividades e desenvolvimento das competências***

*O reforço da coesão territorial e social pressupõe a discriminação de forma positiva dos territórios mais frágeis sem sustentabilidade endógena económica e social, através duma política pró-activa de intervenção pública. Implica uma actuação focalizada e discriminada a determinados níveis, sejam eles territoriais ou de natureza social e económica, em que a abordagem Leader tem um papel determinante na criação de novas oportunidades e perspectivas duráveis de crescimento e emprego.*

*Pressupõe a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão territorial e sectorial com a criação das condições que permitam ultrapassar estrangulamentos bloqueadores da eficácia das entidades e agentes que actuam ao nível do desenvolvimento rural. Engloba a implementação de uma nova filosofia e de modelos de actuação simplificados, passando por uma qualificação adequada de todos os intervenientes e pela generalização do recurso às novas tecnologias, garantindo uma maior transparência.*

##### ***4.1 - Cooperação para o desenvolvimento da inovação***

*Inovação empresarial e territorial.*

##### ***4.2 - Informação e formação profissional***

*Formação contínua especializada;*

*Redes temáticas da informação e divulgação.*

##### ***4.3 - Serviços de apoio ao desenvolvimento***

*Serviços de aconselhamento agrícola;*

*Serviços de gestão agrícola;*

*Serviços de aconselhamento florestal." (Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, 2007)*